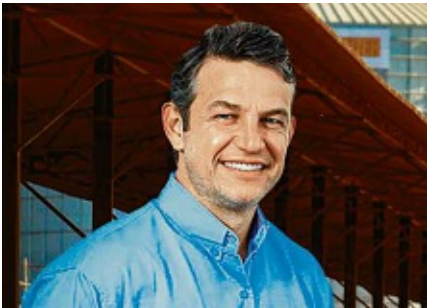
Pecuária
Fazenda Conforto obteve aporte de fundo da ONU, com o compromisso de práticas sustentáveis, diz o CEO Sergio Pellizzer B10

Marketing
Para o Dia dos Pais, anúncios mostram temática esportiva por causa da Olimpíada B9

Rio Grande do Sul
Impacto da tragédia climática no PIB deverá ser menor que o previsto, diz Silvia Matos, do FGV Ibre A3

Sábado, domingo e segunda-feira, 20, 21 e 22 julho de 2024
Ano 25 | Número 6048 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Biden desiste da corrida presidencial dos EUA

Eleições Presidente endossa sua vice, Kamala Harris; candidato democrata ainda terá de ser aprovado

De São Paulo

Após dias de intensa pressão de aliados do Partido Democrata e doadores de campanha, o presidente dos EUA, Joe Biden, desistiu de concorrer à reeleição e endossou o nome da vice-presidente, Kamala Harris, para substituí-lo na corrida à Casa Branca. "Tem sido a maior honra da minha vida servir como seu presidente", escreveu Biden em um comunicado em uma rede social. "Embora minha intenção tenha sido buscar a reeleição, acredito que é do melhor interesse do meu partido e do país que eu me retire e me concentre exclusivamente em cumprir meus deveres como presidente pelo restante do meu mandato."

A pressão dos democratas por sua desistência se cristalizou depois do desempenho considerado desastroso em debate com o ex-presidente Donald Trump, em junho. Havia uma preocupação de aliados com sua saúde, agilidade mental e condições de derrotar o candidato republicano.

Ontem, Kamala escreveu que estava "honrada" pelo endosso de Biden e que pretendia "merecer e conquistar" a indicação democrata. A vice-presidente também recebeu o apoio do ex-presidente dos EUA Bill Clinton e de sua mulher, a ex-secretária de Estado Hillary Clinton. Chamou atenção, porém, a carta do ex-presidente Barack Obama, que elogiou a decisão de Biden, mas não declarou apoio a nenhum nome para substituí-lo na campanha.

A convenção democrata está marcada para 19 de agosto. O presidente do partido, Jaime Harrison, disse que o processo de escolha do substituto de Biden na campanha será transparente e organizado. "Nos próximos dias, o partido empreenderá um processo transparente e ordeiro para avançar como um Partido Democrata unido com um candidato que pode derrotar Donald Trump em novembro. Esse processo será regido por regras e procedimentos estabelecidos pelo partido." Harrison afirmou, ainda, que em breve a legenda se pronunciará sobre o caminho a seguir para o processo de nomeação.

Kamala traz uma grande força simbólica, mas sua popularidade tem sido abafada e atormentada por baixas avaliações, tornando-a um alvo para ataques de republicanos. Outros potenciais candidatos seriam os governadores Gavin Newsom (Califórnia), Andy Beshear (Kentucky), J.B. Pritzker (Illinois) e Josh Shapiro (Pensilvânia).

Em rede social, Trump escreveu que Biden não estava apto a concorrer à Presidência e servir aos EUA. **Páginas A3, A16 e C2**

● **Humberto Saccomandi:** Desistência de Biden anima a eleição e ameaça Trump. **A16**

CBN Professional

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Convidada desta semana do podcast CBN Professional, Talita Lacerda, CEO da Petlove, relembra sua trajetória profissional e pessoal, com passagens pela BRF na China e trabalho voluntário para uma ONG em um orfanato na Tanzânia. "Sempre tive o sonho de conhecer o mundo", diz. Página B2

Em ano de ajuste, safra e exportação menores reduzem renda do agro

Sergio Lamucci
De São Paulo

A renda agropecuária brasileira deverá somar R$ 953 bilhões em 2024, 13,8% menos que no ano passado, já descontada a inflação, refletindo safra menor e exportações mais fracas, além de efeito da tragédia no Rio Grande do Sul. Será o pior desempenho desde 2019, segundo a consultoria MB Agro, sinal de ajuste após período excepcional para o setor — e em condições climáticas menos favoráveis. O resultado mais fraco é um dos motivos para um crescimento menor da economia brasileira neste ano. No PIB, a agropecuária deverá recuar em 2024, após crescer 15,1% em 2023. O consenso de mercado aponta queda de 1,6% do setor nas contas nacionais, um dos fatores que levarão o PIB a ter expansão mais próxima de 2% neste ano — em 2023, a expansão ficou em 2,9%.

Segundo analistas, a agropecuária não está em crise. Para Sergio Vale, da MB Associados, 2024 "é ano de ajuste". Entre 2021 e 2023, a renda agropecuária ficou acima de R$ 1,1 trilhão, em valores atualizados a preços de 2024. O indicador considera preços e quantidades produzidas. De acordo com Vale, preço, volume e taxa de câmbio arrefeceram neste ano ou em parte dele, contribuindo para resultado mais fraco. Com a perspectiva de juros mais altos nos EUA, os preços de commodities se acomodaram, e a safra no Brasil sofre os efeitos do El Niño, o que colabora para a queda de volume, ainda mais após o desempenho de 2023, diz ele. Vale afirma que o dólar passou o trimestre quase todo abaixo de R$ 5 e ganhou força no 2º trimestre. **Página A4**

Destaques

Liderança do mercado on-line
A liderança do mercado brasileiro on-line está se consolidando entre Mercado Livre, Shopee e Amazon, nesta ordem, em tráfego, segundo dados da Similarweb. As empresas têm controladores estrangeiros e investiram bilhões em logística, tecnologia e sortimento. Somadas, tiveram, em junho, visitação 5% superior a janeiro. **B5**

Vulnerabilidade digital
O apagão digital que afetou o mundo na madrugada de sexta-feira, dia 19, é um duro lembrete de como nos tornamos dependentes da tecnologia. Além disso, mostra como a concentração de mercado em torno de poucas empresas torna vulnerável a infraestrutura que viabiliza a vida cotidiana. **B4**

Bolsa Família e emprego
Levar os beneficiários do Bolsa Família ao emprego formal é o principal desafio para a sustentabilidade do programa. Só 4,33% dos adultos participantes trabalham com carteira assinada. Parcerias com o setor privado e cursos para grupos como mulheres negras são algumas das ações em andamento para elevar o percentual. **A2**

Indicadores

Ibovespa	19/jul/24	-0,03 %	R$ 38,6 bi
Selic (meta)	19/jul/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	19/jul/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	19/jul/24		5,5537/5,5543
Dólar comercial (mercado)	19/jul/24		5,6033/5,6039
Dólar turismo (mercado)	19/jul/24		5,6277/5,8077
Euro comercial (BC)	19/jul/24		6,0458/6,0486
Euro comercial (mercado)	19/jul/24		6,0963/6,0969
Euro turismo (mercado)	19/jul/24		6,1568/6,3368

Lucro dos 4 maiores bancos deve superar R$ 26 bi

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Os grandes bancos devem voltar a registrar, em conjunto, crescimento do lucro no segundo trimestre, mas com tendências distintas entre as instituições. A carteira de crédito deve acelerar, aproximando mais os resultados dos patamares projetados nos "guidances" para o ano. Já o comportamento da inadimplência e das provisões para devedores duvidosos varia entre os bancos e é ponto de atenção.

Levantamento do **Valor** feito a partir das projeções de sete casas mostra que Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander devem ter um lucro combinado de R$ 26,78 bilhões no segundo trimestre, com alta de 1,8% sobre o trimestre anterior e de 10% na comparação com o mesmo período de 2023. A temporada de balanços começa na próxima quarta-feira, com os dados do Santander.

As expectativas dos analistas mostram que o Itaú deve seguir com as tendências mais positivas. Para a XP, o Santander também tende a apresentar ganhos de eficiência, enquanto Bradesco e BB devem registrar um leve aumento da inadimplência, "o que exigirá mais detalhes sobre a trajetória dessas curvas para o restante do ano". As previsões apontam que o Itaú registrará o maior lucro, R$ 9,99 bilhões de abril a junho, o que representaria aumento trimestral de 2,2% e anual de 14,3%. O Santander, apesar do montante menor, de R$ 3,24 bilhões, deve ter os maiores avanços no lucro, com alta trimestral de 7,3% e de 40,3% na comparação anual. **Página C1**

Informalidade continua alta no Brasil

Lucianne Carneiro
Do Rio

Apesar de o nível de emprego estar em expansão, segue alto o grau de informalidade no país, representando 40% da força de trabalho. Ao longo dos mais de oito anos da série de taxa de informalidade da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, apenas quatro trimestres tiveram parcela dos informais abaixo de 38% — o nível mais elevado foi de 41%. A taxa de informalidade é usada como referência para o acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU. O Brasil está abaixo da média mundial (58%), mas o nível é pior do que o de países europeus e da América do Norte, que é de 11,4%, segundo a Divisão de Estatísticas da ONU para 2023. **Página A6**

Ações

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

"Temos ações na bolsa que, para ficarem baratas, precisam subir 50%", disse ao repórter Matheus Prado o gestor de ações da Legacy, Patrick Pereira, que vê potencial em shoppings, varejo, consumo, transportes e utilidades públicas. Página C6

Recuperação da Americanas chega à reta final

Talita Moreira
De São Paulo

O plano de recuperação judicial da Americanas entra nesta semana na reta final, um ano e meio depois de as negociações entre acionistas e credores terem começado. O desfecho contempla uma série de passos quase simultâneos para o pagamento de dívidas, num desenho elaborado de forma que o compromisso das partes de não litigarem na Justiça passe a valer de forma definitiva. A homologação do aumento de capital da companhia, prevista para quinta-feira, é o primeiro evento esperado. Os acionistas de referência farão aporte de R$ 12 bilhões. De outro lado, serão convertidos mais R$ 24 bilhões em dívidas dos bancos credores, o que fará deles acionistas da Americanas. Feita a homologação do aumento de capital, começam as liquidações propriamente ditas. **Página B1**

Os desafios do Brasil ante a concentração do poder digital

F. Gaetani e V. Almeida A15

O valor da biodiversidade é absoluto

Mauro Rebelo A15

Programas sociais Menos de 4,5% dos beneficiários têm emprego formal; MDS tenta ampliar número

Inserção no mercado de trabalho é o principal desafio para sustentabilidade do Bolsa Família

Marsílea Gombata
De São Paulo

Apesar de o Bolsa Família melhorar as condições de vida dos beneficiários e ter efeitos multiplicadores comprovados na economia, o programa de transferência com mais de 20 anos esbarra em um aspecto fundamental para a sustentabilidade desse salto: conduzir a maior parte dos beneficiários para o emprego formal. Hoje, apenas 4,33% dos adultos que recebem o programa trabalham com carteira assinada.

O Ministério do Desenvolvimento Social busca aumentar esse percentual. Além de parcerias com o setor privado para contratação de beneficiários, tem promovido cursos de capacitação para grupos específicos dentro do programa, como mulheres negras.

No fim de 2023, o Bolsa Família contava 55,74 milhões de pessoas beneficiadas pelo programa, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), das quais 29,07 milhões tinham entre 18 e 64 anos, o que representa 52,15% do total. Desses, apenas 1,26 milhão estava em empregos com carteira assinada, o que representa 4,33% da população em idade adulta.

Além desses, outros 106,88 mil — fora da faixa entre 18 e 64 anos — estavam registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Hoje o programa possui cerca de 663,52 mil beneficiários a menos, totalizando 55,07 milhões de inscritos e 30,18 milhões entre 18 e 24 anos, o que representa 54,8% do total, segundo dados de junho. Os últimos números de beneficiários registrados no Caged disponibilizados pelo MDS, contudo, são os do fim de 2023.

Os beneficiários do Bolsa Família respondem pela grande maioria do Cadastro Único (CadÚnico), que reúne também quem recebe benefícios como o Minha Casa, Minha Vida e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em todo CadÚnico, havia 98,2 milhões de pessoas no fim do ano passado, das quais 57,33 milhões tinham entre 18 e 64 anos, 58,38% do total.

Desse grupo, estavam no Caged 1,52 milhão, ou 2,65% das pessoas em idade adulta, além de outras 126,82 mil fora dessa faixa etária.

Em junho, o número de cadastrados foi para 97,02 milhões de pessoas, sendo 55,73 milhões (ou 57,44%) entre 18 e 64 anos.

Hoje 43,17% dos adultos incluídos no CadÚnico encontram-se ocupados no mercado de trabalho, em postos de trabalho formais e informais. A taxa de ocupação é similar entre os beneficiários do Bolsa Família e aqueles que não são: 43,10% e 43,37%, respectivamente.

Regra de proteção

Todos no Bolsa que estão trabalhando têm a perspectiva de deixar de receber o benefício dentro de dois anos. Isso porque, desde 2023, o programa passou a contar com a chamada regra de proteção.

Por ela, o beneficiário que consegue emprego e passa a ter renda per capita entre R$ 218 e meio salário mínimo continua recebendo metade do benefício pelo período de dois anos. Quem passa a ganhar mais de meio salário mínimo, deixa de receber o benefício, mas continua cadastrado no CadÚnico por 24 meses.

ANDRÉ OLIVEIRA/MDS

Alison Ramon Santos e Silva: "No modelo anterior, assim que o beneficiário conseguia emprego, saía do programa"

Segundo Alison Ramon Santos e Silva, diretor do Departamento de Apoio ao Empreendedorismo do MDS, a regra visa a proteger os beneficiários da alta instabilidade de sua participação no mercado de trabalho.

"A grande crítica que fazemos ao modelo anterior é que, assim que o beneficiário conseguia um emprego, saía do programa. E isso acaba sendo muito ruim, porque a inserção dessas pessoas no mercado é muito volátil", diz Ramon.

"Com a regra, que existe desde 2023, se a pessoa tiver alguma intempérie e sair do emprego depois de alguns meses, ainda estará recebendo o benefício. Se seguir trabalhando, continuará no CadÚnico por dois anos, período que consideramos necessários para sua emancipação."

> "Alguns são tão pobres que não têm dinheiro nem para procurar emprego"
> *Pedro Fernando Nery*

Dados do MDS mostram que em maio havia 2,59 milhões de famílias sob a regra de proteção. Em junho, eram 2,58 milhões.

Ramon afirma que muitos beneficiários buscam hoje ser microempreendedores, em geral na área da alimentação. Segundo pesquisa feita pelo MDS e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o percentual de microempreendedor individual (MEIs) inscritos no CadÚnico é de 4,65 milhões, o que corresponde a 7,42% dos maiores de 18 anos no cadastro.

Pensando em ampliar a taxa de empregabilidade no setor formal, o MDS vem buscando parcerias com o setor privado para buscar uma porta de saída para os beneficiários.

"Lançamos há pouco a parte operacional do Acredita, iniciativa que disponibiliza crédito a inscritos no CadÚnico. E estamos trabalhando com empresas para estimular a contratação desses beneficiários", diz, ao citar o Grupo Carrefour Brasil e a Coca-Cola Brasil. "Além disso, buscamos capacitar essas pessoas em parcerias com Amazon, Huawei, Sistema S, e institutos federais. Já temos 1,7 milhão nesses processos"

No âmbito da parceria com o MDS, o Grupo Carrefour contratou desde março de 2023 21 mil que recebem o Bolsa Família.

Kiko Campos, diretor de recursos humanos do grupo, conta que os beneficiários que chegam à empresa se mostram mais engajados que os demais iniciantes.

"Sentimos uma diferença na motivação dessas pessoas. Percebemos uma alegria a mais que os demais colegas que estão iniciando a jornada aqui", conta, ao lembrar que a maioria começa em posições de entrada.

Como ocorreu com Josefa Matos, de 46 anos, funcionária de uma unidade Carrefour em Itu, interior de São Paulo.

"Trabalhava como autônoma, mas desde que meu pai, Miguel, de 79 anos, veio morar comigo, há cinco anos, tive de me inscrever no CadÚnico para receber o benefício", conta Matos.

Até começar no Carrefour, em maio, Matos complementava a renda fazendo faxina, com o que ganhava cerca de R$ 1 mil mensais. Hoje recebe R$ 1.890 como celetista, vale transporte e vale alimentação, trabalhando na reposição de prateleiras e gôndolas do supermercado.

"Corri atrás de um serviço registrado [em carteira] para ter estabilidade, benefícios, convênio médico", diz Matos, que estudou até o fim do ensino médio.

Esse é o seu segundo emprego com carteira registrada. O anterior havia sido dez anos atrás, em uma fábrica de cintos de segurança.

Pedro Fernando Nery, autor do livro "Extremos — Um mapa para entender as desigualdades no Brasil" e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), afirma que sem o Bolsa Família seria muito mais difícil para essas pessoas conseguirem acessar o mercado de trabalho.

"Algumas pessoas são tão pobres que não têm dinheiro nem para procurar emprego. Passagens de ônibus ou impressões de currículos custam dinheiro, principalmente quando a busca é demorada", argumenta.

"A miséria consome um espaço mental enorme das pessoas, e a busca por emprego exige planejamento e paciência. Para quem está matando um leão por dia, o Bolsa ajuda com a sobrevivência imediata e permite que o emprego seja um próximo passo."

No estudo "Social programs and formal employment: Evidence from the Brazilian Bolsa Família program", de 2020, os pesquisadores Anna Fruttero, Alexandre Ribeiro Leichsenring, e Luis Henrique Paiva sugerem que o Bolsa Família aumenta a probabilidade de os beneficiários conseguirem emprego formal, sobretudo os mais jovens.

Publicado como working paper do Fundo Monetário Internacional (FMI), o trabalho traz duas hipóteses para explicar isso: o fato de o Bolsa ajudar beneficiários a pagar o custo de buscar emprego e um fluxo mensal previsível de recursos, que permitiria beneficiários avaliarem melhor suas escolhas de longo prazo.

Por estar inscrita no Bolsa Família, Débora Ferreira, que trabalha na área de limpeza urbana em Juiz de Fora, em Minas Gerais, vislumbrou a possibilidade de ter um emprego melhor em um futuro próximo.

Ferreira é uma das beneficiárias que fazem o curso de capacitação de computação em nuvem, disponibilizado pelo acordo de cooperação técnica entre o MDS e a Amazon Web Services (AWS).

"Quando surgiu a oportunidade do curso eu estava desempregada e recebendo o Bolsa. Me interessei porque é sempre bom aprender coisas novas e não tenho habilidade na área de informática", conta Ferreira, que tem 34 anos e está no CadÚnico desde que era criança e sua mãe recebia o Bolsa Família.

"A primeira parte do curso, de letramento digital, foi boa para eu me aprimorar. A segunda, de programação, será muito importante para avançar."

> "Filhos do Bolsa Família do começo do programa hoje têm carteira assinada"
> *Marcelo Neri*

Quando terminar o curso, voltado para mulheres negras, beneficiárias do Bolsa Família e que cursaram até o ensino médio, ela pretende buscar emprego na área de criação de sites e jogos.

"É bastante difícil, tem de ter muita dedicação. Mas é uma vantagem, um diferencial que terei", conta Ferreira, que recebe R$ 1.346 mensais e vive com o marido e a filha de 3 anos.

Andrea Leal, gerente de programas massivos da empresa na América Latina, conta que a cooperação técnica com a Amazon existe desde agosto de 2023. Hoje são 25 mulheres em Juiz de Fora, no Recife e em Aripuanã, no Mato Grosso, no curso de introdução ao mundo digital, computação em nuvem e inteligência artificial generativa.

"Depois de formar as 500 mulheres beneficiadas pelo projeto até 2025, nosso objetivo é fazer ajustes, se houver necessidade, e buscar potenciais parceiros públicos e privados para ganhar escala", conta.

Leal afirma que os principais resultados serão colhidos depois de seis meses de formação, mas o desenvolvimento de novas competências já é visível.

"Temos no programa mulheres que trabalham como diaristas, entraram no piloto com pouco ou nenhum conhecimento em tecnologia, e concluem a primeira trilha de aprendizagem sabendo criar planilhas, apresentações com slides, aptas a identificar notícias falsas e criando perfis profissionais no LinkedIn", conta. "Depois da formação profissional, o progresso será ainda mais expressivo."

Rafael Osório, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma que o valor pago pelo programa possibilita para que as famílias, ou pelo menos seus filhos, tenham condição melhor de encarar a disputa [por vagas] no mercado formal.

Mas alerta para a dificuldade de inserção desses beneficiários em empregos formais. "Imagine uma família composta por uma mãe solteira e seu filho. Surge uma vaga formal para trabalhar como caixa supermercado. Mas é do outro lado da cidade, e ela não encontra creche para a filha. Qual o cálculo que essa mulher fará? 'Hoje recebo R$ 750, sendo R$ 600 de Bolsa Família e R$ 150 pela criança. Se eu pegar esse emprego do outro lado da cidade, terei despesa de deslocamento e alimentação, além de ter de pagar alguém para ficar com meu filho'. A decisão racional é ganhar um pouco menos e ficar com o filho", afirma. "Esse emprego vai piorar a vida dela, não é uma boa [opção]."

Ele argumenta, no entanto, que ninguém deixa de pegar um bom emprego, sólido, com carteira assinada, e em condições favoráveis para se trabalhar, porque deixará de receber o Bolsa Família.

Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social), afirma que, além de pesquisas mostrarem que o emprego formal cresce mais onde há o Bolsa Família, o efeito multiplicador do programa na economia supera o de outros benefícios.

Estudo feito em 2013 por ele com outros pesquisadores mostra que cada R$ 1 gasto com o Bolsa Família faz o PIB crescer R$ 1,78. O efeito multiplicador do Bolsa Família sobre o PIB é maior do que os do BPC (R$ 1,19), do Seguro Desemprego ou do Abono Salarial (R$ 1,06), do Regime Próprio de Previdência Social (R$ 0,53), do Regime Geral de Previdência Social (R$ 0,52) ou do FGTS (R$ 0,39).

"Isso ocorre porque os pobres consomem uma parcela maior da renda do que os ricos", diz Neri.

"Mas também tem outro tipo de efeito, que é o geracional. Isto é, filhos do Bolsa Família, que tinham entre 10 e 16 anos no começo do programa, que hoje têm emprego com carteira assinada. A evidência é que 47,6% dessas crianças que hoje são adultos estão no mercado formal. E isso não é pouca coisa."

valor.com.br
Sergio Lamucci excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Brasil

Conjuntura Atividade deve seguir forte com crédito e emprego em alta, enquanto política monetária fica sob alerta, aponta Boletim Macro do FGV Ibre

Enchente no Sul tem peso menor no PIB, mas fiscal preocupa

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Os primeiros dados de maio e junho permitem avaliar que a tragédia climática no Rio Grande do Sul terá um estrago menor que o esperado sobre o PIB no segundo semestre e também no ano. Combinado com a força surpreendente do mercado de trabalho e do crédito, que continuou em expansão, esse fator permite enxergar um desempenho melhor da atividade em 2024.

O quadro só não é melhor porque a piora das expectativas fiscais deve manter sob alerta a política monetária, impedindo que o país aproveite a melhora do cenário internacional que se desenha neste momento e também coloque em discussão a queda da taxa de juros.

A edição de julho do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), traz uma revisão para cima das projeções de atividade. Para o segundo trimestre, a perspectiva de avanço passou de 0,5% para 0,7%, na comparação com o período anterior. Para o ano, foi , de 2,0% para 2,2%.

"Os dados de maio vieram um pouco melhor que o esperado. Acreditávamos em um impacto maior das chuvas no Rio Grande do Sul, mas não apenas este parece não ter acontecido, como também as demais regiões do país tiveram desempenho acima, com destaque para os serviços e a forte retomada da indústria de transformação", diz a coordenadora do boletim, Silvia Matos.

O Ibre revisou de 0,1% para 0,7% a projeção para o desempenho da indústria como um todo no segundo trimestre. Apenas a indústria de transformação teve mudança de -0,4% para 1,1%. Já os serviços passaram de -0,4% para 0,3% no mesmo período, sempre na comparação trimestral.

Além das pesquisas setoriais do IBGE de maio, dados antecedentes de junho ajudam a apontar direção semelhante em junho. O índice brasileiro de papelão ondulado avançou 2,2% no mês passado e acumula alta de 5,5% no primeiro semestre. Já a Anfavea reportou alta de 11,6% da produção de veículos período.

Silvia pondera que o bom desempenho do setor é impulsionado, em boa parte, por uma reversão da forte queda da produção de caminhões no ano passado, quando entrou em vigor um nova norma de emissões para a categoria (Proconve 8). Ainda assim, são números animadores, diz.

Ela também ressalta duas boas notícias que vieram na passagem do primeiro para o segundo semestre. A primeira é a leitura mais branda que o esperado do IPCA em junho. Em análise sobre a inflação, economistas André Braz e Matheus Dias acrescentam que as coletas de preços sugerem que o grupo alimentação no domicílio pode ter deflação de 0,55% em julho, mitigando alta observada em maio.

O segundo é a melhora do cenário externo, onde dados de inflação e atividade americanos voltaram a colocar na mesa cortes de juros pelo Federal Reserve já em setembro. No cenário internacional, Samuel Pessoa chama a atenção para o comportamento dos aluguéis nos Estados Unidos, que voltaram a ter deflação, após repique no primeiro trimestre.

"Tudo sugere que o item aluguéis fechará o ano, na inflação em 12 meses, ao redor de 4,5%, uma desinflação em relação a 2023 de 3,0 pontos percentuais. Se a desinflação dos serviços que excluem aluguéis vier como esperado, estarão dadas as condições para que o CPI feche o ano em 3%. A consolidação da desinflação americana é essencial para haver um ciclo de queda de juros. Este deve se iniciar em setembro próximo", escreve.

LEO PINHEIRO/VALOR
Silvia Matos: "Dados permitem ficar um pouco mais otimistas"

Melhor que o esperado
Projeções do Ibre para o segundo trimestre e 2024

	2º tri 2024 x 1 tri 2024		2024	
	Anterior	Atual	Anterior	Atual
PIB	**0,5**	**0,7**	**2,0**	**2,2**
Consumo das Famílias	-0,7	0,2	2,6	2,9
Consumo do Governo	-0,3	-0,3	1,5	1,5
Investimento	0,5	1,9	4,3	4,8
Exportação	2,6	1,9	4,5	4,8
Importação	4,9	7,6	8,3	8,1
Agropecuária	-2,2	-2,2	-2,0	-2,0
Indústria	0,1	0,7	2,3	2,5
Extrativa	-0,8	-4,0	4,1	3,3
Transformação	-0,4	1,1	1,6	2,2
Eletricidade e Outros	-0,4	-0,4	2,7	2,7
Construção Civil	0,7	0,7	3,1	3,1
Serviços	-0,2	0,3	2,1	2,3

Fonte: Ibre FGV

"Olhando somente a foto até o segundo trimestre, os dados nos permitem ficar um pouco mais otimistas sobre futuro da economia. A questão é que os ruídos fiscais podem fazer com que aproveitemos pouco essa melhora externa", diz Silvia.

Em linha com a análise de outros economistas, ela acredita que os R$ 15 bilhões em contingenciamento e bloqueio de despesas anunciada pelo ministro Fernando Haddad na quinta-feira, que será detalhada nesta segunda-feira, 22, ficou mais para a "contenção de danos", algo no meio do caminho entre o uma péssima notícia e o que necessário para garantir visibilidade fiscal.

"Uma mudança maior nas expectativas virá apenas de algo mais drástico na condução da política de gastos. O governo tem feito um esforço grande para equilibrar as contas do lado das receitas, mas há um limite para esse vetor. Ao mesmo tempo — e isso é sabido há muito —, sabemos que regras de despesas algumas vezes benevolentes ameaçam a trajetória das despesas, como a política de valorização do salário mínimo, os pisos constitucionais da Saúde e Educação, entre outros", explica.

Para a economista, o governo precisa deixar mais claro como serão os próximos passos. "Esperamos alguma cautela, porque senão as expectativas dos agentes voltarão a se desancorar e, com isso, o custo para trazer a inflação de volta à meta ficará mais caro", diz.

> "Consolidação da desinflação nos EUA é essencial para queda de juros"
> *Samuel Pessôa*

Em sua avaliação, poderíamos estar falando de quedas de juros, em linha com o que se discute nos EUA e na Europa. Mas o panorama fiscal não deixa. E essa perspectiva de juros altos por mais tempo, ressalta, já tem efeitos imediatos, como pode ser visto na dificuldade para rolar dívidas de empresas em alguns setores, como o varejista, mas deve ficar mais claro à frente, à medida em que atividades sensíveis a condições de crédito percam ímpeto, como é o caso da construção civil e bens duráveis e de capital.

No limite, diz, os juros altos limitam nossa capacidade de crescer mais também no ano que vem.

No caso do cenário para a inflação, Braz e Dias ressaltam que as boas notícias vindas do grupo alimentação não devem impedir uma alta da IPCA interanual nos próximos meses. "Sem contar com o reajuste dos combustíveis anunciado no início de julho, o IPCA seria de 0,17% em julho. Acrescentando a influência dos combustíveis, projetamos que o índice oficial encerre o mês em 0,27%. Para agosto e setembro, há chances de desaceleração da taxa interanual, o que dependerá da tendência do grupo alimentação e da estabilidade da taxa de câmbio, outra fonte de pressão inflacionária que não deve ser negligenciada", escrevem no boletim.

A inflação de serviços, por sua vez, deve continuar sua trajetória de desaceleração apenas gradual, avaliam. "Ao analisarmos em conjunto a inflação de serviços e a intensidade da mão de obra, é possível reforçar a perspectiva de uma tendência de desaceleração, com convergência para a meta. A expectativa é que os serviços livres fechem o ano com alta de 3,7%, em comparação com os 4,48% acumulados até junho de 2024."

APRESENTADO POR

Segurança digital é desafiada com avanço de 5G, IA e IoT

Com ataques mais sofisticados, detecção e resposta precisam ser instantâneas

Por Silvio Meira*

O cenário figital está em constante evolução, e tecnologias como 5G, inteligência artificial (IA) e internet das coisas (IoT) criam novos e relevantes desafios de segurança. A velocidade e a conectividade oferecidas por 5G, promissoras para o desenvolvimento de negócios, também abrem portas para ciberataques mais sofisticados e rápidos.

A implementação de 5G traz um aumento exponencial na quantidade de dados transmitidos e dispositivos conectados. Essa expansão da superfície de ataque demanda estratégias de segurança mais robustas e adaptativas.

As empresas precisam estar preparadas para lidar com ameaças que se movem em velocidade 5G, o que requer sistemas de detecção e resposta quase instantâneas.

IA é nada mais nada menos que uma nova dimensão da inteligência nesse contexto. Por um lado, pode ser uma aliada na detecção e prevenção de ameaças, analisando padrões e identificando anomalias em tempo real. Por outro, pode ser usada para criar ataques mais inteligentes e difíceis de detectar.

O crescimento da IoT adiciona uma camada extra de complexidade à equação de segurança. Milhões de dispositivos conectados, muitos com medidas de segurança precárias, representam pontos de vulnerabilidade potencial.

As empresas precisam adotar uma abordagem de segurança que englobe todo o ecossistema IoT, desde o design dos dispositivos até a proteção da rede como um todo.

Diante desses desafios, a implementação de estratégias de segurança em camadas torna-se imperativa. Essa abordagem holística deve abranger desde o nível de hardware até o de aplicação, com cada camada oferecendo proteção dinâmica e adaptativa. A segurança em nuvem também desempenha um papel crucial nesse cenário, exigindo a escolha criteriosa de parceiros confiáveis e a implementação de medidas robustas de criptografia e controle de acesso.

> **"A transformação trazida por 5G, IA e IoT é inexorável, suas vantagens são imensas e há novas categorias de riscos"**
> SILVIO MEIRA

E o fator humano continua sendo um elemento central na segurança digital. As organizações devem investir continuamente no treinamento e na atualização de seus times, fomentando uma cultura de segurança em todos os níveis da empresa. A criatividade e a capacidade de antecipação são tão importantes quanto o conhecimento técnico na prevenção e mitigação de ameaças cada vez mais sofisticadas.

A maturidade em cibersegurança não é um estado final, mas um processo contínuo de evolução e adaptação. As empresas precisam desenvolver estratégias de longo prazo para o aprimoramento constante de suas defesas, reconhecendo que a segurança perfeita é um alvo móvel em um ambiente digital em rápida transformação.

A transformação trazida por 5G, IA e IoT é inexorável, suas vantagens são imensas e há novas categorias de riscos. Não há soluções prontas ou garantias absolutas nesse novo cenário. Essas mudanças exigirão mais do que investimentos em tecnologia ou treinamentos esporádicos. Demandarão uma revolução na cultura corporativa, em que cada decisão — desde o desenvolvimento de produtos até as estratégias de marketing — será tomada com a segurança em mente. Só assim poderemos construir um futuro digital inovador, confiável e resiliente.

*** Silvio Meira é cientista-chefe da TDS.company, time advisor da Lefil Company, professor extraordinário na cesar.school, no Porto Digital, e distinguished research fellow na Asia School of Business, em Kuala Lumpur.**

Conjuntura Indicador deve ter queda de 13,8% e atingir R$ 953 bilhões em 2024, o menor valor desde 2019; analistas veem ajuste normal no setor

Renda do agro recua com safra menor e exportação mais fraca

Sergio Lamucci
De São Paulo

A renda agropecuária deverá somar R$ 953 bilhões em 2024, 13,8% a menos que no ano passado, já descontada a inflação, refletindo uma safra menor e exportações mais fracas, com algum efeito da tragédia no Rio Grande do Sul. Será o menor número desde 2019 nas projeções da consultoria MB Agro, um sinal de ajuste depois de um período excepcional para o segmento — e num ano em que as condições climáticas são menos favoráveis.

O desempenho mais fraco do setor é um dos motivos para um crescimento menor da economia brasileira neste ano. No PIB, a agropecuária deverá recuar em 2024, depois de crescer 15,1% em 2023. O consenso de mercado aponta queda de 1,6% do segmento nas contas nacionais, um dos fatores que levarão o PIB a ter expansão mais próxima de 2% neste ano — no ano passado, foi de 2,9%.

Esses números, porém, não mostram crise na agropecuária, segundo analistas. Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, 2024 "é um ano de ajuste" depois de três anos muito favoráveis. Entre 2021 e 2023, a renda agropecuária ficou acima de R$ 1,1 trilhão, em valores atualizados a preços de 2024. O indicador leva em conta os preços e as quantidades produzidas.

Segundo Vale, as três variáveis fundamentais para o setor — preço, volume e câmbio — arrefeceram neste ano ou em parte dele, contribuindo para um resultado mais fraco. Com a perspectiva de juros mais altos nos EUA, os preços de commodities se acomodaram, e a safra no Brasil sofre os efeitos do El Niño, o que colabora para uma queda de volumes, ainda mais depois do desempenho excepcional de 2023, diz ele. Além disso, apenas recentemente o câmbio voltou a ficar pressionado, acrescenta Vale.

O dólar ganhou mais força no segundo trimestre e subiu mais a partir de junho, mas passou o primeiro trimestre praticamente inteiro abaixo de R$ 5. Não era um nível ruim para os exportadores, mas uma moeda americana mais baixa é menos favorável para quem vende ao exterior.

Em 2024, a renda agrícola deve ficar em R$ 642 bilhões, queda de 12,9%, já descontada a inflação, em relação ao ano passado, estima a MB Agro. Já a renda pecuária deve ter um recuo mais forte, de 15,4%, para R$ 306 bilhões.

Impacto da soja

Pelos números mais recentes do IBGE, a safra de grãos deste ano deverá ficar em 295,9 milhões de toneladas, 6,2% inferior à do ano passado. Vale ressalta o impacto da soja, produto que deverá ter uma queda forte nas exportações em 2024. Nas estimativas da MB Agro, as vendas externas do complexo soja (grão, farelo e óleo) devem atingir US$ 51,8 8 bilhões neste ano, um recuo de 23% em relação a 2023, com baixa de 6% dos volumes e 18% dos preços. "É o produto que acabou por apresentar mais perda na exportação neste ano", diz Vale, avaliando que "houve um pouco mais de dificuldade na safra de soja, mas nada muito dramático; não é uma quebra significativa, mas, pela importância da cultura, tem efeito relevante".

As exportações totais do agronegócio, incluindo aí produtos com transformação industrial, também vão cair neste ano. Nas previsões da MB Agro, elas deverão ficar em US$ 146,5 bilhões em 2024, 12% a menos do que no ano passado, com recuo de 10% dos volumes e 2% das cotações. A queda das exportações do milho também será forte, de acordo com a consultoria. O recuo de deve ser de 42%, para US$ 7,861 bilhões, com tombo de 37% das quantidades e 8% dos preços.

> "O ano de 2023 foi atípico; a nossa produção foi muito forte"
> *Fernando Honorato*

O resultado de 2024, porém, não é uma tendência para a agropecuária, diz Vale. "Isso deve ser visto como um fator temporário", afirma ele. "A expectativa para 2025 é de uma safra melhor, com câmbio mais alto e preços um pouco melhores no geral, com a perspectiva de queda de juros nos EUA."

O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, também vê a queda da agropecuária em 2024 como um fenômeno normal. Segundo ele, o recuo era esperado, dado o avanço excepcional no ano passado, num cenário em que a soja na Argentina se recupera neste ano, depois de um 2023 em que a safra do produto no país vizinho foi abalada por uma seca severa.

"O ano de 2023 foi atípico; a nossa produção foi muito forte", afirma Honorato.

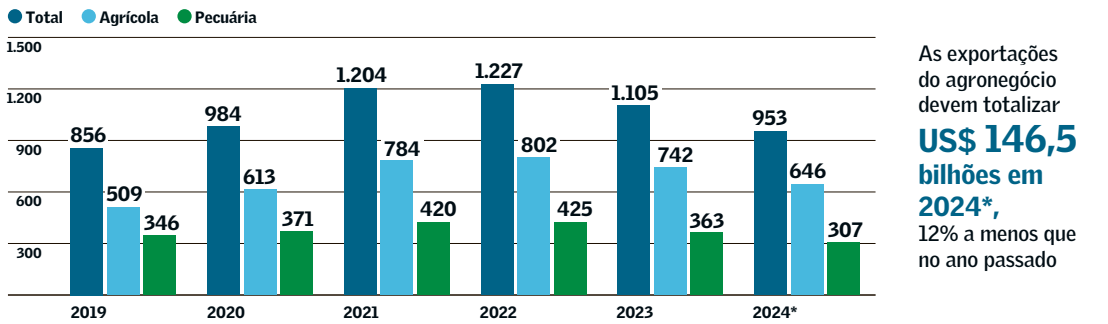
Para 2024, o desempenho mais fraco da agropecuária neste ano vai, claro, afetar o desempenho do PIB. "O agro foi essencial para os quase 3% de expansão ano passado, mas neste ano ele tende a tirar crescimento", diz Vale, projetando que o ritmo de expansão do PIB ficará ligeiramente inferior, entre 2% e 2,5%. A estimativa de junho da MB para a agropecuária no PIB era de recuo de 0,5%, mas Vale diz que a queda pode ser um pouco mais intensa.

Baixa no PIB

O Bradesco, por sua vez, vê uma baixa bem mais forte da agropecuária no PIB em 2024. Há duas semanas, o banco revisou a projeção para o setor nas contas nacionais neste ano de um recuo de 3,5% para uma queda de 5,2%. Essa revisão incorpora os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul sobre o setor, mas também a expectativa de um resultado mais fraco de todo o segmento agropecuário.

Honorato reitera que não vê uma crise no segmento, mas problemas localizados. "Sempre haverá alguns produtores 'descobertos', que podem ter se alavancado e agora sofrem as consequências financeiras da queda da produção", afirma ele. Há, desse modo, quem tenha se endividado e tem que enfrentar os problemas com o recuo do que é produzido. A expectativa do banco é de uma recuperação do setor em 2025, com alta de 3,9% do PIB agropecuário. Em junho, a previsão era de um crescimento de 1,9% no ano que vem.

Condições climáticas

Para os economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), a produção agrícola ainda tem resultados negativos "simplesmente pelas condições climáticas menos favoráveis deste ano e pela safra recorde de 2023". Para o segundo trimestre, eles estimam queda de 2,2% do PIB da agropecuária em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal.

"Sem dúvida, haverá um impacto negativo no setor devido ao desastre no Rio Grande do Sul, mas esse efeito é mais moderado, devido ao avanço das colheitas na região até abril de 2024", escrevem, no Boletim Macro mais recente do FGV Ibre, os pesquisadores Silvia Matos, Caio Dianin e Bruno Issler. Para este ano, eles preveem que o PIB vai crescer 2%, com a agropecuária recuando 2%.

A aposta dominante é que o ano que vem vai ser de recuperação da agropecuária, mas ainda há incógnitas no cenário. "Para 2025, o quadro ainda não está muito claro, pois o clima tem sido muito mais volátil do que nos últimos anos", diz Vale.

"A princípio estimo uma expansão de 3%. Mas isso vai depender da safra, da conjunção de preço e câmbio", pondera ele. "Com uma queda de juros nos EUA, os preços de commodities podem ter reação positiva. O câmbio, por sua vez, depende da situação fiscal", afirma Vale. "Como não parece que haverá solução definitiva, o câmbio pode estar buscando um novo ponto de equilíbrio acima dos R$ 5 em que estava anteriormente. Isso tende a dar um sentido de retomada para o setor ano que vem."

No PIB, o peso direto da agropecuária é de 7,1%, segundo números das contas nacionais de 2023. Já a participação do agronegócio é bem maior, refletindo o efeito do setor nos outros segmentos da economia. No ano passado, a fatia ficou em 23,8% do PIB, de acordo com estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O cálculo considera a agropecuária, o setor de insumos, a agroindústria e os agrosserviços. Desse modo, uma retomada da agropecuária em 2025 terá um impacto positivo sobre vários setores, ampliando os seus efeitos sobre a economia brasileira.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Sérgio Vale: "A expectativa para 2025 é de safra melhor, com câmbio mais alto e preços um pouco melhores no geral"

Fôlego menor
A evolução da renda agropecuária - em R$ bilhões

As exportações do agronegócio devem totalizar **US$ 146,5 bilhões em 2024***, 12% a menos que no ano passado

Fonte: Conab, IBGE e MB Agro. *Projeções da MB Agro. Obs.: valores atualizados para 2024

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**326,6**	**329,6**	**-0,91**	**31,5**	**58,6**	**-46,28**
Imposto de renda pessoa física	33,8	25,1	34,42	23,0	15,3	50,63
Imposto de renda pessoa jurídica	153,0	150,4	1,74	17,2	16,2	6,18
Imposto de renda retido na fonte	180,0	154,0	16,87	31,5	27,1	16,20
Imposto sobre produtos industrializados	30,4	24,6	23,73	6,2	4,9	26,70
Imposto sobre operações financeiras	26,4	24,6	7,30	5,3	4,5	17,47
Imposto de importação	26,8	22,5	19,47	5,6	4,6	20,87
Cide-combustíveis	1,2	0,0	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	163,5	132,7	23,19	31,8	27,4	16,25
CSLL	81,2	76,4	6,25	9,1	8,7	4,55
PIS/Pasep	45,4	37,2	21,86	8,7	7,5	16,13
Outras receitas	388,1	314,8	23,30	104,6	60,6	72,75
Total	**1.089,6**	**962,4**	**13,22**	**203,0**	**176,7**	**14,89**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	-	0,81	1,10	-3,18	2,45	-	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	-	0,89	0,47	-5,60	1,94	-	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	-	0,46	2,65	3,40	3,70	-	735,41	716,46	709,98
INCC-M	-	0,93	2,63	3,32	3,77	-	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jul/24 0,00%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noninimais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Conjuntura Emprego com registro puxa alta da taxa de ocupação, mas postos informais seguem em expansão e representam 40% do total

Mercado de trabalho aquecido camufla alta informalidade

Lucianne Carneiro
Do Rio

O mercado de trabalho brasileiro aponta uma trajetória clara de expansão nos últimos dois anos, após a crise provocada pela pandemia, quando ainda não tinha se recuperado da recessão dos anos de 2015 e 2016. Mês a mês, há recordes em números de pessoal ocupado, de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e da massa de rendimentos, entre outros indicadores. Outros componentes retomam patamares que não eram observados há uma década, como o número de desempregados, que pela primeira vez desde 2015 ficou abaixo dos 8 milhões. Ainda assim, um alto nível de informalidade permeia os bons números do emprego no país.

Perto de 40% dos trabalhadores brasileiros ocupados atuam no mercado informal. Recentemente, houve redução dessa parcela, mas, como o total de empregos sem registro cresce junto com o trabalho formal, o número absoluto de pessoas em posições informais de trabalho segue em expansão.

Ao longo dos mais de oito anos da série de taxa de informalidade da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua — indicador calculado desde o quarto trimestre de 2015 —, apenas quatro trimestres móveis tiveram parcela dos informais abaixo dos 38%. O ponto mais alto já registrado foi de 41%, o que indica um intervalo 4,5 pontos percentuais entre o mínimo (36,5%) e o máximo.

Todos os trimestres abaixo dos 38% ocorreram em 2020, o primeiro ano da pandemia, quando os trabalhadores informais foram expulsos do mercado de trabalho pela necessidade de isolamento social. Assim, aumentou a participação dos trabalhadores formais entre as pessoas ocupadas, mas pelo chamado efeito composição.

"A informalidade de parte significativa dos postos de trabalho caracteriza o mercado de trabalho brasileiro e constitui uma importante fonte de desigualdades", afirma o economista da Tendências Consultoria Lucas Assis, responsável pelo acompanhamento do mercado de trabalho. "Consequentemente, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social, como direito à aposentadoria e a licenças remuneradas, como de maternidade ou por motivo de saúde", diz.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Lucas Assis: informalidade constitui importante fonte de desigualdades

O segmento informal tem vínculos de trabalho mais instáveis, não garante direitos trabalhistas — como auxílio-doença e aposentadoria — e tradicionalmente oferece rendimentos mais baixos. A redução da informalidade e o aumento do grau de formalização do mercado de trabalho são parte do oitavo ponto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas (ONU), dentro do tema "Crescimento Econômico e trabalho decente". A taxa de informalidade é o indicador usado como referência para o acompanhamento desse ODS.

Se o Brasil está abaixo da média mundial (58%) e daquela dos países menos desenvolvidos (89,1%), fica muito acima do nível observado nos países europeus e da América do Norte, que é de 11,4%, mostram dados da Divisão de Estatísticas da ONU para 2023. Em todo o mundo existem mais de 2 bilhões de pessoas em empregos informais.

No Brasil, a Pnad Contínua apontava a existência de 39,13 milhões de trabalhadores informais no trimestre encerrado em maio, dado mais recente do indicador. No cálculo do setor informal, o IBGE inclui empregados do setor privado sem registro em carteira de trabalho, empregados domésticos sem carteira, empregadores sem registro no CNPJ, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e também o trabalhador familiar auxiliar, que ajuda a família sem remuneração.

Coordenadora de pesquisas por amostras de domicílio do IBGE, Adriana Beringuy também destaca a elevada participação da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, apesar do papel exercido pelo setor formal no crescimento recente.

"Não é pelo fato de que a população ocupada tem crescido por impulso da população formal que a informal vem caindo. Ela só vem perdendo participação, mas se mantém como ramo muito importante da população ocupada", afirmou Assis, ao comentar os resultados mais recentes da Pnad Contínua. "Essa expansão da população ocupada vem ocorrendo por meio do emprego formalizado, mas também por meio dos informais."

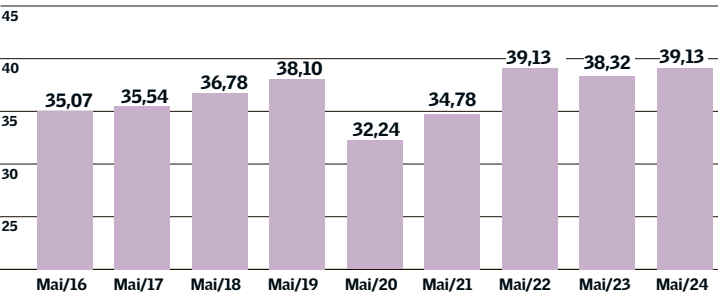
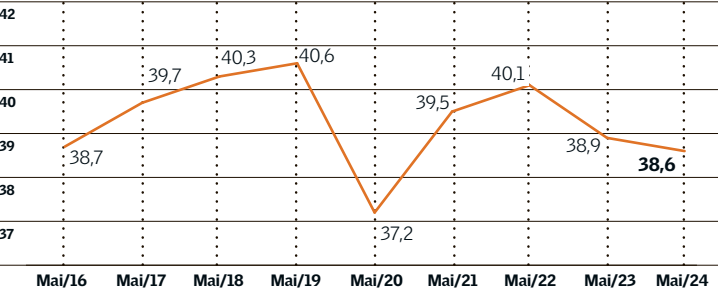
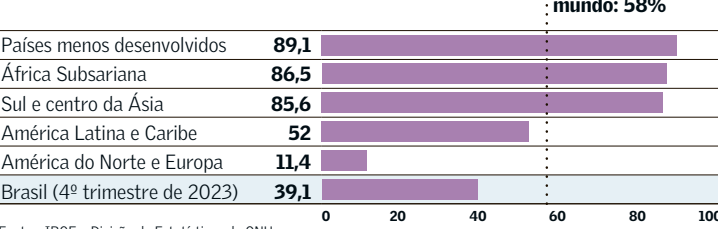
Para a professora de economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Liana Carleial, a taxa de informalidade é hoje apenas uma referência porque a precarização do mercado como um todo aproxima as condições de trabalho de quem atua no setor formal dos que estão em vagas informais.

"Hoje a categoria informalidade é uma referência, mas não quer dizer mais nada. Trabalhadores formais trabalham por 12 horas e em condições precárias. Faz mais sentido falar em ausência ou presença de direitos sociais", defende ela, ao ponderar sobre o que diferencia os dois tipos de trabalhadores.

Entre os trabalhadores informais, há um grupo que chama atenção. São 25,5 milhões de pessoas que trabalham por conta própria, ou 25,1% dos 101,3 milhões de ocupados. Carleial condena o avanço do empreendedorismo, que acredita esconder a baixa parcela dos trabalhadores assalariados no Brasil. "Menos de 50% dos trabalhadores são assalariados. Só de conta própria já é um número grande, de 25% dos ocupados", diz.

Como caso de sucesso das condições do mercado de trabalho, Carleial cita a França, onde 87,3% dos trabalhadores são assalariados, dos quais mais de 70% têm contratos de duração indeterminada.

"É possível achar a situação ruim do Brasil de diferentes maneiras. Na França, quase 90% são assalariados, é um caso exitoso. É uma sociedade salarial sólida. Não é o nosso caso", afirma.

Um dos aspectos que diferenciam os trabalhadores formais dos informais é o rendimento, que tende a ser a maior entre os primeiros. Lucas Assis afirma que a transição do emprego informal para o formal aumenta a probabilidade de melhorar o rendimento do trabalho, tanto em termos absolutos quanto relativos.

O economista pondera, no entanto, que os ganhos de rendimento com formalização não beneficiam igualmente todos os trabalhadores. "A mudança para o emprego formal apresenta maior potencial de melhoria no rendimento do trabalho para os mais ricos", nota.

Assim como outros indicadores no país, a taxa de informalidade apresenta desigualdades, com índices piores para as camadas mais vulneráveis da população. Lucas Assis destaca as diferenças espaciais, por escolaridade e por cor ou raça: a condição predomina nas regiões Norte e Nordeste, recua à medida que o grau de instrução e mostra diferenciação por cor ou raça, sejam homens ou mulheres.

No primeiro trimestre de 2024, quando a taxa de informalidade no Brasil era de 38,9%, esse percentual estava em 70,9% entre os trabalhadores sem instrução e de 63,2% entre aqueles com ensino fundamental incompleto. Na outra ponta, a taxa era de 19,1% para quem tinha superior completo e de 29,8% para as pessoas com ensino superior incompleto.

Na análise por cor ou raça, a parcela dos informais era de 33,6% entre os trabalhadores brancos ocupados, abaixo dos 41% das pessoas pretas e dos 43,5% de cor parda. Os dados regionais também comprovam disparidades e variam entre 30,5% na região Sul e 52% no Norte. As demais taxas são de 51,3% no Nordeste; 34,1% no Sudeste; e 34,6% no Centro-Oeste.

"A estrutura produtiva brasileira ainda incorpora elementos e relações trabalhistas típicas de economias subdesenvolvidas, como, por exemplo, o grande número de trabalhadores em serviços domésticos, majoritariamente mulheres", diz Assis. "A atividade de construção, também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, emprega predominantemente homens."

Os números da informalidade

Fatia dos informais no mercado de trabalho se mantém em torno de 40%

Fontes: IBGE e Divisão de Estatísticas da ONU

Número de informais é desafio para previdência

Do Rio

O elevado grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro impõe desafios para o financiamento da previdência do país, apontam economistas. A preocupação é reforçada no atual momento de envelhecimento da população brasileira, quando haverá cada vez menos jovens para sustentar a seguridade social para os idosos no futuro.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 38,6% da população ocupada está em vagas de trabalho informais no trimestre encerrado em maio, ou 39,13 milhões de pessoas.

Do total de pessoas ocupadas, apenas 65,3% contribuíram para algum instituto de previdência. São 66,17 milhões de pessoas neste grupo, que contempla tanto os trabalhadores formais quanto pessoas que contribuem de forma autônoma em busca de proteção social, seja aposentadoria ou auxílio-doença, por exemplo.

Os dados mostram que pouco mais de um terço (34,7%) da população ocupada não contribuem para a previdência. É o que o economista da Tendências Consultoria Lucas Assis chama de balança fiscal da previdência.

Neste contexto, ele vê dois desafios. Por um lado, a informalidade afeta o volume atual de contribuições para a previdência. Por outro, o envelhecimento da população, com parcela maior dos idosos no total dos habitantes do país, significa mais gastos em seguridade social.

"Um [dos desafios] decorre da diminuição da arrecadação causada pela precarização das relações de trabalho, impactando diretamente o número de contribuições para a previdência. O outro desafio é o aumento da expectativa de vida dos idosos, que receberão benefícios como aposentadoria por idade e pensão por morte por mais tempo, prorrogando assim o vínculo previdenciário", alerta.

A professora de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Liana Carleial vê com preocupação para o futuro do país o atual grau de informalidade. Sem trabalhadores formais, o financiamento das aposentadorias é comprometido. Numa população que se torna cada vez mais velha, essa situação se agrava, avalia.

"A realidade é que se precisa de trabalhadores formalizados, que possam de fato contribuir, junto com os empregadores, para manter uma previdência pública. Porque senão vai ter, daqui a 10, 20 anos, pessoas que chegam à idade da aposentadoria sem condições de se aposentar. A Previdência está sendo corroída por dentro. Isso é grave, muito grave", alerta. "A gente vive tentando corrigir a Previdência para ela não ter problemas no futuro. Mas ao mesmo tempo estamos corroendo a possibilidade de ela se solidificar o tempo todo", completa. *(LC)*

O pente fino e o faroeste fiscal

Bruno Carazza

Pressionado por uma situação fiscal difícil, com o arcabouço fazendo água e em meio a uma avalanche de memes divulgados à direita e à esquerda criticando seu "ajuste pelo lado da receita", Fernando Haddad e sua equipe econômica divulgam nesta segunda-feira sua proposta de bloqueios e contingenciamentos para tentar atingir a meta de déficit zero até o fim do ano.

Alguns números já foram antecipados, mas não é bom esperar nada de estrutural sendo anunciado, para além de medidas paliativas e o engodo do "pente fino" em despesas, esse emplasto utilizado pelos políticos quando não querem se indispor com cortes efetivos nos gastos.

Em debate realizado no dia 2 de julho na Fundação Dom Cabral, em São Paulo, um grupo de especialistas foi convidado a discutir um dos principais itens da despesa pública brasileira: a folha de pagamentos do funcionalismo.

O Estado brasileiro enfrenta um paradoxo: tem proporcionalmente menos servidores do que países desenvolvidos, mas as despesas com servidores são maiores do que a média de nações avançadas e em desenvolvimento.

Para além dessa distorção, como apontou a jornalista Renata Lo Prete, mediadora do evento, o debate sobre a eficiência do Estado se faz ainda mais necessário num momento em que os recursos estão mais escassos do que já foram em outros tempos.

Segundo o ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga, a questão do tamanho do Estado brasileiro levanta uma série de reflexões. "A captura não é apenas de grandes empresas que fazem lobby e corrompem o nosso Estado, ela acontece por dentro também", referindo-se ao corporativismo de certas carreiras do Estado.

Para Arminio, chama a atenção no Brasil a ausência de uma arquitetura institucional que impeça o que ele se refere como "efeito escada" — mecanismo em que sempre que uma categoria consegue uma vantagem as demais se mobilizam para obter ganhos equivalentes. "O Judiciário consegue um benefício, o Ministério Público corre atrás. Ou auditores da Receita ganham um bônus e os analistas do Banco Central querem também", exemplifica.

Na visão de Arminio, da mesma forma que o Estado precisa medir os efeitos das políticas públicas e dos benefícios fiscais para o setor privado, é fundamental também que se estabeleça uma política de avaliação dos servidores. Ele acredita ser possível conceber um sistema transparente, com direito de defesa e blindado contra perseguições políticas, sem ser complacente com a baixa produtividade.

Segundo Élida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, para muitas entidades representativas das carreiras da elite do funcionalismo público a estrutura do Estado passou a ser um fim em si mesmo. Ao manobrarem as instâncias decisórias em benefício próprio — a imagem utilizada por ela foi de um "faroeste orçamentário" — essas categorias estão corroendo a legitimidade de suas respectivas instituições ao se afastarem do atendimento das reais necessidades da sociedade à qual servem.

Na visão da procuradora, é preciso resgatar os papéis de planejamento, execução e controle das ações do Estado sob a lógica do "público feito em público". Para Graziane, é preciso uma ordenação legítima das prioridades nacionais, para se evitar a captura do orçamento por grupos de interesses e a perenização das desigualdades sociais.

Em termos de ganhos fiscais, haveria espaço para se reavaliar a real demanda por diversos cargos que não se fazem mais necessários pelo avanço da tecnologia e mesmo pelos ganhos de escala que poderiam ser obtidos evitando-se a multiplicação de estruturas estatais dispersas em mais de 2000 municípios com população diminuta.

Já para a professora e pesquisadora em Administração Pública Gabriela Lotta, da Fundação Getulio Vargas, a discussão sobre reforma administrativa no Brasil não pode ficar presa aos argumentos simplificadores daqueles que demonizam o Estado ou de quem o defende sem nenhum senso crítico.

Para Gabriela, é fundamental entender a gritante diferença entre uma pequena elite que fura o teto do funcionalismo (R$ 44.008,52 por mês), enquanto 70% dos servidores públicos brasileiros recebem menos de R$ 5 mil mensais. "Qualquer proposta de reforma precisa levar em conta essa discrepância, em que uma pequena fração de privilegiados contamina a imagem de uma maioria que, na base, presta serviços diretos para a população sem uma remuneração adequada", alerta.

Lotta chama atenção para a necessidade de quebrarmos o paradoxo de que, em nome de instituições fundamentais para a democracia e a sociedade brasileira — como o Poder Judiciário, o Legislativo e órgãos como Tribunais de Contas, advocacia pública, Receita Federal e Banco Central, por exemplo —, seus servidores garantem para si vantagens desconectadas da realidade brasileira. E nesse sentido é fundamental recuperar a autoridade do teto remuneratório.

Para além do embate entre quem defende um Estado menor ou maior, Lotta defende que é possível avançar em direção a um serviço público melhor.

Se tiver a ousadia de enfrentar essa questão, o governo Lula pode sair das cordas, apanhando do mercado, dos memes e de boa parte do eleitorado. Mas é preciso ter coragem.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Executivo Ampliação do cultivo de arroz no Norte, Nordeste e Centro-Oeste está sendo vista como estratégica para aumentar aprovação de Lula

Governo foca em reduzir preço dos alimentos para melhorar popularidade

Andrea Jubé e Rafael Walendorff
De Brasília

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL — 17/7/2024

Lula: pesquisas mostram que aprovação do presidente aumenta quando há percepção de melhora da economia

Em meio à anulação do leilão para importação de arroz e à alta da inflação de alimentos, com impacto na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o grupo de trabalho do governo que monitora os preços nas prateleiras dos supermercados voltou as atenções para a expansão do cultivo do cereal, um dos principais ingredientes do prato do brasileiro, ao lado do feijão.

Em junho, diante de denúncias de irregularidades, o governo anulou o leilão para compra de arroz importado que buscava conter o aumento do preço do grão. No começo deste mês, firmou acordo com produtores gaúchos de controle do preço e garantia de abastecimento do cereal em todo o país. Em troca, a promessa de não realizar leilões.

Agora os esforços concentram-se na ampliação do cultivo do chamado "arroz de terras altas" em Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste a fim de reduzir a dependência do cereal produzido pelo Rio Grande do Sul. O Brasil produz cerca de 10 milhões de toneladas do cereal ao ano, das quais 7,7 milhões vêm do Rio Grande do Sul.

Na semana passada, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, comandou uma reunião para tratar do assunto com o subsecretário de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, o assessor especial do Ministério da Agricultura Carlos Augustin e representantes da indústria do arroz de Goiás.

Os produtores goianos anunciaram investimentos na cultura do cereal pelo sistema de pivô ou "terras altas". Com esse tipo de iniciativa, a expectativa do governo é que preços menores devido à expansão da produção cheguem ao consumidor no ano que vem.

Ao **Valor**, Teixeira explicou que as atenções do grupo estão voltadas ao arroz pela importância do cereal na mesa do brasileiro, e porque o preço do grão foi um dos que mais saiu da curva nos últimos meses, em decorrência das enchentes no Rio Grande do Sul. No acumulado de 12 meses, o preço subiu 28%.

Carlos Augustin confirmou ao **Valor** que as medidas de combate à inflação dos alimentos têm sido demandadas pelo presidente Lula à equipe técnica desde o início do ano. "É uma preocupação constante", reconheceu.

No Plano Safra 2024/25, foram anunciadas iniciativas para impulsionar a produção de alimentos básicos, com juros menores nas linhas de crédito, e a possibilidade do governo lançar contratos de opção de venda da colheita. Em paralelo, o ministério elevou o preço mínimo do arroz para estimular o crescimento da área plantada.

Segundo Augustin, as novas tecnologias desenvolvidas pela Embrapa podem ser usadas em cerca de 2 milhões de hectares cultivados hoje com irrigação por pivô central, principalmente no Centro-Oeste. No Rio Grande do Sul, o cereal é cultivado em áreas alagadas. As novas variedades também serão testadas para plantio no sistema de "sequeiro", sem uso complementar da água. Nesse modelo, o arroz substituiria o milho, que está com preços baixos, na safra seguinte à da soja no Cerrado.

A investida na cultura do arroz já chamou a atenção de gigantes da soja, como Eraí Maggi Scheffer. Augustin comentou que o empresário planeja plantar 50 mil hectares de arroz na próxima safra em Mato Grosso.

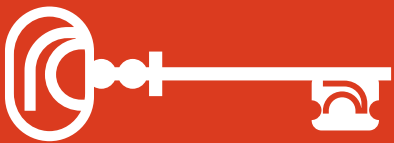
A perspectiva de controle do preço do arroz no longo prazo entusiasmou auxiliares do núcleo mais próximo de Lula. O cereal é o segundo item mais consumido pelo brasileiro atrás somente do café, segundo pesquisa sobre orçamentos familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2020.

No entorno de Lula, a percepção é de que a escalada do preço dos alimentos desde o ano passado, especialmente do arroz, refletiu-se na queda de avaliação do governo. Mas a curva de popularidade do presidente sofreu uma inflexão, conforme pesquisas divulgadas em julho. A ala política do governo atribui essa mudança de humor da população, entre outros fatores, à reversão da inflação dos alimentos, que caiu quase à metade entre fevereiro e março, de 0,95% para 0,53%, segundo o IPCA.

Pesquisa Genial/Quaest divulgada em 10 de julho mostrou que a atuação de Lula é aprovada por 54% dos brasileiros, enquanto 43% dos entrevistados a reprovam. Em maio, os percentuais de aprovação e reprovação eram de 50% e 47%, respectivamente.

O desempenho positivo foi puxado, principalmente, por quem tem renda familiar de até 2 salários mínimos, em cuja faixa a aprovação de Lula subiu de 62% (maio) para 69% (julho).

Por ocasião da divulgação da pesquisa, o diretor da Quaest, Felipe Nunes, atribuiu o avanço na avaliação de Lula à percepção entre os mais pobres de melhora da economia. A pesquisa mostrou que os brasileiros aprovaram falas de Lula defendendo isenção fiscal da carne, reajuste de salários acima da inflação e críticas aos juros altos do Banco Central.

INÊS 249

DESIGN // ARTE
MODA // TECNOLOGIA // GAME
ESPORTE // MÚSICA

O JOGO DA CULTURA

METODOLOGIA ASIA PARA CONSTRUIR MARCAS

A TIGRESA BRANCA

DEVORO

Eleições Vice-presidente tem defendido deputada de pressões para desistir de candidatura

‘Fiador’ de Tabata em SP, Alckmin terá perfil discreto na campanha

RAFAELA ARAÚJO/FOLHAPRESS — 20/7/2024

Alckmin, no sábado, participou com Lula de convenção que lançou chapa formada por Luiz Fernando Teixeira (PT) e William Dib (PSB) em São Bernardo do Campo

Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília

Em meio a pressões para que a deputada federal Tabata Amaral (PSB) desista de concorrer à Prefeitura de São Paulo, o vice-presidente Geraldo Alckmin colocou seu peso político para sustentar a candidatura de sua correligionária. Interlocutores afirmam em reserva que Alckmin vem atuando como um “fiador” da campanha de Tabata, enquanto a própria parlamentar o define como “um de meus maiores apoiadores políticos”.

O vice-presidente vem mantendo atuação discreta na estratégia eleitoral do PSB até o momento, sem muita participação nas conversas envolvendo várias praças. Em sua agenda pública, não constam nas últimas semanas encontros com candidatos e líderes políticos para fazer articulações visando o processo eleitoral. Mas em São Paulo, capital do Estado que governou por 14 anos (2001-2006 e 2011-2018), tem sido diferente.

Alckmin ajudou, por exemplo, na montagem da equipe encarregada de escrever o programa de governo de Tabata e da chapa de vereadores do partido na cidade. E estará presente no sábado (27) na convenção que oficializará a candidatura da deputada, que vem enfrentando dificuldades para formar alianças e para decolar nas pesquisas.

A quebra de um acordo entre PSB e PSDB para a formação de uma chapa tornou o cenário ainda mais difícil para Tabata. Datena filiou-se ao PSB em dezembro do ano passado e era o mais cotado para ser vice da deputada. Em abril, migrou ao PSDB, mas acabou se lançando candidato. O jornalista policial agora aparece à frente de Tabata nas intenções de voto. O Datafolha de 8 de julho a colocou com 7%, atrás do prefeito Ricardo Nunes (MDB), 24%; de Guilherme Boulos (Psol), 23%; Datena, 11%; e Pablo Marçal (PRTB), 10%.

Atrás na corrida, a deputada tem nas últimas semanas sofrido pressão por integrantes do PT e do PSDB para que abra mão da disputa e apoie seus candidatos. Mas esse movimento vem sendo barrado por Alckmin, que defende em conversas o direito de Tabata concorrer. O presidente da legenda, Carlos Siqueira, e o ministro do Empreendedorismo, Márcio França, também se opõem à desistência.

“O presidente Alckmin é hoje um dos meus maiores apoiadores políticos. Ele é muito presente no dia a dia da pré-campanha e está muito próximo das conversas que eu venho tendo com outros partidos”, disse Tabata ao **Valor**.

Ainda de acordo com ela, Alckmin, Siqueira e França também participam de articulações com o PSDB para tentar ressuscitar o pacto quebrado em São Paulo.

“Ele, o Márcio [França] e o Siqueira estiveram muito presentes nessas negociações. O tempo todo foi uma articulação nacional, que envolveu outras cidades, não só São Paulo”, afirmou. “Mas também por todas as relações que ele [Alckmin] mantém dentro do PSDB, ele vem acompanhando também.”

Tabata não nega nem confirma rumores de que chegou a convidar a esposa do vice-presidente, Lu Alckmin, para compor a sua chapa. Mas interlocutores no partido e no Planalto afirmam que essa possibilidade não existe.

O vice-presidente vem sinalizando que pretende adotar um perfil discreto nas eleições. Fontes do partido e interlocutores de Alckmin afirmam, por exemplo, que ele participará de eventos pontuais, em poucos municípios e somente nos fins de semana. A própria Tabata corrobora essa versão.

“A gente conta muito com a presença dele aqui em São Paulo. Obviamente que, por ser vice-presidente da República e ministro, e ter que cumprir uma agenda em Brasília, eu conto com ele aos fins de semana”, disse. “A gente vem tendo o cuidado nos eventos em que é imprescindível que ele esteja a gente marca no fim de semana.”

Por causa disso, os lançamentos da candidatura e do programa de governo da deputada, ainda sem data marcada, devem ocorrer em um sábado ou um domingo.

A disputa pela Prefeitura de São Paulo colocará Alckmin e Lula em campos distintos, sendo considerada estratégica para ambos. Lula aposta na candidatura de Guilherme Boulos (Psol), que terá como vice a petista Marta Suplicy.

Entretanto, presidente e vice estão unidos no berço político de Lula. Alckmin esteve presente no sábado (20) no lançamento da candidatura do petista Luiz Fernando Teixeira (PT) à Prefeitura de São Bernardo do Campo. Ele terá como vice o ex-prefeito Willian Dib (PSB). Alckmin também era esperado no domingo em Cubatão, na convenção para lançar a candidatura de Rodrigo Alemão (PSB).

Fontes do PSB afirmam que o vice-presidente também deve viajar para cidades como Ribeirão Preto, Franca e Assis no próximo fim de semana, para a oficialização de candidaturas da legenda. E tem gravado alguns poucos vídeos para candidatos do partido, mas não tem atendido a todos os pedidos que chegam à sua mesa.

Além de São Paulo, o PSB tem como prioridades na eleição as disputas em Recife, São Luiz, Palmas e Curitiba. Alckmin ainda não sinalizou, no entanto, como pretende participar das campanhas nessas cidades.

Candidato à reeleição em Florianópolis evita polarização

Julia Lindner
De Brasília

Capital de um dos Estados com mais apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro do país, Florianópolis (SC) deve ter eleição distante da polarização nacional. Ao menos é o que indicam articulações em torno do favorito na disputa. À frente nas pesquisas de intenção de voto, o prefeito Topázio Neto (PSD) rompeu com seu antigo aliado, o ex-prefeito Gean Loureiro (União), e se uniu neste ano ao PL do governador Jorginho Mello e do ex-presidente Bolsonaro — o partido será responsável por indicar o vice na chapa. Apesar disso, Topázio está longe de ser “bolsonarista raiz”, enquanto a esquerda está dividida e enfrenta dificuldades para formar frente ampla.

O prefeito catarinense, por exemplo, não compareceu à CPAC Brasil (sigla em inglês para Conferência de Ação Política Conservadora), em Balneário Camboriú (SC), neste mês, que reuniu lideranças da direita. Ele também não teve agenda com Bolsonaro na ocasião. Além disso, o PSD, seu partido, acumula divergências com a sigla comandada pelo ex-presidente.

A decisão do PL de apoiar um candidato mais neutro tem relação com os números das últimas eleições. Em 2022, Florianópolis deu menos votos a Bolsonaro no último pleito do que a média total de Santa Catarina. Na capital, o ex-presidente teve 53,3% dos votos, enquanto em toda Santa Catarina ele recebeu 69,2% dos votos.

A aliança entre as duas legendas tem pontos de atrito. O PSD foi um dos responsáveis pela ação que busca cassar o mandato do senador Jorge Seif Jr. (PL-SC), ainda sob análise no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Outro motivo de críticas no PL é o fato de deputados federais e senadores do PSD no Congresso Nacional terem se posicionado a favor do indiciamento de Bolsonaro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, em 2023. Sem eles, a decisão poderia ter sido revertida.

No início do ano, um áudio revelado pelo jornal “O Estado de S. Paulo” mostrou que Bolsonaro chegou a dizer aos integrantes de sua legenda que não apoiaria nomes do PSD nas eleições municipais deste ano. “Deixo claro: PSD do Kassab eu não apoio ninguém, tá ok?”, disse o ex-presidente na ocasião. Ainda assim, Jorginho Mello bancou o apoio a Topázio.

“A aproximação com o Topázio é o caminho natural escolhido pelo governador [Jorginho]. É o que tem para hoje. Vamos acompanhar o resultado dessa decisão”, avaliou a deputada Júlia Zanatta (PL-SC), ao comentar a aliança.

Em busca de uma aproximação, emissários de Topázio chegaram a sinalizar, em caráter reservado, que ele poderia migrar para o PL após as eleições. Questionado sobre o assunto, o prefeito disse ao **Valor** que “é uma especulação que sempre acontece”, e não descartou a ideia.

“Estamos interessados nesse momento no projeto de cidade, não em um projeto político meu. Estou no PSD, sim, vamos fazer a eleição pelo PSD. Agora, não posso negar que sou um apoiador do governador Jorginho. Mas isso não quer dizer que eu vá mudar para o PL”, respondeu o prefeito.

Topázio também diz que se identifica com “a visão de mundo de Bolsonaro”, mas que dialoga com todos enquanto gestor. “Se eu tivesse que ser rotulado, eu sou um agente público de viés de direita”, declarou.

Aliados do atual prefeito dizem que não é uma preocupação receber apoio formal do ex-presidente e que o foco é manter a disputa no âmbito local. Apesar de ter faltado ao CPAC, Topázio já teve agendas com Bolsonaro neste ano. Em abril, recebeu o ex-presidente no aeroporto durante uma visita a Santa Catarina. Os dois posaram rapidamente para fotos, mas não compartilharam em suas redes sociais.

> “Uma eleição local não deve sofrer influências da política nacional”
> *Dario Berger*

Há cerca de duas semanas, durante visita a Brasília para compromissos oficiais, o prefeito de Florianópolis participou do jantar oferecido pelo líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA). Depois do encontro, Brito disse que Topázio está firme na legenda.

A aposta em uma eleição menos polarizada é compartilhada por outros nomes na disputa. Um dos pré-candidatos à prefeitura, o ex-vereador Pedro Silvestre (PP), conhecido como Pedrão, afirma que a cidade ficou “meio a meio” entre Lula e Bolsonaro no último pleito nacional e, por isso, acredita que a disputa municipal neste ano não será polarizada. Para Pedrão, o fato de a esquerda estar dividida, com mais de um candidato, também deve contribuir para reduzir a polarização. Outro fator é não ter o 22, número do PL, na urna.

“A eleição em Florianópolis é diferente do restante do Estado. Creio que a eleição não vai polarizar. O eleitor está mais preocupado em saber os problemas da cidade”, afirmou Pedrão.

Na esquerda, o deputado estadual Marquito (Psol) é um dos pré-candidatos, assim como Vanderlei Farias (PT), conhecido como “Lela”, que se apresenta como “o candidato de Lula em Floripa”.

O ex-senador Dario Berger (PSDB) é outro nome que se coloca na corrida eleitoral e é visto como alguém que poderia disputar o eleitorado dos dois lados. Dario concorreu à reeleição ao Senado na última eleição com apoio de Lula — na época, ele estava no PSB — mas saiu derrotado. Agora, Berger tenta um discurso mais neutro e diz que, como gestor, dialogaria bem tanto com o presidente da República quanto com o atual governador. No Estado, ele tem dito que “quem não gosta do PL e de Bolsonaro é o PSD”.

“Uma eleição local não deve sofrer influências da política nacional, isso é uma posição pessoal minha, porque um prefeito é um síndico da cidade, um resolvedor de problemas”, declarou Berger. Ele não descarta, entretanto, que o cenário nacional acabe tendo alguma influência no processo eleitoral do município.

LECO VIANA/THE NEWS2/AGÊNCIA O GLOBO — 26/8/2022

Jair Renan: plano de voo ‘mais alto’ em primeira disputa foi abortado pelo pai

Jair Renan deve disputar Câmara de Balneário Camboriú

De Brasília

Filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o pré-candidato pelo PL a vereador em Balneário Camboriú Jair Renan deve fazer uma campanha eleitoral discreta. De acordo com aliados, ele recebeu orientações para seguir no “piloto automático”. Isso significa evitar falar publicamente com frequência e fazer ações pontuais de campanha.

Pessoas próximas à família Bolsonaro dizem que o Estado de Santa Catarina foi escolhido para ele iniciar a carreira política justamente por ser considerado mais “fácil” para conquistar votos e sem risco de sobressaltos. O sobrenome, dizem, já será suficiente para elegê-lo. A experiência, no entanto, ainda é vista como um “teste” do seu desempenho.

Além disso, o ingresso de Jair Renan na vida pública pode ampliar as áreas de atuação da família Bolsonaro, que já tem parlamentares eleitos no Rio de Janeiro, com Carlos e Flávio, e em São Paulo, com Eduardo — todos filiados ao PL. Em 2026, também existe a possibilidade de a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro tentar uma vaga ao Senado pelo Distrito Federal (DF).

De acordo com aliados, Jair Renan tinha pretensão de tentar um cargo mais alto em sua primeira disputa eleitoral. O pai, no entanto, vetou a ofensiva e recomendou que o filho começasse “por baixo”, como os demais integrantes do clã, para “ganhar experiência”. O próprio Jair Bolsonaro atuou como vereador pelo Rio de Janeiro no início da carreira.

Na CPAC Brasil (sigla em inglês para Conferência de Ação Política Conservadora), neste mês, Jair Renan não teve espaço de fala, embora o evento tenha ocorrido justamente na cidade em que ele disputará o pleito. Nos bastidores, ele acompanhou praticamente todas as reuniões do pai e de seus aliados. Procurado, não quis falar com a reportagem sobre a sua pré-candidatura.

No início do julho, Jair Renan foi exonerado do gabinete do senador Jorge Seif (PL-SC), justamente para disputar as eleições deste ano. Ele atuava como auxiliar do parlamentar desde março do ano passado, lotado no escritório de Balneário Camboriú, e recebia R$ 11,6 mil de salário mensal bruto. Para ser candidato, ele foi obrigado a deixar a função até três meses antes do pleito.

Cerca de quatro meses antes, o filho do ex-presidente foi a um bingo onde se apresentou como pré-candidato e morador de Balneário Camboriú — o episódio ocorreu dias antes de ele se filiar formalmente ao PL.

Na ocasião e em outros momentos, ele tem atuado ao lado do empresário Emílio Dalçóquio Neto, que é visto como um de seus padrinhos políticos. Dalçóquio Neto foi apontado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) como um dos financiadores dos bloqueios antidemocráticos de 2022. Jair Renan e o aliado também tem apoiado candidatos a vereador de outras cidades.

Em abril, Jair Bolsonaro foi a Santa Catarina para manifestar apoio ao filho. Jair Renan é conhecido por falas polêmicas. Em uma delas, afirmou que trocou o Rio por Santa Catarina em razão do “povo honesto” do novo Estado.

Neste ano, o Ministério Público do DF denunciou Jair Renan pelos crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso para obter três empréstimos bancários de forma fraudulenta. Na ocasião, seu advogado disse ao g1 que ele foi “vítima de um golpe”. *(JL)*

Congresso Segundo projeto de regulamentação prevê que Estados definam incidência do ITCMD

Relator prevê consenso e trâmite rápido

Reforma Tributária

Marcelo Ribeiro, Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Anna
De Brasília

O relator-geral do segundo projeto de lei de regulamentação da reforma tributária (PLP 108/2024), deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE), tem "convicção plena" de que, da forma como está o parecer, os Estados irão implementar a cobrança de ITCMD sobre grandes patrimônios — o texto deixou a critério de cada Estado definir o que seria grande patrimônio, uma liberalidade defendida pelo relator. O parecer foi apresentado no dia 8 de julho, mas a votação ficou para agosto.

"Das conversas que tive com oito ou dez governadores, acredito que todos vão implementar", afirmou Benevides em entrevista ao **Valor**. O ITCMD é o imposto estadual cobrado sobre herança transmitida a herdeiros em caso de morte do titular ou por meio de doações feitas em vida.

Para o deputado, não faria sentido a Câmara definir o que seria grande patrimônio. "Em São Paulo pode não ser o mesmo que no Acre", exemplificou. Ele lembrou que hoje a lei permite que o ITCMD seja de até 8%, mas São Paulo, por exemplo, cobra 4%. Ele vê como positiva essa discricionaridade de cada ente federado sobre o tema e rechaça a hipótese de "guerra" fiscal entre os Estados para ver quem atrai mais domiciliados.

O relator afirmou, ainda, que não cabe à Câmara dos Deputados mudar a alíquota máxima do ITCMD, hoje de 8%, que é criticada por estar abaixo do percentual de outros países. Quem decide a alíquota máxima, por definição constitucional, é o Senado Federal, por meio de resolução.

A Câmara também deixou de fora do texto a possibilidade de uma lei federal prever a incidência do ITCMD sobre heranças no exterior. Segundo o parlamentar, os Estados não pediram essa inclusão no parecer. Alguns tinham leis para fazer a cobrança, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional — porque o tema demandaria legislação federal.

Outra mudança relevante no parecer foi a taxação de ITCMD sobre planos de previdência privada, mas com um atenuante: planos do tipo VGBL com aporte superior a cinco anos ficarão isentos da cobrança. Benevides negou que esse atenuante reduza o potencial de arrecadação dos Estados: "Eles vão deixar de receber zero para receber alguma coisa. Eles vão ganhar a receita". Segundo o parlamentar, hoje só alguns Estados fazem a cobrança, devido ao fato de o tema estar judicializado.

Para Benevides, era importante deixar planos VGBL superiores a cinco anos sem tributação porque isso garante funding (financiamento) barato para os bancos. Ele também argumenta que os planos longos de previdência são usados, de fato, como instrumento de aposentadoria, e não para evitar o pagamento de impostos.

"Este relatório não terá o mesmo nível de conflito que teve o outro projeto"
Benevides Filho

O **Valor** apurou que a limitação temporal sobre o VGBL desagradou os Estados. "Isso dá margem para continuidade de elisão fiscal e sobrecarga dos demais contribuintes que processam herança por outros fluxos de bens", explicou uma fonte. Os entes federados defendem que não haja o limite de cinco anos, ou seja, que a cobrança incida sobre todos os planos, de forma a evitar artifícios e fugas financeiras e a equalizar o tratamento de todas as espécies de bens nas sucessões patrimoniais.

A partir do dia 12 de agosto, durante a semana de esforço concentrado após o recesso parlamentar, Benevides vai procurar as bancadas para discutir o texto. Ele disse que não pretende apresentar novo relatório. Sua expectativa é votar o substitutivo já na terça-feira, dia 13 de agosto.

RENATO ARAÚJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 12/12/2023

Benevides Filho: "Das conversas que tive com governadores, acredito que todos vão implementar [o ITCMD]"

De acordo com o pedetista, até o momento, as bancadas do PL e do Novo pediram esclarecimentos sobre a proposta, mas, mesmo assim, ele entende que haverá amplo consenso para votação. "Esse relatório não vai ter o mesmo nível de conflito que teve o 68 [o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária]." Segundo ele, muitos itens solicitados já foram incorporados, o que evitaria os conflitos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a cogitar a apreciação do texto antes do recesso parlamentar, mas não o fez para evitar a contaminação da análise do principal projeto da regulamentação da reforma — aprovado um dia antes de os parlamentares saírem de férias. Focos de resistência no PL e no Novo contribuíram para a decisão de adiar a votação para a volta dos trabalhos, em agosto.

Benevides também não tem preocupações com a tramitação no Senado Federal, porque vê o PLP 108 como um texto de convergências. "Se tiver brigas, um ou dois ou três pontos e pronto."

Apesar do otimismo, a Casa comandada por Rodrigo Pacheco (PSD-MG) deve fazer um debate da matéria mais aprofundado e "com a lupa nas mãos", especialmente em função da influência e capacidade de articulação que os estados tem sobre os senadores.

Ainda que os senadores tenham demonstrado resistência de fazer uma tramitação célere sobre os textos da regulamentação da tributária, os parlamentares devem se dedicar a concluir as votações de forma a garantir a sanção presidencial ainda neste ano.

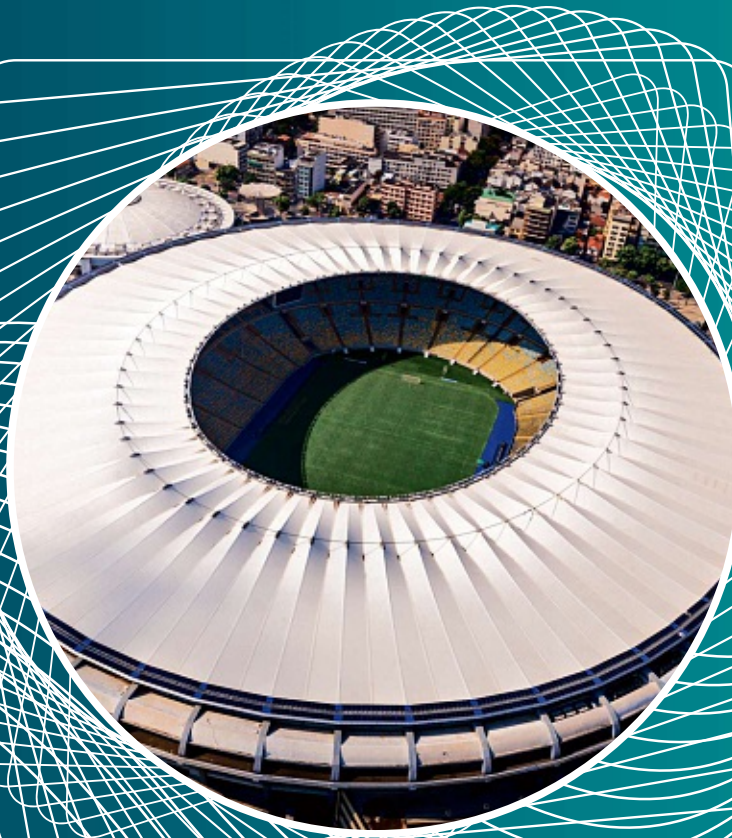
Como há a possibilidade de mudanças pelo Senado, esse calendário impõe uma análise rápida para garantir que os deputados voltem a se debruçar e aprovem os projetos pela segunda vez antes do fim do ano.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) pode concentrar as relatorias dos dois projetos de regulamentação, estratégia diferente da que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adotou para garantir o avanço das matérias em pouco tempo.

Por outro lado, o calendário apertado e o compromisso de viabilizar uma tramitação menos arrastada, que permita a sanção de ambas ainda em 2024, pode obrigar Pacheco a escalar um outro senador como relator do projeto que cria o comitê gestor do IBS.

Para Mauri Bornia, advogado especialista em tributos indiretos e sócio do Machado Associados, o principal problema do projeto está na origem: ter dois entes diferentes — o Comitê Gestor do IBS e a Receita Federal — para coordenar os dois tributos que serão criados com a reforma. Ele diz que pode haver conflitos de interpretação e aplicação das normas.

"Vai caber a esse Comitê Gestor decidir contencioso administrativo e apenas atuar junto ao Executivo para harmonizar normas e procedimentos. Isso pode gerar as discussões que se têm hoje", afirma.

"Se a ideia é a criação de um único IVA, por que segregar parte do contencioso administrativo?", questiona Bornia. O advogado avalia também que a segregação das fiscalizações não faz jus à ideia de centralização inicial, de ter um único IVA, com regimento idêntico.

Eleição nos EUA Após dias de apelos de aliados e doadores de fundos, presidente diz ter tomado melhor decisão 'para o partido e para o país'

Biden cede a pressões, desiste de reeleição e anuncia apoio a Harris

Lauren Fedor e James Fontanella-Khan
Financial Times, de Washington e Nova York

Após intensa pressão de aliados do Partido Democrata e doadores de campanha, o presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou ontem sua desistência de concorrer à reeleição e ofereceu apoio a sua vice-presidente, Kamala Harris, para substituí-lo na corrida à Casa Branca. "Tem sido a maior honra da minha vida servir como seu presidente", escreveu Biden em um comunicado em uma rede social.

"Embora minha intenção tivesse sido buscar a reeleição, acredito que é do melhor interesse do meu partido e do país que eu me retire e me concentre exclusivamente em cumprir meus deveres como presidente pelo restante do meu mandato." Desde medos da semana passada, a desistência de Biden já era considerada iminente. A pressão dos democratas para substituir o candidato surgiu depois do desempenho considerado desastroso em debate com o ex-presidente Donald Trump, em junho.

Havia uma preocupação de aliados com sua saúde, agilidade mental e condições de derrotar o candidato republicano. O presidente acrescentou no comunicado de ontem que falaria ao país "ainda nesta semana com mais detalhes" sobre a decisão. Biden não é visto em público desde quarta-feira, quando foi diagnosticado com covid-19.

Em uma segunda publicação nas redes sociais, ele declarou que daria seu "total apoio e endosso para que Harris seja a indicada" do partido neste ano. "Democratas — é hora de nos unirmos e derrotar Trump", acrescentou Biden. "Vamos fazer isso."

Ontem mesmo, Kamala escreveu dizendo-se "honrada" pelo endosso de Biden e que pretendia "merecer e conquistar" a indicação democrata. "Com este ato generoso e patriótico, o presidente Biden está fazendo o que tem feito ao longo de toda a sua vida, que é colocar o povo americano e nosso país acima de qualquer interesse", afirmou.

A vice-presidente também recebeu o apoio do ex-presidente dos EUA Bill Clinton e de sua mulher, a ex-secretária de Estado Hillary Clinton.

Chamou atenção, porém, a carta do ex-presidente Barack Obama, que elogiou a decisão de Biden, mas não declarou apoio a nenhum nome para substituí-lo na campanha. A convenção democrata está marcada para começar em 19 de agosto, em Chicago.

O presidente do partido, Jaime Harrison, disse que o processo de escolha do substituto de Biden na campanha será transparente e organizado. "Nos próximos dias, o partido empreenderá um processo transparente e ordeiro para avançar como um Partido Democrata unido com um candidato que pode derrotar Donald Trump em novembro. Esse processo será regido por regras e procedimentos estabelecidos pelo partido."

Dirigentes do partido dos 50 Estados mantiveram ontem uma reunião on-line e anunciaram apoiar, de forma unificada, a candidatura de Harris. Ao mesmo tempo, logo após o anúncio de Biden, os democratas arrecadaram mais de US$ 30 milhões pela internet — maior arrecadação on-line em um dia de toda a campanha.

Harrison afirmou que em breve a legenda se pronunciará oficialmente sobre o caminho a seguir para a nomeação. Harris traz uma grande força simbólica, mas sua popularidade tem sido abafada e atormentada por baixas avaliações, tornando-a um alvo para ataques de republicanos. Algumas pesquisas recentes indicam, no entanto, que ela pode ter um desempenho eleitoral melhor do que o que Biden vinha apresentando até aqui — embora boa parte dessas sondagens ainda a coloque em desvantagem contra Trump.

Pesquisa da Associated Press divulgada na semana passada revelou que cerca de 65% dos eleitores democratas achavam que Biden deveria abandonar a disputa.

Outros potenciais candidatos democratas seriam a governadora de Michigan, Gretchen Whitmer; o da Califórnia, Gavin Newsom; do Kentucky, Andy Beshear; de Illinois, J.B. Pritzker; e da Pensilvânia, Josh Shapiro.

Em declaração publicada em sua rede Truth Social, Trump disse ontem que "o corrupto Biden não está apto para concorrer à presidência" e "certamente não apto para servir" como presidente". "Nós sofreremos muito por causa de sua Presidência, mas sanaremos os danos que ele causou muito rapidamente", acrescentou Trump.

O presidente da Câmara de Deputados, o republicano Mike Johnson, emitiu uma declaração pedindo a renúncia imediata de Biden da Casa Branca. "Se Joe Biden não está apto para concorrer à Presidência, ele não está apto para servir como presidente", disse Johnson. "Ele precisa renunciar ao cargo imediatamente. O dia 5 de novembro não tem como chegar rápido o suficiente para evitar estragos." *(Com agências internacionais)*

Mais informações sobre a eleição americana nas páginas A16 e C2

ANDREW HARNIK/AP-ARQUIVO

Biden, com covid, estava isolado em Delaware: desempenho considerado 'desastroso' em debate preocupou partido

Aconteça o que acontecer, democratas farão História

Análise

Edward Luce
Financial Times

Joe Biden fez história. O presidente mais velho dos Estados Unidos também se tornou o primeiro a renunciar voluntariamente ao poder desde Lyndon Johnson em 1968 e, antes disso, provavelmente George Washington em 1796. Sua decisão de renunciar ao cargo de candidato, que ocorreu após semanas de atormentado debate no Partido Democrata sobre suas habilidades cognitivas em declínio, também provavelmente proporcionará mais novidades históricas.

Seu apoio a Kamala Harris, sua vice-presidente, provavelmente garantirá a primeira candidatura presidencial de uma mulher não branca. Se ela vencer uma convenção disputada no mês que vem, Harris iniciaria as eleições gerais oficiais com chances quase iguais de derrotar Donald Trump.

Embora Biden tenha demorado a ouvir o coro crescente de democratas seniores, os grandes doadores e os meios de comunicação clamavam por tomar essa decisão. Ele deixou tempo suficiente para que os democratas se unificassem em torno de Harris, ou de outro candidato, até a convenção do partido em Chicago, no próximo mês.

Se essa reunião histórica se transformará numa coroação de Harris, objetivo para o qual Biden promete trabalhar, ou em batalha mais divisiva entre outros rivais pelo papel, só ficará claro nos próximos dias. Os potenciais aspirantes, como o governador da Califórnia, Gavin Newsom, Gretchen Whitmer, do Michigan, e o secretário dos Transportes de Biden, Pete Buttigieg, terão de pensar muito sobre se querem transformar o agora natural caminho de Harris para a nomeação numa luta genuína.

Os riscos de ser visto como um obstáculo à ascensão de uma mulher negra são muito elevados. Se ferissem Harris, mas não conseguissem detê-la, correriam o risco de serem culpados por sua derrota em novembro. Por outro lado, Harris não é amplamente vista como uma candidata forte. Seu desempenho nas primárias democratas de 2020 foi tão fraco que ela desistiu antes da realização da primeira convenção política.

> Potenciais aspirantes devem considerar o risco de serem vistos como obstáculos à ascensão de Kamala

Os seus primeiros 18 meses como vice-presidente foram uma série de desastres de relações públicas em que ela errou suas falas e teve dificuldade em convencer alguém de que estava no topo da sua tarefa de resolver a crise na fronteira entre os EUA e o México. A equipe de Biden não escondeu sua opinião negativa sobre suas habilidades.

Desde então, porém, as relações entre a equipe de Harris e as pessoas ao redor de Biden melhoraram. Ela se tornou a porta-voz mais eficaz em todo o país para o direito das mulheres ao aborto após a derrubada do caso Roe versus Wade, há dois anos. E ela mostrou mais confiança em público, liderando ataques à ficha criminal criminosa de Trump.

Nas últimas três semanas, seu domínio dos temas e sua lealdade de pública inquestionável a Biden, enquanto ele lutava para tomar sua decisão, mereceram fortes aplausos. Muitos acreditam que seus talentos foram subestimados pelos meios de comunicação social e pelo público norte-americano, o que lhe confere aproximadamente os mesmos índices de aprovação baixos que o seu chefe.

Prever o que acontecerá a seguir no drama político americano do tipo "House of Cards" seria imprudente. Não há precedente para um presidente renunciar tão tarde numa eleição geral. Também não existe um exemplo recente de um partido que tenha conquistado a Casa Branca após uma convenção contestada. Os potenciais adversários de Harris terão de comparar esses fatos com as suas ambições. Mas Harris também terá de ponderar as desvantagens de ser vista como beneficiária de uma coroação antidemocrática. Nenhum dos caminhos é fácil ou precedente. Aconteça o que acontecer, fará História.

Kamala ressalta histórico criminal de Trump e desafia xenofobia de rivais

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

"Processei predadores sexuais. Trump é um deles. Fechei faculdades caça-níqueis. Ele dirigiu uma delas. Responsabilizei bancos. Ele é propriedade deles. Não estou preparada apenas para enfrentar Trump. Estou preparada para vencê-lo." Kamala Harris, ainda era pré-candidata à Presidência, em 2019, quando assim se apresentou no X. De lá pra cá, Trump foi condenado 34 vezes.

Se Harris vier a ser confirmada na convenção, o Partido Democrata ganha uma chance de recolocar o histórico criminal de Donald Trump na ordem do dia. A insistência de Joe Biden delineava a campanha de um presidente alquebrado, contra um Trump revigorado, na tentativa de assassinato, pela força da imagem do punho em riste sobre o rosto ensanguentado a conclamar eleitores à luta. Com Harris, o enredo muda. É a procuradora que não alisa com o crime.

Pesa ainda a favor de seu nome o fato de ser a única candidata que poderia vir a herdar as doações já feitas à campanha democrata. Se outro nome vier a ser escolhido os recursos seriam destinados a um PAC, comitê de ação política, na sigla, em inglês, que pode patrocinar ações de campanha indiretamente mas não o candidato.

EVAN VUCCI/AP-ARQUIVO

Harris: avanço na política desafia Trump

Se o histórico de procuradora favorece a estratégia democrata, a origem de Kamala abre um outro flanco na campanha republicana. Ao longo do discurso na convenção, em que Trump apelava aos instintos mais primitivos, muitos de seus eleitores, na plateia, estendiam cartazes pedindo "deportação já" de imigrantes.

Esta parece ter sido uma das razões pelas quais o candidato a vice na chapa republicana, J.D. Vance, ter feito um discurso-vacina, em relação à sua mulher, Usha, filha de um casal de indianos que criaram a filha no hinduísmo .

Depois de ter sido apresentado pela mulher numa fala na qual o nome de Trump não foi mencionado, Vance disse ter levado Usha, antes do casamento, ao cemitério de Kentucky onde estão sete gerações de sua família. A assimilação de culturas estrangeiras, disse Vance, deveria estar subordinada à adoção dos valores americanos, ainda que tenha se casado com Usha numa cerimônia hindu.

A eventual confirmação de Kamala traz um constrangimento extra porque a vice de Biden, desde sua entrada na política, tem sido muito cobrada pela linha dura contra o crime adotada como procuradora, inclusive em comunidades imigrantes. No perfil que traçou sua carreira política no site americano "Reason", Elizabeth Nolan Brown relatou episódios em que Harris chegou a defender a aplicação da pena de morte, posição da qual ela justificou como decorrente da defesa da aplicação da legislação local vigente.

Vinte e dois anos separam Kamala e Usha. Muito mais as une. Ambas nasceram na Califórnia, estudaram direito e são filhas de indianos de castas privilegiadas que emigraram para os EUA para estudar e lá se tornaram professores universitários. A mãe de Kamala, já falecida, doutorou-se em biologia pela Universidade da Califórnia no mesmo ano em que a filha mais velha nasceu. O pai, que deixou a Jamaica quando o país ainda era colônia britânica, doutorou-se em Berkeley em economia e hoje é professor em Stanford. A mãe de Usha também é bióloga, na Universidade da Califórnia. O pai, engenheiro mecânico, é professor da Universidade de San Diego.

A origem de seus pais na academia dão a Kamala e a Usha um perfil distinto do indiano mais proeminente na política mundial, Rishi Sunak. Primeiro-ministro do Reino Unido até 5 de julho, quando os conservadores foram derrotados pelos trabalhistas, tanto Sunak quanto sua mulher ascenderam na sociedade britânica pela afluência de seus ramos de atividade, nas finanças e na tecnologia.

Com sobrenomes anglo-saxões, o de Kamala de seu pai jamaicano, Donald Harris, e Usha, do marido, J.D. Vance, ambas têm a estampa da comunidade indiana, que supera a chinesa não apenas numericamente mas também na renda de seus integrantes. Seu avanço na política americana desafia Trump.

Para Amorim, vice é 'o caminho natural'

Fabio Murakawa, Andrea Jubé e Guilherme Pimenta
De Brasília

O assessor especial da Presidência, embaixador Celso Amorim, disse ao **Valor**, a propósito da desistência do presidente americano Joe Biden da candidatura à reeleição, que o "caminho natural" é que a vice-presidente Kamala Harris herde a vaga do democrata na corrida sucessória. Esse é o entendimento do próprio "Biden e outros mais" no Partido Democrata, completou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado do gesto de Biden por Amorim e pelo chanceler Mauro Vieira, que está no Rio de Janeiro em meio aos preparativos para a rodada de reuniões do G 20 nesta semana, da qual participa a secretária do Tesouro Americano, Janet Yellen.

Lula e o Itamaraty não se manifestaram oficialmente sobre a desistência de Biden. A avaliação no governo brasileiro é de que se trata de uma questão de política interna dos Estados Unidos. Além disso, Biden ainda fará um pronunciamento oficial aos americanos, e apesar do apoio a Kamala para substituí-lo, essa definição cabe ao Partido Democrata, em rito ainda indefinido.

Amorim esteve em Washington na semana passada, onde se encontrou, entre outras autoridades, com o conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, para tratar de temas como a eleição na Venezuela, a situação na Faixa de Gaza e a crise política no Haiti.

Ao **Valor**, Amorim disse não ter conversado com Sullivan a respeito da situação de Biden. Mas afirmou ter a percepção de que estava "subentendido" que o presidente desistiria da reeleição. E que havia um clima de "grande incerteza" na Casa Branca quanto à continuidade da candidatura do presidente.

"Estava esperando que isso fosse acontecer de alguma maneira", afirmou. "Com todo respeito, até simpatia que nós temos por ele [Biden], mas estava difícil", completou. "Eu acho que pelo clima que se criou em torno do quadro se saúde, parecia inevitável [que Biden desistiria]", acrescentou.

Questionado se com a desistência de Biden, as chances de vitória dos democratas em novembro aumentam, Amorim respondeu que "esse era o clima" no partido. "Esse clima levou ele [Biden] próprio a entender desta maneira, e ele tem mais elementos para entender do que eu", afirmou. "Então, eu acho que sim [aumentam as chances de vitória democrata]", avaliou. *(Colaborou Mariana Assis)*

Valor ECONÔMICO

Países têm dever de agir pela lisura da eleição na Venezuela

Os venezuelanos vão às urnas no domingo para escolher seu novo presidente em mais um pleito marcado pela falta de independência das autoridades eleitorais, pela perseguição à oposição e pela ameaça de que a votação seja fraudada pelo regime de Nicolás Maduro, apesar da pressão internacional para que o país realize eleições justas e limpas. Pela primeira vez desde que chegou ao poder em 2013, o atual mandatário enfrentará um candidato com reais chances de derrotá-lo, segundo pesquisas recentes, o que renova os temores de que o chavismo agirá para subverter o resultado das urnas e permanecer no poder.

A ameaça ao chavismo é representada pelo diplomata aposentado Edmundo González, de 74 anos, uma figura desconhecida da população até ser alçado ao posto de líder da Plataforma Unitária Democrática (PUD), a coalizão de partidos de oposição, no lugar de María Corina Machado, impedida de disputar o pleito pela Justiça venezuelana, dominada por aliados de Maduro, assim como Corina Yoris, a primeira escolhida para substituí-la. Outros adversários populares também foram inabilitados pelos tribunais chavistas.

Embora o regime esteja no controle da máquina pública e tenha à disposição amplos e já conhecidos instrumentos de coerção para mudar as tendências até a votação, Gonzaléz aparece em algumas pesquisas com mais de 20 pontos de vantagem sobre Maduro. Há, claro, dúvidas sobre a confiabilidade dos levantamentos eleitorais feitos no país, que precisam ser vistos com cautela, mas os números ligaram um sinal de alerta entre os chavistas, já que sugerem a insatisfação da população com o colapso da economia local e com o crescente autoritarismo por parte do governo.

Diante da situação praticamente inédita para o chavismo, que em fevereiro completou 25 anos no poder entre os mandatos de Hugo Chávez e do próprio Maduro, o governo venezuelano tem recorrido a velhas práticas para impedir que o descontentamento seja expresso nas urnas. A tática mais recente envolve dificultar o registro eleitoral de parte dos 8 milhões de venezuelanos que fugiram para o exterior em meio à derrocada do país. Segundo especialistas, apenas 69 mil estarão aptos a votar — de um universo que varia entre 3,5 milhões e 5,5 milhões de pessoas, a grande maioria delas críticas do governo.

Já na última quarta-feira, o regime prendeu o chefe da segurança de María Corina, que vem acompanhando González em atos de campanha em todo o país e segue como a principal figura da campanha contra Maduro. Segundo a oposição, a prisão do ex-policial Milciades Ávila se soma à de outros 23 correligionários também detidos ao longo do processo eleitoral. Outros teriam se escondido para evitar serem alvo do regime.

Analistas e representantes da oposição veem a prisão mais recente como um prenúncio de que medidas mais extremas podem ser adotadas na reta final da corrida eleitoral. Cogita-se, inclusive, a possibilidade de que Maduro suspenda as eleições ou arranje algum pretexto para desqualificar e retirar González do pleito. Ambas seriam opções mais simples para o regime do que ter que eventualmente manipular a contagem dos votos no domingo, mesmo com o domínio do chavismo sobre o Conselho Nacional Eleitoral, os tribunais e os quartéis do país.

O conjunto de medidas repressivas se dá após Maduro ter se comprometido, no ano passado, a permitir a realização de eleições transparentes e justas no país, monitoradas pela comunidade internacional. Em outubro de 2023, governo e oposição chegaram a anunciar o Acordo de Barbados, na época visto como passo importante rumo à normalização política no país e que também levou à retirada de sanções impostas à Venezuela pelos Estados Unidos.

O aceno democrático se provou um jogo de cena, sendo seguido pelas ameaças de invadir militarmente a vizinha Guiana para tomar a província de Essequibo, rica em petróleo — outra carta que pode ser tirada da manga na tentativa de mudar os rumos da eleição. Sem a perspectiva de um processo eleitoral limpo, os EUA retomaram as sanções ao país. Já a União Europeia, que também havia se comprometido a suspendê-las, sequer avançou nesse sentido, o que fez com que Maduro reagisse e suspendesse o convite ao bloco para atuar como observador no pleito.

Apesar da crescente insatisfação popular, é pouco provável que Maduro deixe voluntariamente o Palácio de Miraflores, já que teme o que pode lhe acontecer fora do poder. Prova disso é ter afirmado, em discurso recente, que haverá um “banho de sangue” no país se for derrotado no domingo. O líder chavista e vários funcionários do governo são investigados no Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade. Nos EUA, Maduro e aliados respondem por ligações com o narcotráfico.

Com o quadro que se desenha para o dia da votação, o Brasil e outros países que mantêm diálogo com Caracas, como a Colômbia, têm o dever de agir para garantir a lisura do processo. É preciso também se preparar para atuarem como mediadores no cenário pós-eleitoral, que pode envolver a hipótese de pressionar Maduro a garantir a transição de poder, em caso de derrota, ou de evitar uma escalada de violência, como ocorreu em 2017. As gestões do presidente Lula por um pleito democrático, mesmo moderadas, não deram em nada até agora.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Movimento deve começar pela solução sem mágica para a redução dos altos juros no país. Por **Josué Gomes**

Plano Real e um novo pacto em prol do crescimento

Neste mês de julho, comemoramos 30 anos do Plano Real, que debelou a hiperinflação no Brasil. Mérito dos que participaram de sua formulação, especialmente dos economistas André Lara Resende e Pérsio Arida, autores do mecanismo que rompeu a inércia inflacionária, cujo embrião havia sido apresentado no Institute of International Economics, em 1984, no artigo Inertial inflation and monetary reform in Brazil (“A inflação inercial e a reforma monetária no Brasil”). O então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, reuniu economistas com solidez intelectual para trabalhar na construção de uma proposta ousada, apoiada pelo presidente da República, Itamar Franco. A iniciativa somente deu certo devido ao fundamental envolvimento da sociedade e à união de todos contra o flagelo da carestia.

Debelamos a hiperinflação, mas caímos na armadilha do baixo crescimento. As altas taxas de juros reais, que deveriam ter sido uma ferramenta transitória para o combate à inflação, se tornaram permanentes, aprisionando o país na armadilha da renda média. No último decênio, entre 2014 e 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, em média, menos de 1% ao ano.

O elevadíssimo juro real achata o crescimento e empobrece o país. Por exemplo: tomando-se o índice oficial de inflação, o IPCA, como indexador, um produto ou serviço vendido há 30 anos por R$ 100,00, atualmente, custa cerca de R$ 808,00. Mas, pasmem, no mesmo período, quem tivesse aplicado R$ 100,00 em títulos atrelados a 100% do CDI teria, hoje, R$ 8.093,88. Viver de renda se tornou o melhor negócio no Brasil. Mesmo se considerarmos como ponto de partida o período em que se adota o sistema de metas de inflação (no ano de 1999), temos uma média anual do IPCA de 6,4% contra juros básicos de 12,4%, aos quais se adiciona o spread bancário nas operações de crédito. Os elevadíssimos juros brasileiros são ainda mais graves quando comparados com a taxa real negativa em diversos países nas últimas duas décadas. Juros elevadíssimos são, inegavelmente, a grande razão do nosso baixo crescimento econômico desde a década de 1980.

André Lara Resende reflete sobre o que deixamos de fazer em recente artigo na revista Piauí: “as expectativas de que o fim da inflação pudesse, por si só, melhorar a distribuição de renda, combater a fome, permitir o crescimento e criar empregos revelaram-se muito otimistas. A estabilidade dos preços não restabeleceu o rápido crescimento da economia, não reduziu a distância em relação aos países desenvolvidos e, sobretudo, não superou o terrível abismo entre o Brasil rico, industrializado, moderno e eficiente e o Brasil miserável, de tudo desprovido (...). A inflação foi vencida, mas os dois Brasis, tristemente, persistem”.

Superar a armadilha da renda média em que nos encontramos não é tarefa simples e só será alcançada se o Estado e o setor privado caminharem em um movimento sinergético. É premente um ambiente macroeconômico harmônico, regido por uma taxa de juros que fomente o investimento produtivo.

A coordenação das políticas monetária e fiscal, interdependentes uma da outra, pode ser arrolada dentre as ações capazes de contribuir para a redução estrutural dos juros. Quando não estão coordenadas, levam à desancoragem das expectativas refletidas na curva de juros. Esse movimento eleva as despesas financeiras do governo, deteriorando o lado fiscal e encarecendo o custo do crédito ao tomador.

CARLITO/PIXABAY

Não menos importante, a segurança jurídica é outro imperativo para a promoção do crescimento sustentável. Imprevisibilidade funciona como fermento do custo do dinheiro. Pérsio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha se debruçaram sobre a ideia da imprevisibilidade no cumprimento dos contratos, cuja sequela no crédito é a adição de mais ônus financeiros à taxa cobrada. E, enfim, a agenda de desindexação dos contratos resta como tarefa inacabada da reforma econômica iniciada pelo Plano Real em 1994.

A questão fiscal requer a busca contínua da eficiência do gasto público e revisões periódicas dos incentivos fiscais (os chamados “gastos tributários”), e não se resumir ao debate superficial sobre o tamanho do Estado. Como relembrou, recentemente, Pérsio Arida em entrevista, “o debate não é se o Estado deve ser grande ou pequeno. O Estado tem que ser o necessário e eficiente”.

A reforma administrativa deve ser pensada não somente visando à redução de despesas, mas, sobretudo, tendo como objetivo a melhoria contínua dos serviços públicos prestados à sociedade com a incorporação de novas tecnologias. Um Estado eficiente e capaz de prover investimento onde sua atuação se faça essencial é condição necessária para a retomada do desenvolvimento. Treinamento contínuo, avaliações recorrentes e a valorização do bom desempenho são princípios basilares da reforma administrativa.

Muito há por fazer sem demora. Se conseguimos debelar a inflação epidêmica, já passa da hora unirmo-nos novamente, como nos unimos no advento do Real, para acharmos caminhos concretos e viáveis que conectem o Estado, os empresários e a sociedade num novo pacto em prol do crescimento sustentado.

Esse movimento começa pela solução sem mágica para a redução dos juros. É importante refletirmos, sempre de forma responsável, acerca de fatores que podem contribuir para os juros reais mais próximos dos padrões internacionais. Neste sentido, representantes da indústria, do comércio, dos serviços, da agropecuária, do setor financeiro e dos trabalhadores devem ser ouvidos e podem ajudar ao levar informações para as autoridades monetárias. Modelos econômicos são relevantes e úteis, mas o grau de incerteza que cerca a construção destes é sempre muito elevado. Os grandes banqueiros centrais do mundo se recusam a operar apenas por modelos e fazem questão de conversar, com humildade, inclusive reconhecendo eventuais erros, com os mais diversos segmentos da sociedade, sobretudo do produtivo.

Enfim, é preciso reunir de maneira pragmática, sem os radicalismos ideológicos que têm nos dividido, a competência intelectual e as pessoas experientes do país nesta jornada prioritária para o desenvolvimento, visando à aceleração dos investimentos, à geração de empregos e à ampla promoção do bem-estar social e econômico.

Josué Christiano Gomes da Silva, empresário, é presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Opinião

A concentração do poder digital

Francisco Gaetani e Virgílio Almeida

O poder das grandes empresas de tecnologia cresce à medida que a Inteligência Artificial (IA) avança. Uma reportagem recente da Bloomberg LSEG destaca os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) das gigantes do setor. Entre as oito maiores empresas em termos de gastos com P&D, seis são americanas e duas são chinesas. Em 2023, a Amazon liderou com mais de US$ 80 bilhões investidos em P&D, enquanto a Alphabet gastou mais de US$ 40 bilhões. Outras empresas com investimentos superiores a US$ 20 bilhões incluem Meta, Apple, Microsoft, Huawei e Samsung. Notavelmente, não há nenhuma empresa da Europa, América do Sul ou África na lista. De acordo com o professor Ethan Mollick, da Wharton School, o gasto da Amazon em P&D é maior do que o de todas as empresas e do governo da França juntos. A Alphabet, por sua vez, supera a Itália.

No plano global, os investimentos massivos em Inteligência Artificial por gigantes da tecnologia como Google, Microsoft, Amazon, Apple e Meta fortalecem o papel central dessas empresas na economia dos EUA e global. Esses investimentos consolidam sua posição como líderes em tecnologia e as estabelecem como provedores essenciais de infraestrutura crítica, em especial no que se refere ao complexo industrial militar americano. Isso atrai clientes de vários setores que buscam suas ferramentas e serviços de IA avançados.

No entanto, esse aumento nos investimentos em IA traz desafios no plano global. Há restrições colocadas por EUA e China na cadeia de suprimentos para chips de alto desempenho, fundamentais para o treinamento de IA. A competição por talentos humanos em IA é intensa e a demanda por energia elétrica para os datacenters é cada vez maior, como também as preocupações com o impacto ambiental. Existem ainda as preocupações com comportamentos anticompetitivos, capazes de criar influência indevida na economia de vários países, o que mostra necessidade de uma vigilância regulatória constante, mas que não impeça a inovação.

Para construir grandes modelos de IA, essenciais para desenvolver uma ampla gama de novas aplicações, é fundamental contar com infraestruturas computacionais robustas, força de trabalho altamente qualificada, composta por cientistas, engenheiros e técnicos especializados, vastas bases de dados para treinamento e alta disponibilidade de energia elétrica. Nem todos os países encontram-se em condições de competir nestes novos mercados. Diante desse contexto, a questão crucial do momento é onde o Brasil se posiciona nesse futuro dominado por tecnologias avançadas de IA, controladas por um pequeno grupo de empresas privadas sediadas no exterior. Esta questão precisa ser discutida com realismo e objetividade.

O Brasil pode estabelecer formas e prioridades próprias na construção de uma economia adaptada à IA

A escala dos investimentos em P&D das Big Techs não tem parâmetros de comparação, com exceção dos governos chinês, americano e da União Europeia. O Brasil não é um "player" global do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico, mesmo que não esteja ainda claro qual a natureza da contestabilidade do mercado de IA. Os desafios do Brasil na área de inovação são historicamente conhecidos: investimentos reduzidos e instáveis ao longo do tempo, baixa participação do setor privado nos gastos com P&D, alocação do investimento público em grandes empresas que em tese poderiam arcar com eles, dificuldades em estabelecer prioridades, e atomização dos recursos gastos nas pequenas e médias empresas.

A questão que se coloca é se a explosão da IA irá mudar este cenário. A recente recomposição dos fundos de ciência e tecnologia é uma notícia positiva, indicando uma compreensão e valorização do investimento público em C&T. No entanto, é apenas um passo dentro do esforço nacional necessário. Precisamos inovar na formulação de novas políticas públicas para IA.

O cenário futuro não deve necessariamente se limitar a seguir aos caminhos em curso pelos países desenvolvidos. Há janelas de oportunidades em meio às incertezas tecnológicas sobre a evolução da IA. O Brasil pode estabelecer formas e prioridades próprias na construção de uma economia adaptada à IA. Em um artigo publicado pelo MIT, três importantes economistas americanos, Daron Acemoglu, David Autor, e Simon Johnson, formulam a seguinte questão: podemos ter a IA a favor dos trabalhadores?

A IA pode aumentar a produtividade e especialização, criando tarefas e novas ocupações. Mas pode também impactar negativamente o mercado de trabalho. Afinal, diferentemente de crises passadas, a IA afeta diversos empregos e níveis econômicos, ameaçando até os bem remunerados e de alta capacidade cognitiva. Para se lidar com os riscos da IA, é necessário redirecionar a inovação tecnológica, com apoio de políticas públicas e participação da sociedade. A IA pode ser usada para melhorar a qualidade do emprego, as capacidades dos trabalhadores e contribuir para reduzir a desigualdade, ajudando trabalhadores a realizarem tarefas complexas. No entanto, esse não é o foco da indústria de tecnologia, que busca principalmente a ampliação da automação e monetização de dados.

Para tornar a IA pró-trabalhador na realidade são necessárias mudanças significativas. E é nessa linha de futuro que o Brasil pode construir seu rumo em direção a uma economia moderna potencializada pela IA. Uma abordagem de política de IA centrada nos trabalhadores capacitaria a força de trabalho do país, democratizaria os benefícios da IA e minimizaria riscos. Ao trazer trabalhadores de todas as origens e experiências para os debates sobre IA, é possível criar uma política de IA mais inclusiva que assegure a segurança econômica e a equidade racial e de gênero.

Não é simples. O Brasil pode começar a explorar essa visão sobre IA já no âmbito do G20, ao propor princípios para garantir que os países em desenvolvimento formulem políticas para IA em que os trabalhadores sejam considerados nos esforços de formulação das políticas públicas afetas ao tema, assim como nos balizamentos internacionais em discussão.

Francisco Gaetani é professor da Ebape/FGV e secretário extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Virgílio Almeida é professor associado ao Berkman Klein Center da Universidade de Harvard, professor emérito da UFMG e ex-secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Frase do dia

"Eu acredito que atende aos melhores interesses do meu partido e do país que eu desista".

De Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, ao anunciar, em carta, que não vai mais tentar se reeleger em novembro

Cartas de Leitores

Pane cibernética

Os especialistas dizem que as falhas que ocorreram nos principais servidores de dados do mundo não foram um ataque cibernético. Dezenas de hospitais, companhias aéreas, bancos, correios e serviços de emergência ficaram inoperantes durante a pane cibernética mundial. Somente nos EUA, seis mil voos foram adiados e dois mil voos foram cancelados. A empresa de segurança cibernética, CrowdStrike, explicou que o seu produto de monitoramento de ameaças de hackers, chamada de Falcon, foi o responsável por travar o sistema operacional Windows, da Microsoft, em todo o planeta.

Seja como for, entende-se que uma nova atualização dentro do sistema operacional deveria ser exaustivamente testada antes de ser efetivamente instalada nos servidores de grandes empresas, que são responsáveis por importantes serviços à população.

Que essa desastrada experiência sirva de lição para futuras intervenções nos sistemas operacionais.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Lula e Venezuela

Sobre o regime político existente na Venezuela, Lula, na visita do dirigente daquele país ao Brasil depois de oito anos, afirmou que o rótulo de ditadura ao sistema lá vigente não passava de "uma narrativa de antidemocracia e autoritarismo". Adiantou ele também na ocasião que, na realidade, ele consiste em uma "democracia relativa", o que quer que quisesse transmitir com tal colocação. Mais recentemente, o mandatário venezuelano Nicolás Maduro vociferou que haverá um "banho de sangue" e uma "guerra civil fratricida" caso não vença as próximas eleições.

Diante da declaração de seu apoiador incondicional Lula, no primeiro encontro: "Está nas suas mãos, companheiro, construir a sua narrativa e virar esse jogo para que a gente possa vencer definitivamente e a Venezuela volte a ser um país soberano, onde somente o seu povo, através de votação livre, diga quem é que vai governar aquele país", surge a interrogação: como reagirá o governo brasileiro diante das últimas assertivas sanguinolentas e agressivas de Maduro?

A sociedade brasileira aguarda por um mínimo de coerência e razoabilidade. Ou a enigmática diplomacia brasileira atual, impregnada de ideologia tacanha, vai silenciar?

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@gmail.com

Correção

Diferentemente do informado na matéria "Setor varejista negocia R$ 56 bilhões em dívidas", na primeira página e na página B1 da edição de 18 de julho, a Ri Happy não está em recuperação judicial ou extrajudicial, mas fez um reperfilamento amigável de dívidas bilaterais com bancos parceiros.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Recuperação de áreas degradadas traz maior ganho por unidade monetária. Por **Mauro Rebelo**

O valor da biodiversidade é absoluto

O carbono domina a agenda climática, mas a biodiversidade é o cerne da questão. A tonelada de carbono é uma boa unidade de medida, mas o carbono em si não importa. A biodiversidade é a razão e o propósito de toda a agenda climática. Queremos riqueza de espécie porque, quanto maior a biodiversidade, maior a redundância do ecossistema e, quanto maior a redundância, mais resilientes às mudanças esses sistemas se tornam. Sem a biodiversidade, a biosfera seria mais suscetível.

Individualmente, as espécies são pouco resilientes, porque a adaptação a um novo ambiente acontece justamente por meio da especiação, ou seja, do surgimento de uma nova espécie. Se as espécies pudessem se adaptar rapidamente às mudanças climáticas, o risco de extinção, que cria uma urgência global, seria menor. Mas elas não podem.

O carbono é utilizado como um indicador da biodiversidade, ainda que seja um indicador ineficiente e ineficaz, como mostra a literatura das florestas silenciosas (flora sem fauna).

Por que então não investimos em créditos de biodiversidade ao invés de carbono nos últimos 30 anos? Identifico três razões principais:

A primeira é a dificuldade para identificar e medir a biodiversidade. Esse é, na verdade, um problema que impacta toda a biologia. Nosso conhecimento sobre as espécies é muito limitado. Desde Aristóteles, identificamos apenas 1,5 milhão delas e não temos sequer ideia de quantas existem. Ou seja, não sabemos se esse número representa 0,1%, 1% ou 10% do total. Não somos capazes de amostrar todas as formas de vida e, mesmo com um exército de taxonomistas, não conseguiríamos identificar todas as espécies.

Mas é um problema com solução: o sequenciamento de DNA. Como todos os seres vivos são compostos por ele, é lógico usar essa tecnologia para identificá-los. Desde 2001, o custo de sequenciamento de um genoma caiu de US$ 100 milhões para menos de US$ 1 mil. A tecnologia de sequenciamento de DNA avançou 10 vezes mais rápido que a do chip de silício, descrita pela Lei de Moore, que diz que — a cada ano — a capacidade de dobra e o preço cai à metade.

Se conseguimos medir o ganho de diversidade biológica de uma área que foi preservada ou recuperada, usando DNA, então o crédito de biodiversidade pode ser precificado pelo custo de oportunidade desse ganho. O custo de reflorestar é padrão bem estabelecido no mercado

Genes específicos localizados dentro das mitocôndrias funcionam como um código de barra da vida e permitem que identifiquemos as espécies presentes em uma amostra de água, solo ou sedimento a partir do DNA que é deixado no ambiente com fragmentos ou resíduos desses organismos (DNA ambiental ou e-DNA). Quando encontramos o DNA de uma espécie que ainda não foi descrita, e estes são maioria, criamos uma unidade de taxonômica operacional, que nos permite calcular a biodiversidade utilizando, até mesmo, as espécies que não conhecemos.

Na verdade, usamos essa tecnologia para fazer a identificação da biodiversidade em larga escala no reservatório de Três Irmãos no Rio Tietê, em São Paulo, em parceria com a Tijoá, que tem mais de 800 km. Em apenas uma amostra de um litro de água, detectamos DNA de mais de 80% dos organismos presentes. Em 10 amostras, a riqueza de espécies alcançou a saturação, mostrando que caracterizamos todos os organismos ali presentes.

O DNA é o big data da biologia e se aceitarmos utilizar unidades taxonômicas operacionais para identificar um organismo sem nomeá-lo, traremos precisão e robustez inéditas à ecologia.

O segundo é a dificuldade para precificar a biodiversidade. Se é difícil medir o valor de uma vida, imagine de todas as espécies. No entanto, os créditos de carbono mostraram que podemos precificar esforços e resultados de conservação e isso se aplica também à biodiversidade. Se conseguimos medir o ganho de diversidade biológica de uma área que foi preservada ou recuperada, usando DNA, então o crédito de biodiversidade pode ser precificado pelo custo de oportunidade desse ganho.

Já sabemos que a recuperação de áreas degradadas traz maior ganho de biodiversidade por unidade monetária, de forma similar a conservação de uma floresta intacta, o que estamos convencionando chamar de REDD+ (reduction in emissions 'and extinctions' from deforestation and forest degradation).

O custo de reflorestamento, que gira em torno de R$ 35 mil por hectare, é um parâmetro bem estabelecido no mercado e existem evidências que ele reflete um ganho de biodiversidade de mais de 200% em uma área degradada. Estes são parâmetros que servem de base para a precificação do crédito. Além disso, o preço base pode incluir prêmios por aspectos especiais da diversidade biológica, sejam técnicos (preservação de espécies-chave para serviços ecossistêmicos, como a polinização), emocionais (proteção da fauna carismática), morais e espirituais.

O terceiro é a dificuldade de comparar amostras biológicas. Mesmo com o DNA como uma métrica absoluta para a riqueza e abundância, como podemos comparar a importância de diferentes espécies? Ou, como ouvi uma vez uma pesquisadora falar em um congresso, quantas borboletas valem um elefante? A resposta pode estar em uma nova teoria do pesquisador Lee Cronin, da Escócia. Ele sugere usar o índice de montagem (Assembly Index em inglês), que mede a complexidade de objetos — sejam moléculas, organismos ou ecossistemas — com base no número de etapas necessárias para sua construção e no total de cópias observadas na natureza. Embora não responda exatamente à pergunta original, o índice de montagem adiciona uma camada mensurável, replicável e absoluta de informação às amostras biológicas, permitindo diferenciá-las e hierarquizá-las com base na complexidade.

Com essas três questões fundamentais resolvidas, os desafios que restam são de adoção, mais ligados a incentivos do que à teoria ou tecnologia. O primeiro é a acessibilidade às oportunidades. O mercado de carbono é dominado por certificadoras que capturam grande parte do valor destinado às iniciativas de conservação, criando uma barreira para pequenos proprietários de terra, que representam mais de 80% do total no Brasil (dados do Cadastro Ambiental Rural, CAR). Como o DNA pode ser convertido em bytes e protegidos por criptografia, a criação de créditos verificáveis no blockchain seria uma alternativa mais eficaz e econômica à certificação.

O segundo desafio é comercial, dependente de empresas se tornarem evangelistas — aquelas que promoverão e adotarão ativamente novas práticas — e liderarão a aquisição de créditos de biodiversidade baseados em métricas objetivas, em vez de consensuais, para iniciar uma nova era de conservação efetiva da biodiversidade. A ver.

Mauro Rebelo é biólogo marinho, doutor em Biofísica, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fundador da Bio Bureau.

EUA Clifford Young, da Ipsos, avalia que a democrata tem a seu favor o fato de ser um nome mais conhecido nacionalmente do outros potenciais presidenciáveis do partido

Harris não é modelo de carisma, mas é a opção lógica para partido, diz analista

Marcos de Moura e Souza, Marcelo Osakabe e Alessandra Saraiva
De São Paulo e Rio

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, é a favorita para assumir o posto de candidata do partido Democrata à Presidência dos EUA e deve injetar novo ânimo nos eleitores na disputa contra o candidato republicano e líder nas pesquisas, Donald Trump. Kamala, no entanto, está longe, pelo menos até o momento, de ser uma opção que esbanje carisma, habilidade política e liderança partidária.

Essas são algumas das primeiras avaliações de um veterano analista político americano, Clifford Young, que comanda a área de opinião pública, em Washington, da empresa de pesquisas e análises Ipsos.

A força de Kamala como possível herdeira da vaga de candidata presidencial democrata — no lugar do presidente Joe Biden, que desistiu ontem de buscar um segundo mandato — reside em grande parte no fato de ela ser um nome conhecido nacionalmente, disse Young ontem ao **Valor**.

Outros presidenciáveis de seu partido tropeçam, por ora, exatamente nesse ponto: não serem tão conhecidos no país. E teriam apenas cerca de 100 dias até as eleições para se fazerem conhecer e empolgarem eleitores.

A convenção do partido Democrata — que oficializa a chapa presidencial — está marcada para 19 de agosto.

Kamala tem ainda uma vantagem: dinheiro de campanha. Os US$ 96 milhões doados para a campanha de Biden e Kamala seriam herdados por Kamala, sem grandes questionamentos judiciais e políticos. Se o partido decidir indicar outro nome, o caminho para que este possa usar os recursos doados à chapa Biden/Kamala não será tão claro.

Clifford Young lembra que, via de regra, o candidato que já está no poder tem mais chances nas urnas. Nesta disputa, no entanto, a situação vinha sendo diferente — com Biden atrás de Trump em todas as pesquisas.

Como atual vice e como candidata a vice, Kamala é o nome visto como natural para encabeçar a nova chapa do partido.

Entre outros nomes citados como presidenciáveis do partido Democrata estão os dos governadores Josh Shapiro (Pensilvânia), Gavin Newsom (Califórnia) e Gretchen Withmer (Michigan).

"Kamala não é uma política mais forte [do que os demais] em termos de carisma, de habilidade", diz Young. "Outros nomes provavelmente sejam melhores como candidatos, mas Kamala tem a vantagem neste momento de ser um nome mais conhecido nacionalmente."

Há outra dúvida em relação a Kamala, diz Young: o fato de não ter experiência no embate direto com Trump. "Mas ela talvez consiga mexer com as emoções dos eleitores, mobilizar mais."

"Kamala é a única solução que mantém o partido unido, o que é importante, pensando que faltam quatro meses para a eleição", diz Rubens Barbosa, que foi embaixador do Brasil em Washington entre 1999 e 2004.

Em sua avaliação, a pressão sobre Biden, em especial da elite do partido e principalmente dos grandes doadores, tornaria sua candidatura insustentável.

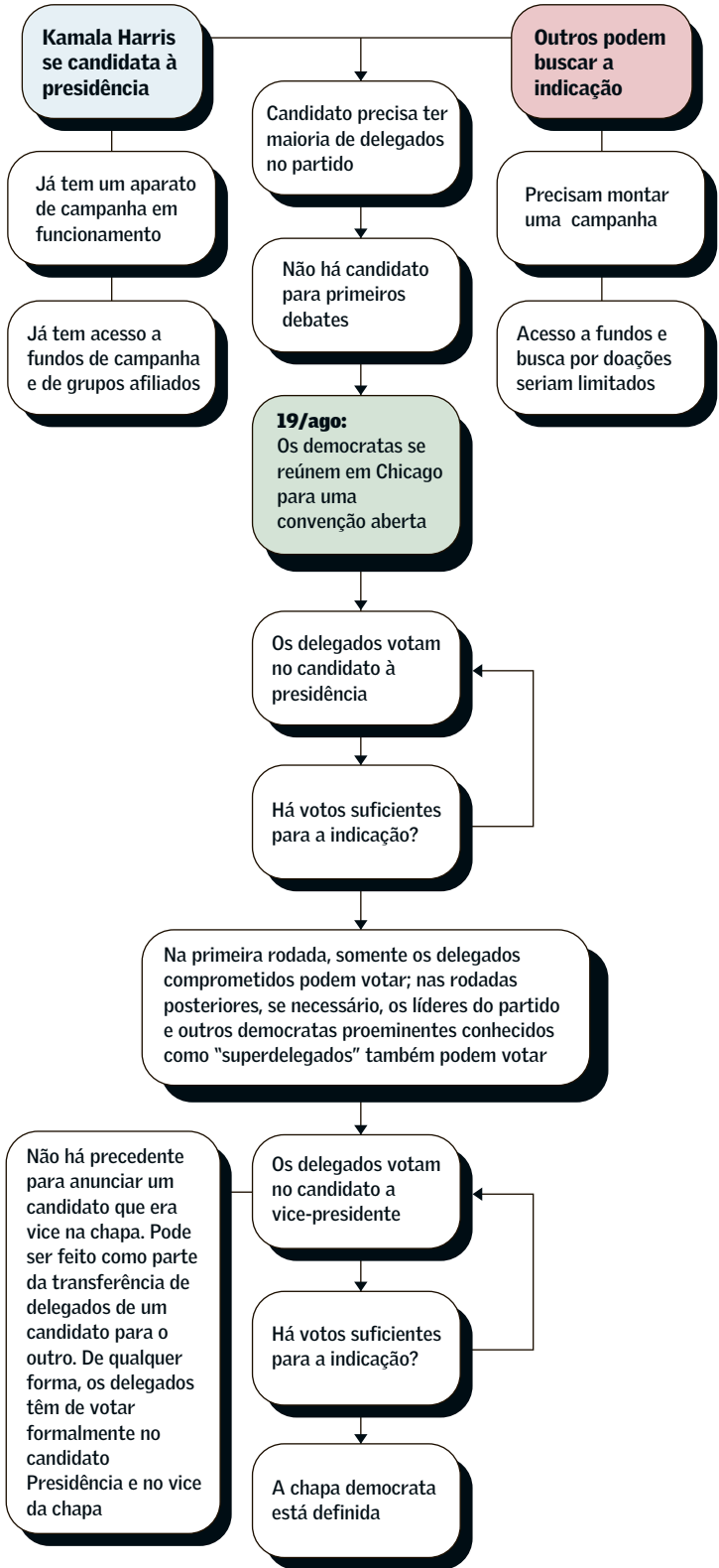
Indicar a vice, além de ser uma solução institucional que não mexe na questão do fundo de campanha — as doações já realizadas estão em nome da chapa Biden/Kamala —, é apoiar um nome já conhecido nacionalmente. Para o embaixador, a candidatura de Kamala também devolve chances ao partido democrata de continuar na Casa Branca.

"Kamala é mulher, filha de imigrante, atrai minorias para o nome dela. São elementos positivos para a campanha, devem atrair uma parcela maior do eleitorado feminino, por exemplo, que a candidatura de Biden. Então, sim, se confirmado, seu nome revitaliza a candidatura democrata e torna menos visível a vantagem de Trump, que nos últimos dias se fortaleceu muito."

A decisão de Biden de abandonar a campanha forçará os democratas a terem de escolher dois novos nomes: de candidata ou o candidato à Casa Branca e de candidata ou o candidato a vice.

"Os governadores da Califórnia e de Michigan já afirmaram que não querem", disse Rafael Ioris, professor de História Política da Universidade de Denver, no Colorado (EUA).

Nada impede que mudem de ideia, acrescenta. Ele acredita que o governador da Pennsylvania seria outro nome forte.

Entretanto, lembra que tudo está em compasso de espera. "Creio que as próximas três semanas [até a convenção] vão ser de muita conversa dentro do partido para achar um nome consensual [para vice]", disse. "Dois já disseram que não têm interesse, então não vai ser tão difícil", afirmou. "Mas, claro, de novo, você pode ter rebelião interna dentro do partido, de achar que os 'caciques 'estão mandando demais, de que o partido não é mais democrático, que foi mais ou menos o que ocorreu em 1968 lá em Chicago", disse.

Naquele ano, na convenção democrata, Lyndon Johnson — que, enquanto vice-presidente, assumiu a presidência dos EUA após assassinato do presidente John F. Kennedy em 1963 —, desistiu da corrida presidencial em "Quando houve a desistência para a reeleição do Lyndon Johnson, em 68, ele anunciou antecipadamente e abriu o espaço para que a convenção escolhesse [novo nome] de uma maneira um pouco mais livre", cita Ioris.

Agora, os democratas terão de lidar com divergências internas diante da liderança de Trump nas pesquisas. "Na atual situação, o que os une é o medo de Trump" disse Ioris.

Ele aponta que atualmente a base democrata americana é muito heterogênea, muito fragmentada. Isso, na prática, dificulta motivar eleitorado e partidários em torno de um único nome, seja na escolha para presidente, seja para vice. "Se os democratas, a base democrata, que é muito heterogênea, muito fragmentada, conseguisse se motivar e conseguisse se aglutinar ao redor de um nome e fosse, de fato, para a campanha, para as urnas, para evitar a volta do Trump, aí a eleição ficaria bem mais competitiva" disse. "Mas temos que ver o grau de eficiência que os democratas vão ter que mostrar nos próximos meses e nas próximas semanas", concluiu.

Para Young, embora o nome escolhido pelos democratas para disputar contra Trump possa ter mais ou menos força eleitoral, a divisão política nos EUA é tão acirrada que uma boa parte dos eleitores votará no partido. "É um país tão polarizado neste momento que não importa quem for o candidato que ganhará uma faixa de votos. Os eleitores não mudam muito os votos em função do candidato."

O agregador de pesquisas de intenção de voto, o site 538, apontou que Kamala apareceu com 48% das intenções e Trump 51%, em uma pesquisa realizada entre os dias 16 e 18. Biden tinha 47% e Trump, 52%. Outra pesquisa, do dia 17, mostrou Kamala com 44% contra Trump com 52%. Neste caso, Biden aparecia ligeiramente à frente da vice, tinha 45% e Trump, 51%.

O que acontece agora

Processo de substituição de Biden tem caminhos diferentes com Kamala Harris ou outro candidato

Fonte: AP

Desistência de Biden dará novo ânimo à eleição

Análise

Humberto Saccomandi
*Para o **Valor**, de São Paulo*

O presidente dos EUA, Joe Biden, desistiu ontem de uma candidatura à reeleição que não deveria nem ter começado. As duas questões vitais para os democratas agora são: quem será o candidato presidencial e se terá chances de derrotar o republicano Donald Trump. Isso só ficará mais claro nas próximas semanas. A decisão inédita e tardia de Biden joga a disputa eleitoral americana em terreno absolutamente desconhecido.

O Partido Democrata falhou em aceitar sem oposição a disposição de Biden de, aos 81 anos, concorrer à reeleição. A questão principal não é se Biden conseguiria ganhar de Trump, como vinha sendo o argumento de muitos democratas que pediam um novo candidato. O mais importante era que o presidente muito possivelmente não teria condições físicas, e talvez nem mentais, de governar a maior potência global por mais quatro anos.

Presidir os EUA é um dos trabalhos mais árduos do mundo. E a saúde de Biden iria apenas piorar com o tempo. Desde o ano passado, pesquisas indicavam que a maioria dos americanos achava o presidente velho demais para isso.

Quem será agora o nome democrata na cédula eleitoral? A candidata natural seria a vice-presidente Kamala Harris. Ela tem o apoio de Biden, mas não decolou politicamente nos últimos quatro anos. Foi um dos vice-presidentes mais apagados da história recente dos EUA. Além disso, é mulher, negra, filha de imigrantes do sul da Ásia, esquerdista e da Califórnia. Sua taxa de aprovação vem sendo sistematicamente pior que a de Biden. Ou seja, sob qualquer ponto de vista político, Kamala seria uma candidata muito arriscada, especialmente numa eleição que os democratas descrevem como vital para o futuro da democracia nos EUA.

Nos últimos dias começou a vazar na mídia americana a ideia de um miniprocesso seletivo interno. Isso claramente visa retirar Kamala da disputa. Não há um procedimento definido para o caso de um candidato presidencial se retirar às vésperas da convenção partidária. Isso nunca aconteceu. Essa miniprimária, cujas regras ainda teriam de ser definidas, daria uma desculpa digna para o partido tirar Kamala do caminho.

Para colocar quem? Nada leva a crer que os democratas não previam a possibilidade de o presidente desistir. Chama a atenção que o primeiro debate presidencial, que implodiu a candidatura Biden, ter sido antecipado em relação ao calendário normal nos EUA. Além disso, a convenção partidária democrata, que normalmente também ocorre em julho, foi marcada desta vez para agosto. Tudo isso sugere que o partido do queria testar Biden o quanto antes e ter tempo para eventualmente substituí-lo. Nesse caso, o partido já deve ter feito pesquisas e avaliações internas sobre os nomes mais adequados. Segundo a mídia americana, despontam como possíveis candidatos os governadores Gretchen Whitmer (Michigan), Gavin Newsom (Califórnia), Andy Beshear (Kentucky), J.B. Pritzker (Illinois) e Josh Shapiro (Pensilvânia).

E quais são as chances de um desses derrotar Trump? É difícil avaliar ainda, pois os nomes tiveram muito menos visibilidade nacional até agora do que o ex-presidente republicano. A troca de candidato de certo modo zera a campanha presidencial. E pode energizar a base democrata.

Segundo a média das pesquisas do agregador Five Thirty Eight, Trump estava ontem 3,2 pontos à frente de Biden (antes do fatídico debate a diferença era 0,7 ponto).

As poucas pesquisas feitas nas últimas semanas com candidatos democratas alternativos colocam Trump à frente de todos. Kamala se sai um pouco melhor, mas isso é compreensível, diante da pouca projeção nacional dos governadores. O mais importante é quem tem mais margem para crescer, já que haverá menos de três meses entre a convenção democrata e as eleições.

Muito dependerá de como será o processo de escolha do novo candidato. Se for disputado, porém ordeiro, o partido poderá dar uma demonstração de democracia interna e largar bem na curta campanha eleitoral até as eleições de novembro. Se ocorrer uma guerra civil entre os democratas pela candidatura, isso deverá favorecer Trump.

Como nenhum presidente no cargo desistiu da candidatura num momento tão tardio da disputa eleitoral, o passado talvez não ilumine muito o que pode acontecer nos próximos meses. Os casos mais similares foram os dos democratas Harry Truman (em 1952) e Lyndon Johnson (em 1968). Ambos eram presidentes e desistiram de disputar a reeleição. Mas a desistência deles ocorreu no início daqueles anos, no começo das primárias (as prévias partidárias), após eles perceberam que poderiam sair derrotados. Biden desiste depois de vencer as primárias e ter a candidatura democrata nas mãos. Nos dois casos anteriores, os democratas perderam a eleição presidencial.

Mas em nenhuma dessas eleições havia um adversário como Donald Trump. A maioria dos americanos, segundo pesquisas, também não gostaria que Trump fosse candidato. Ele e Biden formavam a dupla de candidatos mais rejeitada desde que há pesquisas nos EUA.

Isso significa que, após passar meses como pedra, atacando "Sleepy Joe" (Joe, o soneca), como costuma se referir a Biden, Trump agora poderá virar vidraça. Um candidato democrata com pouca rejeição poderá atacar os pontos fracos do republicano, inclusive a sua elevada idade, 78 anos.

Para os EUA, e o resto do mundo também, a troca do candidato democrata fará bem. Será empolgante assistir a uma campanha eleitoral baseada em ideias e propostas, e não focada principalmente nos tropeços e gafes de um candidato. A História decidirá se Biden foi um presidente bom ou ruim, mas ele certamente era o candidato errado. Restará saber se a troca terá ocorrido tarde demais para salvar os democratas.

> Trump e Biden formavam a dupla de candidatos mais rejeitada desde que há pesquisas nos EUA

Carreiras Brasileiros valorizam mais a flexibilidade no trabalho B2

Publicidade
Cresce a receita da Publicis na região e estimativa é positiva para 2º semestre, diz Sadoun, CEO B9

Conjuntura
Expedição de papelão ondulado subiu 5,4% no primeiro semestre B3

Marketing
Para o Dia dos Pais, esportes e projeção de vendas maiores B9

Agronegócio
Governo descarta novos casos da Doença de Newcastle após exames B10

Varejo Após homologação de aumento de capital, prevista para esta semana, credores serão pagos

Reestruturação da Americanas chega à reta final

Talita Moreira
De São Paulo

O plano de recuperação judicial da Americanas chega à reta final nesta semana, um ano e meio depois de as negociações entre acionistas e credores terem começado. O desfecho contempla uma série de passos quase simultâneos para os pagamentos de dívidas, num desenho elaborado de forma que o compromisso das partes de não litigar passe a valer de forma definitiva.

A Americanas entrou em recuperação judicial em 19 de janeiro de 2023, oito dias depois da revelação de uma fraude contábil hoje estimada em R$ 25 bilhões.

O primeiro evento desse passo a passo é a homologação do aumento de capital da companhia, prevista para ocorrer na quinta-feira (25). Os acionistas de referência — Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles — farão um aporte de R$ 12 bilhões, que inclui dinheiro novo e conversão de empréstimos feitos à varejista na modalidade DIP (sigla para "debtor-in-possession"), usada para empresas em recuperação. De outro lado, serão convertidos R$ 12 bilhões em dívidas dos bancos credores, o que fará deles acionistas da Americanas.

A conta que cabe ao trio de empresários não será distribuída igualmente entre eles. Como o **Valor** já noticiou, Sicupira bancará a maior parte da conta — mais de R$ 7 bilhões —, já que a Americanas sempre foi um negócio acompanhado de perto por ele, que inclusive faz parte do conselho de administração.

Embora seja muito provável que a homologação ocorra no dia 25, essa é uma estimativa. Com o plano aprovado e os ajustes feitos nele na semana passada, é possível que o documento seja apresentado pelo juízo ao Ministério Público antes desse passo, o que pode jogar essa data mais para a frente.

R$ 25 bi
é o tamanho da fraude na varejista

Feita a homologação, o acerto então começa a ser liquidado. Primeiro, as novas ações são emitidas e as dívidas convertidas. Na sequência, serão pagos R$ 2,04 bilhões aos credores que venderam dívidas com descontos de até 73% num leilão reverso realizado em abril.

Depois disso, a Americanas fará uma emissão de debêntures no valor de R$ 1,875 bilhão, com séries em reais e em dólares. Os papéis terão vencimento em cinco anos e carência de 24 meses. Os títulos serão usados para trocar dívidas antigas.

A última etapa é o chamado "downpayment", ou seja, o pagamento em dinheiro da dívida remanescente com deságio. Nessa etapa, está previsto o desembolso de R$ 6,7 bilhões. Esse dinheiro virá diretamente do aumento de capital e sequer passará pelo caixa da empresa. AS dívidas trabalhistas e aquelas com fornecedores já foram pagas no primeiro semestre, com dinheiro da companhia.

Todas as etapas de pagamentos que faltam serão feitas de maneira concomitante. Segundo fontes que acompanham a negociação ouvidas pelo **Valor**, dificilmente será tudo pago num dia só, mas a ideia é reduzir descasamentos temporais a quase zero. Esse fator é importante porque elimina os riscos no acordo assumido entre credores e acionistas de não litigar.

Para fechar o acordo de recuperação judicial da companhia, no fim do ano passado, os dois lados se comprometeram a não mover ações uns contra os outros. Até ali, alguns bancos se movimentavam na Justiça para processar acionistas e conselheiros caso se encontrasse algum sinal de que participaram ou sabiam da fraude. O acerto não elimina, mas reduz drasticamente as chances de uma eventual responsabilização.

Até agora, tanto a varejista quanto investigações do Ministério Público e da Polícia Federal sustentam que o esquema de maquiagem dos balanços foi feito pela antiga diretoria, sem que o conselho soubesse. Os inquéritos ainda estão em curso. Na semana passada, a Americanas informou ter recebido o relatório do comitê independente contratado por ela para investigar os problemas. O documento ainda não foi divulgado, mas a varejista sinalizou que o trabalho corrobora a tese de fraude cometida por ex-diretores.

Recuperação envolve reestruturação de R$ 50 bilhões em dívidas, incluindo compromissos dentro do grupo

A recuperação da Americanas envolve a reestruturação de R$ 50 bilhões em dívidas, incluindo compromissos entre empresas do próprio grupo.

As bases do acordo foram costuradas inicialmente com os principais bancos credores — Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, BTG Pactual e Safra — e depois estendidas aos demais.

Um batalhão de advogados de todas as partes trabalhou na operação. Executivos seniores dos bancos e, em alguns momentos, os presidentes dessas instituições atuaram nas negociações. O banco de investimentos Rothschild assessorou a Americanas. A diretora financeira, Camille Loyo, foi a principal interface da empresa com os credores. Roberto Thompson, sócio de Lemann, Telles e Sicupira, foi o negociador em nome dos acionistas de referência. O escritório Pinheiro Neto foi o ponto centralizador das conversas entre os bancos e a empresa.

CBN Professional Talita Lacerda, da Petlove, é a entrevistada do podcast do **Valor** e "CBN"

Do mochilão à busca por conhecimento pelo mundo, até virar CEO

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Stela Campos
De São Paulo

Quando se mudou para Xangai, aos 26 anos, para assumir a operação B2C da BRF e participar do lançamento da marca Sadia no mercado chinês, Talita Lacerda não se intimidou. Morar na China era um objetivo desde que tinha voltado de um "mochilão" pela África e Ásia. Nas férias de trabalho na consultoria BCG, ela já se dedicava ao estudo de mandarim, chegando a frequentar a Universidade de Pequim. Mas os desafios que enfrentou por ser jovem e mulher naquela experiência em solo asiático nem de longe lhe pareceram tão assustadores como quando foi convidada para assumir o cargo de CEO na Petlove. "Tomei o maior susto. Eu estava absolutamente apavorada", conta.

Era o começo de uma trajetória de sucesso no mercado pet, que movimenta R$ 50 bilhões ao ano no mundo e no qual o Brasil é o terceiro país melhor colocado em vendas de produtos e serviços. Por sua atuação frente à empresa, hoje com mais de 1,7 mil funcionários, e um faturamento estimado este ano de R$ 1,8 bilhão, ela recebeu em 2023 o prêmio Executivo de Valor, na categoria Jovem Liderança. A executiva é a convidada desta semana do podcast CBN Professional, uma parceria do **Valor** com a rádio "CBN".

Seu primeiro contato com a Petlove foi quando a gestora Tarpon, onde trabalhava, comprou uma participação na empresa em 2019. Quando lhe pediram para assumir como CEO um ano depois, ela solicitou que o processo de transição fosse longo. "Me dá seis meses com o fundador, sem ninguém saber ainda que vou ser CEO", lembra. "Foi um frio na barriga. Eu até pensei em não aceitar o convite e quando falei para o meu marido ele disse: 'Talita, se você fosse um homem, não estaria falando isso. É claro que você vai aceitar, que coisa absurda", conta.

> "Meu pai sempre me cobrou muito academicamente. Se eu tirava 9,5, ele me dizia que não era um 10"
> *Talita Lacerda*

Ela decidiu, então, fazer sessões de coaching, falar com mentores e outros CEOs de empresas de diversos tamanhos. "Eu fui atrás da minha rede para poder trocar experiências. Li um monte de livros também", lembra. Três meses depois de assumir o cargo, Lacerda fechou uma rodada de captação que colocou no caixa da empresa R$ 750 milhões. Em 2021, além de atuar na Petlove, ela cofundou a gestora de recursos Kamaroopin.

A executiva diz que na sua trajetória profissional nada veio de graça. Filha de pais com poucos recursos, mas que sempre a estimularam a sonhar grande, ela diz que sempre enxergou "o copo meio cheio". A educação foi um valor fundamental desde pequena. "Meu pai sempre me cobrou muito academicamente. Se eu tirava 9,5, ele me dizia que não era um 10", explica. Ganhou bolsa de estudos para ir para uma escola particular quando criança e seguiu cavando oportunidades para se aprimorar.

A mãe a aconselhou a estudar administração, dizendo que "não tinha tanta matemática". Ela pensava em cursar direito ou jornalismo, mas acabou seguindo o conselho. No curso, diz que via todo mundo querendo atuar em banco. "Deve ser bom, eu pensei, então escolhi todas as eletivas de finanças", diz. Acabou ingressando no banco de investimentos Merrill Lynch como estagiária. "Meu primeiro salário já era maior que o dos meus pais", assinala.

Fez intercâmbio para aprender inglês na Universidade de Nova York durante o curso de administração na Fundação Getulio Vargas. Quando voltou, ingressou na consultoria BCG. Fez outro intercâmbio para aprender espanhol na Argentina.

Cursou o MBA na Chicago Booth. Ela conta que juntava dinheiro com o trabalho e ia viajar. "Sempre tive o sonho de conhecer o mundo", diz. Chegou a fazer um trabalho voluntário em uma ONG em um orfanato na Tanzânia. Em seguida, fez o mochilão pelos países da África e Ásia. "Me apaixonei pela China".

Da época em que trabalhou por lá, ela lembra de ter que tomar "baiju", um licor com alto teor alcoólico, usado para selar negócios em reuniões e almoços. "Tinha uma questão de confiança", explica. "Eles diziam: 'a bebida entra, a verdade sai", diverte-se. O episódio completo está no site da "CBN" e nas principais plataformas de streaming como Spotify e Apple Podcasts. Também pode ser assistido em vídeo no YouTube do **Valor** e da "CBN".

Brasileiros valorizam mais a flexibilidade no trabalho

Pesquisa

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Ter flexibilidade nos expedientes é mais importante para os brasileiros do que para profissionais de outros países. O modelo sem dias determinados para ir aos escritórios é prioridade para 30% dos trabalhadores locais, ante 25% da média global. Atualmente, 57% dos funcionários no país estão em regime híbrido, 41% precisam marcar presença nas empresas todos os dias e apenas 2% atuam completamente em home office.

Os dados são do relatório "People at work 2024 — A global workforce view", produzido pelo ADP Research Institute, organização de pesquisas ligada à multinacional de gestão de capital humano ADP. O levantamento, obtido pelo **Valor**, ouviu 34.612 profissionais de 18 países, sendo 5.860 (16,9%) na América Latina (Argentina, Brasil e Chile).

O estudo também reúne análises sobre as tendências nos formatos de produção, prioridades profissionais e as percepções dos funcionários sobre o monitoramento que as chefias fazem das tarefas diárias.

Segundo o relatório, a parcela da força de trabalho global que atua em modelos 100% presenciais cresceu de 52%, em 2022, para 55%, em 2023. Com 12%, a quantidade de profissionais no mundo que trabalham a distância praticamente não se alterou no período estudado.

"Para profissionais acima de 55 anos, a flexibilidade de horários é ainda mais importante", ressalta Cláudio Maggieri, general manager para a América Latina da ADP. Nessa faixa etária, 31% colocam os expedientes maleáveis entre as principais prioridades no ambiente de trabalho, ante 24% de quem tem entre 18 e 24 anos, detalha.

Liberdade valorizada
Pesquisa mostra preferência por jornadas ajustáveis

Como os brasileiros estão trabalhando, em %

Ter flexibilidade nos horários é muito importante, em %

	%
No Brasil	30
No mundo	25

Fonte: "People at work 2024-A global workforce view"/ADP Research Institute

Os recortes mostram que o regime híbrido ainda é adotado por mais da metade dos entrevistados no Brasil, um índice bastante relevante, continua o executivo. "Mas o presencial já chega a 40%, confirmando a tendência de crescimento do número de profissionais nos escritórios", analisa. Esse cenário parece sinalizar que o mundo corporativo está se acomodando a uma nova "normalidade", ao mesmo tempo em que o engajamento e o desenvolvimento contínuo de habilidades, nesse momento de mudança no local de trabalho, ganham peso, diz.

No Brasil, segundo o executivo, além da elasticidade dos tipos de jornada, os maiores interesses dos profissionais em um emprego são salário (56,8%), segurança (34,7%) e progressão na carreira (34,3%). "Inflação e custo de vida são preocupações constantes, o que reflete na importância dada ao salário", explica. "Por isso, ter uma política de remuneração bem desenhada permanece como a principal estratégia de atração e retenção de talentos nas empresas."

Sobre o aspecto da segurança no emprego, apontada por mais de 30% dos pesquisados, Maggieri diz que, quando os gestores ressaltam a governança e a solidez da companhia, podem incrementar a sensação de tranquilidade no quadro. "A prática de dar feedbacks regulares é altamente recomendada, pois permite correções de rota e metas claras de aperfeiçoamento", aconselha. "O diálogo continua fundamental para assegurar aos empregados a relevância da contribuição deles à organização."

Outro ponto de atenção na pesquisa é a diferença nas percepções de monitoramento das entregas entre diferentes regimes de trabalho, destaca. Os números indicam que 68% dos funcionários remotos, 65% dos híbridos e 60% dos presenciais sentem que "os empregadores os monitoram de perto".

"Além disso, 77% dos gestores também acreditam que são monitorados, em comparação a 46% dos liderados", diz. "Isso sugere que as empresas precisam abordar mais a questão da confiança e da sensação de vigilância dos times, independentemente do regime de trabalho que ofereçam."

Você sabe usar seu smartphone no trabalho?

Banda Executiva

Sofia Esteves

Eu sei, essa pergunta soa completamente estranha e até um pouco fora de época, como se o produto tivesse acabado de ser lançado. No entanto, o celular com acesso a internet e outros recursos está em nossas mãos há muito tempo — foi popularizado com o lançamento do iPhone, da Apple, lá em 2007.

Isso significa que, hoje, nas escolas, temos estudantes que nunca conheceram uma realidade sem smartphones. Para esse grupo, o mundo sempre esteve conectado através de uma telinha. Estou me referindo a crianças e jovens que praticamente nasceram com um aparelho na mão e que, não raras vezes, o manejam com mais destreza que uma pessoa adulta.

Só que toda essa experiência não significa que, de fato, as gerações saibam usar o recurso da melhor forma. E, quando me refiro às gerações, não me limito àquelas mais novas. Nós, pessoas adultas, também precisamos refletir sobre o assunto.

Nos últimos anos, discussões sobre a proibição de telas para crianças e até o banimento de celulares nas escolas ganharam força em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. No Rio de Janeiro, os dispositivos eletrônicos foram proibidos em escolas públicas municipais; já em São Paulo, surgiu o Movimento Desconecta, formado por um grupo de mães que defende o adiamento do acesso de crianças e adolescentes aos smartphones — só para citar dois exemplos deste ano.

Não vou entrar no mérito da questão e discutir se as propostas são muito radicais ou não. O que me interessa aqui é fazer um convite para uma autoanálise: será que são só as pessoas mais novas que precisam de um limite para as telas e que devem aprender a utilizar melhor seus celulares? Nós, pessoas adultas, não nos beneficiaríamos de uma reeducação nesse sentido?

Assim como eu, parte de quem lê esta coluna nasceu em uma época em que as ligações eram somente em números fixos, os documentos eram enviados via fax, as imagens eram registradas por câmeras fotográficas e palavras como "aplicativos" e "redes sociais" não constavam no dicionário.

Veio o smartphone e, aos poucos, na base do teste, fomos descobrindo todas as suas possibilidades. Mais: fomos incorporando o aparelho em diferentes momentos e aspectos da nossa vida, inclusive como uma ferramenta de trabalho.

Não recebemos um "manual de instrução social", um guia de uso produtivo ou qualquer coisa que o valha. Como acontece hoje com outras tecnologias, fomos aprendendo na prática.

Veja, meu ponto aqui não é me queixar do passado ou fazer um discurso contrário à tecnologia, mas apenas constatar o fato de que, assim como as nossas crianças e jovens, incorporamos algo em praticamente todos os aspectos da nossa vida sem saber ao certo o seu impacto. E, justamente por isso, talvez precisássemos discutir não só a educação digital da juventude, mas também a nossa. Afinal, todo mundo está sujeito aos efeitos do excesso de telas.

Já existem trabalhos que mostram, por exemplo, uma piora da saúde mental, independentemente da idade, por conta do tempo prolongado diante das telas. Uma tese defendida em 2023 no Programa de Pós-graduação em Medicina Molecular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) identificou traços de nomofobia (medo de ficar longe do celular) em grupos idosos.

Outro achado preocupante foi que o uso excessivo dos smartphones pode levar à diminuição do quociente de inteligência (QI) antes do previsto, uma vez que, quando grudados na telinha, deixamos de realizar outras atividades e desenvolver habilidades que contribuem para o funcionamento ativo do cérebro.

De novo, a crítica não é ao produto em si, às telas, às redes sociais. A questão é sobre a falta de senso crítico na utilização do aparelho. Todo mundo está cansado de escutar aquele discurso de que a tecnologia não é o problema, e, sim, a forma que a empregamos no dia a dia. Sabemos disso, mas será que levamos essas palavras a sério?

Quantos de nós já parou para analisar se o celular tem ajudado a melhorar a produtividade ou servido mais como uma fonte de distração? Sabemos quanto tempo é gasto em diferentes aplicativos? Conseguimos manter o foco em uma reunião ou dividimos nossa atenção entre o mundo físico e o digital?

Repensar a nossa relação com dispositivos tecnológicos não é um sinal de incompetência. Não significa pouca familiaridade com as inovações do mundo digital. Trata-se, na verdade, de um reconhecimento de que, por mais intuitivo que seja, o uso de algumas tecnologias precisa ser (re)aprendido.

Analisar sua relação com as telas e, a partir disso, passar por um processo de reeducação demonstra uma consciência acerca da complexidade desse pequeno objeto que nos acompanha para tudo quanto é canto. Smartphones e outras ferramentas podem, sim, colaborar com a nossa produtividade, mas, para isso, precisamos saber aproveitar as vantagens de uma inovação sem nos tornarmos reféns da mesma.

Esse ponto de equilíbrio não é fácil nem para as crianças, nem para quem tem mais idade. Investir na educação digital é o caminho para todas as gerações.

Sofia Esteves é presidente do conselho da Cia de Talentos

Saúde Companhia pagará uma multa de R$ 43,5 milhões, sendo que até R$ 20 milhões virão do fundador, José Seripieri Filho

Qualicorp fecha acordo de leniência com AGU e CGU

Beth Koike e Rita Azevedo
De São Paulo

O conselho de administração da Qualicorp, empresa de planos de saúde por adesão, aprovou um acordo de leniência com a Advocacia Geral da União (AGU) e Controladoria-Geral da União (CGU) referente às investigações de fraudes tributárias em 2014, cuja investigação da Receita Federal, Ministério Público Federal e Polícia Federal ficou conhecida Operação Triuno.

O acordo prevê o pagamento de uma multa de R$ 43,5 milhões, sendo que até R$ 20 milhões serão arcados pelo fundador da Qualicorp, José Seripieri Filho, conhecido como Júnior. O empresário arcará com essa quantia porque na época detinha participação acionária e estava na gestão da Qualicorp, do qual não faz mais parte. Em dezembro, Júnior comprou a Amil.

A concretização do acordo com a AGU e CGU ainda depende de aprovação de acionistas sobre uma proposta estabelecendo que Júnior, na qualidade de antigo administrador da companhia, não poderá ser responsabilizado pelas fraudes. Em caso de rejeição, o instrumento de cooperação deixará automaticamente de produzir efeitos.

Em comunicado, a Qualicorp informou que "após a conclusão dos trabalhos do Comitê de Apuração constituído, em julho de 2020, para apurar fatos sob investigação no âmbito das Operações Paralelo 23 e Triuno, a companhia, por intermédio de seus advogados, passou a colaborar com as autoridades competentes para a elucidação das referidas investigações, tendo em vista a possibilidade de negociar a celebração de um acordo de leniência".

A Quali informou ainda que o fundador também colaborou com as autoridades competentes visando à elucidação dos fatos sob investigação.

O pagamento da multa de R$ 43,5 milhões será feito em 12 parcelas mensais corrigidas pela Selic, além de determinados acertos de aprimoramentos no programa de integridade, no que ainda não tenha sido adotado pela companhia ao longo dos últimos anos.

SILVIA COSTANTI / VALOR

José Seripieri Filho estava na gestão da Qualicorp na época em que os fatos ocorreram

4 anos
é o tempo das investigações

Além disso, a Qualicorp informou que recentemente o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública de improbidade administrativa com as mesmas acusações que foram contempladas nesse acordo de leniência. Com a aprovação do acordo, a Quali acredita que o processo seja excluído.

A Operação Triuno refere-se à fraude tributária, cuja deflagração da Polícia Federal e Receita Federal ocorreu em 2020. A Qualicorp foi citada na investigação que fez pagamentos indevidos para servidores públicos com o objetivo de reduzir o crédito tributário apurado nos procedimentos fiscais instaurados ou obter ressarcimentos antecipados de tributos.

Na investigação da operação Triuno, foi identificada uma suposta organização criminosa especialista em arquitetar sofisticados esquemas para sonegação tributária, crimes financeiros e lavagem de dinheiro.

A companhia também fez apurações internas relacionadas à Operação Paralelo 23, que envolvia suposto repasse de R$ 5 milhões para a campanha de José Serra (PSDB-SP) ao Senado, em 2014, mas não houve provas. O caso já foi arquivado há alguns anos. Em 2020, em reportagem do G1 sobre o assunto, Serra informou que "jamais recebeu vantagens indevidas".

Expedição de papelão surpreende no 1º semestre e deve seguir forte

Desempenho

Stella Fontes
De São Paulo

As expedições de papelão ondulado surpreenderam a indústria no primeiro semestre e ficaram acima do esperado, segundo prévia dos indicadores da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel). De janeiro a junho, o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) avançou 2,2% em junho, na comparação anual, para 152,3 pontos, acumulando alta de 5,4% nos seis primeiros meses do ano.

A expectativa do setor é de manutenção do ritmo aquecido no segundo semestre. "Há uma tradição de que o primeiro trimestre tende a ser o mais difícil, mas 2024 já começou fora desse padrão. A surpresa boa é que isso se manteve no segundo trimestre", disse ao **Valor** o presidente executivo da entidade, embaixador José Carlos da Fonseca Jr..

Tradicionalmente, a segunda metade do ano costuma ser mais aquecida para essa atividade, com a aproximação das festas de fim de ano e outras datas importantes para o varejo, como a Black Friday.

Números positivos de consumo de bens não duráveis, segmento ao qual a indústria de caixas de papelão está mais exposta, a preferência crescente por embalagens sustentáveis, com substituição sobretudo do plástico, e o crescimento da alimentação fora de casa explicam o bom momento.

5,4%
foi a expansão entre janeiro e junho

Conforme a prévia da Empapel, em volume, a expedição de caixas, acessórios e chapas de papelão chegou a 341,991 mil toneladas em junho, o segundo maior volume para o mês na série histórica, iniciada em 2005. Por dia útil, foram 13.680 toneladas, 2,2% acima do registrado em junho de 2023, que teve a mesma quantidade de dias úteis.

Dessa forma, no segundo trimestre, as expedições totalizaram 1,046 milhão de toneladas, com alta de 5,4% frente ao mesmo intervalo do ano passado. No semestre, o crescimento também foi de 5,4%, para 2,05 milhões de toneladas.

Considerando-se o cenário moderado, a Empapel projeta expansão de 2,8% nas expedições em 2024 — no melhor cenário, o crescimento pode chegar a até 5%. Conforme Fonseca, apesar do desempenho surpreendente nos seis primeiros meses do ano, ainda é cedo para falar em uma potencial revisão para cima das projeções.

"Há outras variáveis que entram na equação, como juros. Portanto, não vamos nos precipitar", explicou, referindo-se ao fim do ciclo de queda na Selic, que pode ter reflexos no consumo de forma geral.

Conforme o embaixador, a indústria brasileira está preparada para atender à demanda futura do ponto de vista de capacidade de produção. Grandes nomes da indústria, como Klabin e WestRock (hoje Smurfit Westrock), expandiram suas operações recentemente. Só Klabin está adicionando uma capacidade produtiva de 240 mil toneladas anuais com seu Projeto Figueira, inaugurado em abril mediante investimentos de R$ 1,6 bilhão.

Na Grande São Paulo, o grupo Mazurky, que tem indústria em Mauá, contratou mais trabalhadores e está investindo R$ 36 milhões em novos equipamentos. Além de embalagens tradicionais, a empresa produz ainda cestas de compras para o varejo em papelão e mobiliário (mesas que suportam peso de até 20 quilos e cadeiras que comportam até 100 quilos.

De acordo com o gerente comercial da Mazurky, Diego Araújo, a expectativa é de demanda crescente no segundo semestre, na esteira da sazonalidade e da preferência por produtos sustentáveis, que tem impulsionado a procura por papelão.

"Para atender ao crescimento do mercado, a empresa tem capacidade instalada suficiente e está investindo em melhorias e expansões das linhas de produção", afirmou, acrescentando que a Mazurky também está buscando "parcerias estratégicas para garantir a disponibilidade de matéria-prima e otimizar a logística".

Curta

Modern amplia atuação

A Modern Logistics, operadora de carga aérea no Brasil controlada por americanos, está dando os primeiros passos na operação de carga internacional. O início dos voos está previsto para 15 de agosto e inclui Colômbia, Equador, Chile e Uruguai e Argentina, além do Brasil, contou Cristiano Koga, CEO da empresa. O setor de carga aérea tem crescido de forma exponencial no país, com diversos operadores surgindo de olho sobretudo na demanda do e-commerce.

INÊS 249

Tecnologia Atualizações de softwares deveriam ser testadas antes de serem replicadas em grandes redes

Apagão global expõe ausência de 'plano B'

Daniela Braun
De São Paulo

Saguões de aeroportos lotados, serviços de emergência fora do ar, cirurgias adiadas e operações bancárias paralisadas foram cenas da vida real, e não de um filme de ficção, vivenciadas após um apagão cibernético que afetou empresas e cidadãos do mundo todo na sexta-feira (19).

O motivo da crise foi a falha na atualização de um software da empresa de cibersegurança americana CrowdStrike para servidores com o sistema operacional Windows, da Microsoft. A atualização automática corrompeu um dos sistemas operacionais mais usados no mundo.

A Microsoft informou, no sábado (20), que cerca de 8,5 milhões de máquinas com o sistema operacional Windows foram afetadas pela pane global, segundo estimativa feita em parceria com a Amazon e o Google. O volume, segundo a Microsoft, representa menos de 1% do total dos dispositivos com o sistema Windows do mundo.

O bug gerou um efeito em cascata que interrompeu toda a sorte de processos digitalizados globalmente, de organizações públicas e privadas. Entenda os principais pontos do apagão:

Qual foi a falha?

O problema foi gerado em um arquivo da atualização do software Falcon Sensor, da CrowdStrike. A atualização automática começou a ser aplicada na madrugada de sexta-feira (19) e afetou servidores virtuais com o sistema operacional Windows. Máquinas com sistemas Linux ou Mac OS, da Apple, não apresentaram problemas.

Segundo a Microsoft, a falha na atualização do Falcon Sensor disparou um erro lógico em todos os dispositivos equipados com o Windows 7.11 ou versões superiores. O erro é conhecido como "tela azul da morte".

Na sexta-feira, a CrowdStrike disse que não se tratava de um ataque cibernético. "Nossos clientes permanecem totalmente protegidos", disse o executivo-chefe e cofundador da CrowdStrike, George Kurtz. O software da CrowdStrike monitora computadores, celulares e outros dispositivos conhecidos como pontos de extremidade de redes corporativas ("end points", em inglês). A CrowdStrike, que corre o risco de ser alvo de processos judiciais em busca de indenizações por prejuízos causados, tem 29 mil clientes no mundo. Segundo a consultoria Gartner, a empresa lidera o segmento de softwares para segurança de "end points".

Entre os clientes no Brasil estão empresas como LWSA (ex-Locaweb) e Guararapes, dona da Riachuelo. Procuradas pelo **Valor**, as empresas não se pronunciaram. O Brasil tem 68% de servidores rodando Windows e 31% Linux, segundo a consultoria IDC.

O que foi afetado?

O impacto do travamento em servidores Windows interrompeu serviços de organizações públicas e privadas dos mais diversos setores, no mundo todo. Em 16 horas, na sexta-feira, o site DownDetector informou ter registrado 311 mil notificações de serviços instáveis ou fora do ar, sendo 58 mil dos Estados Unidos, 26 mil do Reino Unido e 20 mil da Índia, segundo a rede de notícias americana NPR.

Companhias aéreas, hospitais, bancos, serviços públicos e de emergência, mesas de negociação de ações e sites de comércio eletrônico foram impactados.

Grandes empresas aéreas foram massivamente afetadas. Somente na sexta-feira houve 5.171 voos cancelados e 46 mil voos atrasados, segundo o serviço de monitoramento de voos FlightAware. O problema afetou as principais companhias aéreas da Europa, Austrália, América do Sul, Índia, Japão e Oriente Médio. O bug também interrompeu serviços bancários e de negociação de ações. Traders do sistema financeiro, de Hong Kong a Dubai, da África do Sul a Londres, foram impedidos de operar na sexta-feira por conta do apagão global de computadores.

Qual foi o impacto no Brasil?

O apagão afetou voos locais, serviços bancários, de call center, logística e de órgãos públicos. Na manhã da sexta-feira, clientes de bancos como Bradesco, next (banco digital do Bradesco), Neon e Banco Pan reclamavam de instabilidade. No fim da tarde de sexta-feira, os serviços dos bancos estavam normalizados.

Os aeroportos de Belo Horizonte e Florianópolis registraram atrasos em voos após o apagão cibernético em voos da Azul.

Centrais de atendimento (call center) apresentaram instabilidade, mas os serviços não foram interrompidos, informou a Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática.

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR) chegou a ter uma fila de 7 quilômetros, na manhã de sexta-feira, devido ao apagão. Mais tarde, o fluxo foi normalizado informou a TCP, empresa que administra o local

Qual é o prazo para voltar ao normal?

O tempo para restabelecer os serviços depende da estrutura de cada empresa e de quantos servidores Windows foram afetados, informam especialistas em tecnologia e cibersegurança. "No geral, empresas que identificaram o problema logo cedo, na sexta-feira, levaram em torno de duas a três horas a partir das medidas tomadas", disse o chefe da unidade de negócios de cibersegurança da empresa Think IT, Marcos Pires.

O consultor de cibersegurança e professor dos cursos de MBA da Fundação Getulio Vargas Marcos Sêmola avalia que a CrowdStrike agiu rapidamente, mas nota que "a natureza do problema requer muitas ações manuais, que exigem tempo para uma correção".

Alguns casos de restabelecimento podem levar dias, dia o sócio da área de tecnologia da consultoria jurídica Baptista Luz e professor de direito digitaldoIbmec, Pedro Henrique Ramos. "O software CrowdStrike roda diretamente nos dispositivos como servidores, computadores e celulares. Então imagine isso em empresas que possuem centenas ou até milhares de dispositivos conectados ao software".

Como a pane poderia ter sido evitada?

Testar atualizações de segurança antes que as mesmas sejam replicadas para toda a companhia é uma das recomendações apontadas por especialistas. Para Sêmola, da FGV, a pane reflete o despreparo das corporações para enfrentar situações de crise de continuidade de negócios. "Esse é um problema que vamos vivenciar mais vezes". O erro mais comum das empresas, na visão do especialista, tem sido desenvolver a área de segurança para identificar e mitigar riscos, mas não para ensaiar respostas a crises como um apagão global. "Uma invasão, um ataque ou um problema de segurança são inevitáveis", ele afirma.

MARIA ISABEL OLIVEIRA / AGÊNCIA O GLOBO

Passageiros no aeroporto de Guarulhos (SP) foram afetados pela pane causada pela CrowdStrike na sexta-feira

8,5 milhões de máquinas afetadas

Concentração de mercado deixa ciberespaço vulnerável

Análise

João Luiz Rosa
De São Paulo

O apagão digital que afetou o mundo na sexta-feira (19) é um duro lembrete de como a concentração de mercado em torno de poucas empresas tornou vulnerável a infraestrutura que nos permite fazer coisas básicas — como viajar de avião, tirar dinheiro do banco ou ser atendido no hospital —, e amplificou a ameaça dos incidentes digitais em escala global.

Foi a falha de uma única empresa, a americana CrowdStrike, de cibersegurança, que provocou o tumulto. Uma atualização de software feita pela companhia deixou fora do ar usuários do sistema operacional Windows, da Microsoft, em diversos países, inclusive no Brasil.

A extensão do problema, que provocou o cancelamento de voos e causou interrupções em serviços de bancos, escolas e hospitais, entre outras dificuldades, ressalta o longevo domínio do Windows nos computadores pessoais.

Segundo o site Statcounter, cujas estatísticas se baseiam em dados coletados em 1,5 milhão de sites, o Windows detém 72,9% de participação nos PCs, com o Os X, da Apple no segundo lugar, com distantes 14,93%. O Linux, que chegou a ser visto como um concorrente à altura do Windows no passado, tem uma fatia de 4,04%.

Cerca de 1,6 bilhão de pessoas usam o sistema da Microsoft regularmente, segundo estimativas de mercado, o que ajuda a entender por que, apesar de restrita a um fornecedor, a falha teve tantas consequências.

O problema é que a situação não se aplica só ao Windows ou à Microsoft. O cenário se repete em outros segmentos. Há vários sistemas para celulares, mas só conseguimos nos lembrar de dois — o Android, do Google, e o iOS, da Apple. Entre os mecanismos de busca na internet, o Google tem liderança disparada, com 91,05 de participação. O Bing, da Microsoft, que aparece em segundo lugar, tem 3,74%, de acordo com dados do Statcounter. Outros serviços de pesquisa, como Yandex e Yahoo, não chegam a 2% cada um.

E o que dizer das redes sociais? Várias delas estão no ar, mas as mais proeminentes — Facebook (62,6% de participação) e Instagram (10,79%) — pertencem à mesma empresa, a Meta. A holding também controla o WhatsApp, de mensagens instantâneas, um fenômeno no Brasil, com estimados 165 milhões de usuários.

Problemas em quaisquer dessas plataformas podem ter enorme impacto para indivíduos, empresas ou governos porque a indústria de alta tecnologia se assenta sobre uma lógica de competição restrita, com poucos concorrentes no lado da oferta e massas de clientes no da demanda.

É uma questão sistêmica, de como o setor se erigiu ao longo do tempo. Sem uma vasta base global de clientes, alguns negócios não se sustentam, mesmo que seus criadores tenham orçamentos ilimitados. O Orkut, do Google, já foi a rede social mais popular no Brasil, mas alguém ainda se lembra dele? E do Windows Phone, que a Microsoft tentou emplacar sem sucesso no segmento dos smartphones?

As marcas vitoriosas, que são poucas, ficam tão ricas e influentes que a chance de novos concorrentes se tornarem bem-sucedidos é pequena, o que leva a pensar em que medida esse modelo não atrasa a inovação, em vez de acelerá-la.

Vez por outra, surgem tecnologias capazes de provocar uma ruptura tecnológica — e embaralhar a competição —, como é o caso da inteligência artificial generativa.

No passado, legisladores e autoridades reguladoras demoraram a adotar regras para disciplinar o uso de novas tecnologias, com receio de que medidas precoces pudessem sufocar a inovação e desagradar o consumidor, o que propiciou a escalada das "big techs"

No caso da IA generativa, embora a tecnologia ainda esteja nos ciclos iniciais, vários países já estudam leis para proteger a privacidade e conter ameaças virtuais como "deep fake". A União Europeia aprovou um conjunto de medidas no semestre passado e a China promulgou uma lei sobre conteúdo gerado por IA em 2023. Paralelamente, cresce o número de investigações sobre o relacionamento entre as "big techs" e startups de ponta como a OpenAI. O objetivo, ao que parece, é evitar que se repita, com a inteligência artificial, o grau de concentração atual da internet.

DIVULGAÇÃO

Morre aos 80 anos Jaques Lewkowickz, fundador da agência Lew'Lara/TBWA

Memória

Pedro Borg
De São Paulo

Fundador da agência Lew'Lara/TBWA e um dos principais nomes da publicidade brasileira, Jaques Lewkowickz morreu na tarde de sexta-feira (19) aos 80 anos. Ele deixa a esposa Cristina, os filhos Rodrigo e Juliana e seus três netos, Samy, Antônia e Duda.

Lewkowickz iniciou sua carreira como diretor de arte no estúdio Metro 3 e antes de fundar sua agência teve passagens pela Delta, Caio, Salles/ Interamericana, McCann e Ogilvy, onde chegou a vice-presidente de criação. Em 1988, abriu a primeira agência, a SLBB. Quatro anos depois, ele e Luiz Lara fundaram a Lew'Lara.

> Sua carreira foi marcada por campanhas célebres como a "Lei de Gérson"

Sua carreira foi marcada por campanhas célebres como a "Lei de Gérson" e "Eu sou você amanhã" e também por bordões que entraram para a cultura popular, como o "Eu sou você amanhã", parte da campanha da vodka Orloff na década de 1980.

A causa de sua morte não foi divulgada, mas em seus últimos dias Lewkowickz lutou contra um caso agudo de covid-19 que o levou a ser internado, segundo Luiz Lara.

Durante seu período à frente da Lew'Lara, Lewkowickz e Lara formaram uma importante dupla para a publicidade brasileira e venderam a agência para a rede TBWA em 2007. Atualmente a companhia está na lista dos 20 maiores do mercado brasileiro, segundo levantamento do Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário.

Foi na Lew'Lara que Lewkowickz venceu em 2004 o prêmio Caboré de Profissional de Criação.

"Perdemos um gigante e um amigo, foram 32 anos juntos. Ele será meu eterno sócio, uma pessoa especial, querida, divertida, leve que fará muita falta", disse Lara ao **Valor**. "Jaques era uma força intelectual muito grande, um judeu curioso e antenado que buscava conhecimento o tempo todo. Tinha uma curiosidade intelectual permanente".

O falecimento de Lewkowickz também foi lamentado por Troy Ruhanen, CEO global da TBWA, grupo que controla a Lew'Lara atualmente: "Para sempre o nome na porta, compartilhado com seu querido amigo. Jaques, você sempre terá um lugar em nossos corações. Sentiremos sua falta", disse o empresário no LinkedIn.

Lewkowickz ao final da vida decidiu deixar a agência que fundou para se tornar estagiário do Google em 2013, onde abriu as portas da empresa de tecnologia para profissionais do mercado publicitário, segundo Lara.

Anos mais tarde deixou a companhia e se mudou para Nova York, onde realizou o sonho de estudar cinema, mas voltou ao Brasil para ficar com a família. "Ele era uma mãe judia que não gostava de ficar longe da família", disse Lara.

Mesmo afastado da empresa, Lewkowickz era figura presente na Lew'Lara/TBWA e aparecia em todas as convenções da companhia e atuava como guru para seus sucessores no cargo de chairman criativo da companhia.

"Ele tinha paixão pelo ofício da propaganda. Nunca foi criativo egoísta, era um líder que se realizava ao formar talentos", disse Lara.

Entre os talentos que ajudou a revelar estão Manir Fadel, presidente e CCO da Grey Brasil, Dedé Laurentino, CCO da Ogilvy no Reino Unido, e Pedro Rosa, CCO da Wunderman Thompson e WPP.

Ver mais sobre marketing na página B6

On-line Maior plataforma do Brasil, Mercado Livre deve atingir vendas de R$ 120 bilhões neste ano, segundo apurou Valor

Mercado Livre se descola e Shopee acelera mais rápido

Adriana Mattos
De São Paulo

A liderança do mercado brasileiro on-line está se consolidando entre Mercado Livre, Shopee e Amazon, nesta ordem, em termos de tráfego, com reflexo direto nas vendas. Trata-se de plataformas controladas por estrangeiros, e que investiram bilhões em logística, tecnologia e sortimento nos últimos anos, exatamente para se "desgarrar" do segundo pelotão.

Ao se somar as três primeiras colocadas, em junho, elas registravam visitação cerca de 5% superior a janeiro, com 787,5 milhões de acessos totais no mês. É como se, a cada hora, quase 33 milhões de visitas de compradores ocorressem nesses sites de marketplaces e "apps" — ou 550 mil por minuto.

As informações, obtidas pelo **Valor**, constam em relatório mensal, e do acumulado do ano, da empresa de tecnologia Similarweb, uma das principais fontes de dados do setor, com números de acessos de clientes aos sites e aplicativos, em visitas em dispositivos móveis (celulares, tablets) e computadores. O número considera o sistema Android, mas não está incluído na base o tráfego no iOS (da Apple).

Dados de acessos são acompanhados de perto pelo mercado porque quanto maior o tráfego nos marketplaces, maior a possibilidade de conversão e vendas. E voltou a crescer neste ano a batalha por recorrência e frequência dos clientes no on-line, paralelo a uma defesa pela rentabilidade.

O **Valor** apurou que os rivais da Shopee, em seus cálculos, estimam que a empresa sediada em Cingapura apure uma venda brutal total (GMV, da sigla em inglês), que considera tudo que passa pela plataforma, de R$ 15 bilhões a R$ 18 bilhões no Brasil em 2024. O Magalu teve GMV de R$ 63 bilhões em 2023, alta de 4,8%. Magalu é a segunda maior empresa on-line em vendas no país. O líder Mercado Livre pode chegar num GMV no país neste ano de R$ 120 bilhões a R$ 130 bilhões, apurou o **Valor** com pessoas a par do tema (tem cerca de 40% do mercado em vendas)

> Os líderes em acessos têm se descolado das empresas mais abaixo no ranking

Os líderes em acessos têm se descolado das empresas mais abaixo no ranking. "Hoje, nos corredores de 'Meli', se fala basicamente de Shopee, Shein e Amazon. São os que mais crescem e onde a batalha por mercado se concentrou", diz uma alto executivo da plataforma. Apesar de a Shein ser bem menor que o restante, por ser muito forte em moda, com a frequência que ela gera (quase 82 milhões de visitas ao mês), consegue incomodar os grandes do setor.

Ao longo do ano, é possível perceber que, enquanto Mercado Livre segue isolado, sem maiores ameaças, após uma série de investimentos maciços dos sócios estrangeiros em logística e no Mercado Pago, Shopee e Amazon seguem disputando a vice-liderança *(veja tabela ao lado)*.

"A Shopee virou uma espécie de Mercado Livre da Ásia por aqui", diz Eduardo Terra, sócio-diretor da BTR Educação e Consultoria. "Ela trouxe um volume maior de lojistas nacionais para a plataforma e investiu mais em entrega, enquanto o AliExpress [que está mais abaixo no ranking] ainda é visto como um 'marketplace cross border".

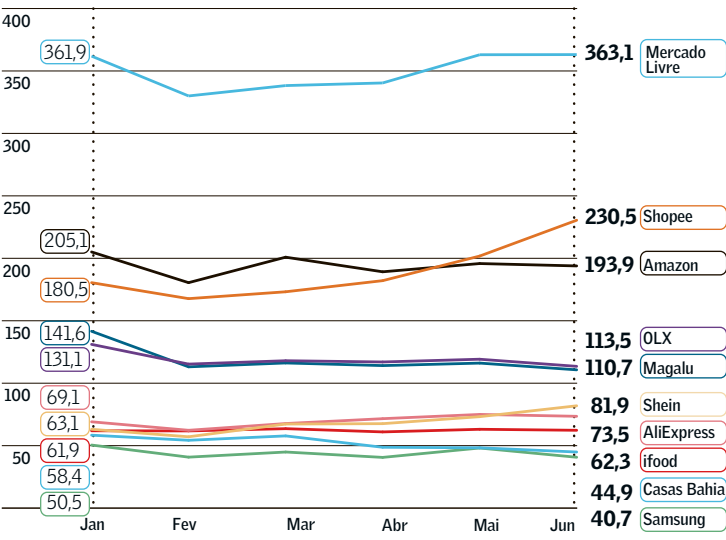
Pesquisa com 12 mil lojistas da Shopee feita em janeiro identificou que 85% dos produtos dos vendedores brasileiros na plataforma são fabricados no país. Em maio, a empresa "virou" para cima da Amazon, indo à vice-liderança, mas terá tarefa difícil de manter isso em julho, quando a gigante americana voltou toda a sua artilharia na campanha promocional do ano, o Prime Day, que teria batido recordes de venda neste ano.

Segundo a Similarweb, Shopee, Aliexpress e Shein, já detém 15,4% do total de acessos no país. Mercado Livre segue com os 14,5%, mas tem tido desempenho mensal mais estável do que a Shopee no ano, o que pode ser reflexo de uma base mais madura de visitações.

Pelos dados, Mercado Livre teve 363,1 milhões de visitas em junho, seguido a uma razoável distância de Shopee (230,5 milhões) e Amazon (193,9 milhões). O Magazine Luiza, com 110,6 milhões de visitas, fica na quinta colocação, depois da OLX (113,5 milhões). A chinesa Temu, do grupo PDD, que entrou no país em junho, com frete grátis em todos os pedidos, ainda não aparece na lista, o que deve ocorrer no próximo estudo.

Trata-se de um levantamento sobre o tráfego por domínio (endereço) do marketplace, sem incluir outros negócios *(veja tabela ao lado)*. O estudo analisa o tráfego dos dois mil maiores sites do Brasil e um total de 18 categorias.

No caso do Magalu, como o relatório considera o tráfego no site e "app" da marca, não entram as outras controladas (Kabum,

> Voltou a crescer neste ano a batalha por recorrência e frequência dos clientes no on-line

Netshoes, Zattini, Época Cosméticos e Estante Virtual).

Ao se somar esses negócios no Grupo Magalu, o total sobe para 172 milhões de acessos em junho, e ela avança uma posição, para quarto lugar, superando a OLX, mas ainda fica abaixo de Amazon.

Internamente, o Magalu tem outro cálculo. Os seus dados internos, com todas as marcas apontam que ela está na terceira colocação, atrás de Mercado Livre e Shopee, e na frente de Amazon.

Nesse ambiente de concorrência pesada que AliExpress e Magalu anunciaram um acordo, em junho, com a empresa chinesa vendendo na plataforma da brasileira (uma linha específica de produtos) e vice-versa, na tentativa de Magalu atrair mais recorrência na venda, já que os itens duráveis, segmento em que são referência, gera menor frequência de compra do que produtos de baixo valor.

Terra, da BTR Consultoria, diz que é preciso lembrar que nas compras de Shopee e AliExpress, o tíquete é menor do que no Magalu, forte na venda de itens duráveis, portanto, o chamado GMV total deve ser maior no Magalu. Mas tanto Amazon quanto Mercado Livre estão tentando avançar neste segmento há anos e ainda podem dar mais trabalho nessa área.

Esta não é uma batalha muito fácil de vencer, nem mesmo para a Amazon, considerando o tamanho da escala que o Mercado Livre já alcançou, e o nível de agressividade dos marketplaces asiáticos.

Dentro dos sites de estrangeiros que importam, o levantamento mostra que a Aliexpress assumiu a liderança no setor de importados, ultrapassando a Shein.

Esse avanço impulsionou uma alta desse segmento como um todo, visto que as visitas aos sites importados cresceram 3,5% em junho, antes da mudança nas regras de importação de produtos de até US$ 50, que passam a ter imposto de 20% após agosto. Procurados, AliExpress, Amazon, Magazine Luiza, Mercado Livre, OLX, Shein e Shopee não comentaram.

Os 10 maiores

Desempenho no primeiro semestre por acessos no Brasil - em milhões

Fonte: Conversion

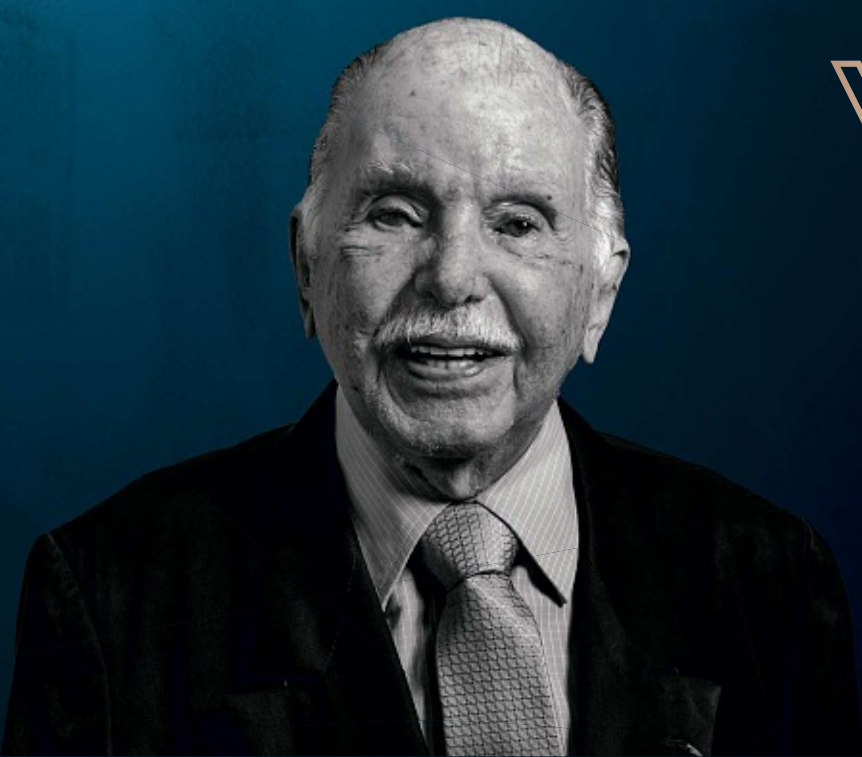
R$ 63 bi
foi o GMV da Magalu em 2023

Villemor Amaral Advogados se despede do advogado mais longevo do Brasil

Hermano de Villemor Amaral (filho) tinha 104 anos e foi um dos primeiros inscritos na OAB

NOTA DE PESAR

★ 1920 • 2024 †

Dr. Hermano de Villemor Amaral (filho)

Hermano de Villemor Amaral (filho), um dos advogados mais longevos do Brasil, faleceu na última quinta-feira (18), no Rio de Janeiro, aos 104 anos. Nascido em 1920, Hermano foi influenciado desde cedo pelo pai a seguir a profissão de advogado.

Sócio do escritório de advocacia Villemor Amaral, Dr. Villemor deu continuidade ao trabalho iniciado por seu pai em 1909, exercendo a profissão por quase 80 anos. Ele foi pai, avô, marido e advogado exemplar, sendo uma grande referência para seu filho, Hermano de Villemor Amaral (neto), que hoje é um dos sócios-diretores do escritório.

Dr. Villemor era conhecido por sua visão ampla e progressista. Ele adotou técnicas e protocolos precursores para sua época, que representaram importantes avanços para o crescimento do escritório.

Ao longo de sua carreira, Hermano acumulou vitórias e participou de diversos conselhos, associações e institutos. Ele integrou o Conselho de Administração da Mesbla S/A, do Liceu Franco-Brasileiro, do Iate Clube do Rio de Janeiro, da Escola Suíça, da OAB/RJ e da International Bar Association. Além disso, atuou como representante da Reuters Ltda. no Brasil e foi presidente do Rotary Club por um ano. Hermano foi condecorado três vezes pelo governo francês com a "Ordem do Mérito Nacional", a "Légion d'Honneur" e as "Palmes Académiques".

O centenário também fez parte do Instituto dos Advogados Brasileiros, foi presidente da Aliança Francesa no Rio de Janeiro, vice-presidente do Instituto Goethe e presidente da Associação dos Membros da Legião de Honra. Ele atuou como advogado da Sociedade Filantrópica Suíça, da Sociedade Francesa de Beneficência, da ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, e das Câmaras de Comércio Francesa e Suíça.

Dr. Villemor deixou um legado significativo na advocacia brasileira, impactando a vida de centenas de profissionais com quem compartilhou seus valores, princípios, conhecimentos e dedicação. Essas virtudes ajudaram a formar o escritório Villemor Amaral, um dos mais antigos do Brasil, que completou 115 anos, e que continua evoluindo, com o compromisso de seguir o legado de seu eterno sócio.

INÊS 249

GUSTAVO WERNECK
CEO DA GERDAU E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

INÊS 249

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Tobias o Rei do Básico Ltda. ME Ou Fábio Tobias Materiais de Construção Ltda., Nome Fantasia Tobias o Rei do Básico -** CNPJ: 13.124.228/0001-35 - Endereço: Rua Feliciano Sales Cunha, 1099, Centro, Planalto/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Buritama/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Coral Springs Business Solution Ltda. -** CNPJ: 00.966.253/0001-14 - Endereço: Rua Carlos Ferrari, 2408, Distrito Industrial Ou Rua Tiradentes, 56, Sala 04, Garça/sp - Administrador Judicial: Rvc Administração Judicial e Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Rodrigo Vieira Clara - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **New Promotion Promoções e Eventos Ltda. ME -** CNPJ: 12.765.866/0001-72 - Endereço: Rua Alexandre Dumas, 2220, Térreo, Bairro Chácara Santo Antonio - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Pani Plastic Embalagens e Produtos Para Panificação Ltda. -** CNPJ: 26.718.176/0001-77 - Endereço: Av. Fortunato Ernesto Vetorasso, 382, Bairro Jardim Santa Lúcia, São José do Rio Preto/sp - Administrador Judicial: Anz Brasil Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Natália Zanata Prette - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Top Tyre Express Comércio de Pneus Eireli Ltda. -** CNPJ: 25.534.996/0001-46 - Endereço: Rua Alzira Maruyama, 264, Bairro Vila Nova York - Administrador Judicial: Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial Eireli, Representada Pela Dra. Lívia Gaviolli Machado - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Bfs Empreendimentos Artísticos Ltda. -** CNPJ: 16.493.026/0001-59 - Endereço: Rua Gomes de Carvalho, 1356, Cjto. 21, Anexo Edifício Mykonos, Bairro Vila Olímpia - Requerente: Scf Brazil Ii Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Uvcom Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. -** CNPJ: 38.167.229/0001-98 - Endereço: Rua Padre Anchieta, 2194, 18º Andar, Cjto. 1801, Condomínio Mirabili Offices Ed, Bairro Bigorrilho - Requerente: Uvcom Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Cumprimentos de Concordata Preventiva

Empresa: **Printform Formulários Ltda. -** CNPJ: 95.843.967/0001-41 - Endereço: Rua Guilherme Poerner, 1655, Bairro Velha, Blumenau/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Bassi Ferragens Eireli -** CNPJ: 01.951.269/0001-16 - Endereço: Rua São Lourenço, 203, Centro, Matão/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Bordim Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 10.610.404/0001-50 - Endereço: Av. Das Flores, 14260, Km 03, Trevo - Vara/Comarca: Vara Cível de Grandes Rios/PR

Empresa: **Giannini S/A -** CNPJ: 61.196.119/0001-76 - Endereço: Av. Tranquillo Giannini, 700, Salto/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Metalúrgica Bassi Ltda. -** CNPJ: 37.881.897/0001-10 - Endereço: Av. Angelin Re, 1503, Bairro Residencial Vila Maria, Matão/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Ultra Terra Peças Agrícolas Ltda., Nome Fantasia Bassi Ultraterra Peças Agrícolas -** CNPJ: 56.007.404/0001-61 - Endereço: Av. Angelin Re, 1479, Bairro Vila Maria, Matão/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Bmf Gráfica e Editora Ltda. Epp -** CNPJ: 27.568.225/0001-03 - Endereço: Av. Dr. Alberto Jackson Byington, 3015, Bairro Industrial Anhanguera, Osasco/sp - Administrador Judicial: Zapaz Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Luiz Alexandre Cristaldo - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **João Nedi Batista -** CNPJ: 54.189.264/0001-64 - Endereço: Estrada Peba, S/nº, Zona Rural, Chapada Dos Guimarães/mt - Administrador Judicial: Dra. Suzimaria Maria de Souza Artuzi - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Paraíso Transportes Ltda. -** CNPJ: 39.383.647/0001-85 - Endereço: Rua Neide Luiza Bastos Vieira, 10, Sala 08, Anexo Galeria Petrópolis, Bairro Petrópolis - Administrador Judicial: Dra. Suzimaria Maria de Souza Artuzi - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Sonia Teresinha Batista -** CNPJ: 54.188.781/0001-19 - Endereço: Estrada Peba, S/nº, Sala 01, Zona Rural, Chapada Dos Guimarães/mt - Administrador Judicial: Dra. Suzimaria Maria de Souza Artuzi - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Log Inovação, Logística e Transportes Ltda. -** CNPJ: 09.313.035/0001-55 - Endereço: Rua Araucárias, Esquina com Rua Tibagi, 730, Sala 02, Cohapar, Guaratuba/pr - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ponto do Aço Indústria, Comércio e Serviços Ltda. -** CNPJ: 14.608.716/0001-80 - Endereço: Rua Acre, 2723 A, Bairro Ponte Nova - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
22	Pagamento de dívida ativa parcelamento - referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6106**	Diversos
	Comprev - pagamento de dívida ativa - parcelamento de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência	6505**	"
22	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Junho/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4112*	"
22	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Junho/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4153*	"
22	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Junho/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4138*	"
22	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Junho/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins)	1068*	"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4166*	"
22	Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Junho/2024
22	Pagamento Unificado - Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)	6177*	Junho/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações: 19/07/24	Há uma semana	Fim de junho	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em %: Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses: Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.312,0	2.422,0	2.485,5	2.335,5	2.142,0	-4,54	-6,98	-1,01	7,94	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.368,0	2.484,0	2.526,0	2.382,0	2.186,5	-4,67	-6,25	-0,59	8,30	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.740,0	2.550,0	2.260,0	1.550,0	1.746,0	7,45	21,24	76,77	56,93	1.450,0	2.755,0
Três meses	2.560,0	2.355,0	2.260,0	1.550,0	1.800,0	8,70	13,27	65,16	42,22	1.503,0	2.560,0
Chumbo											
Disponível	2.100,0	2.129,0	2.160,0	2.031,0	2.082,0	-1,36	-2,78	3,40	0,86	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.146,0	2.182,0	2.210,0	2.068,0	2.094,0	-1,65	-2,90	3,77	2,48	2.005,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.214,0	9.673,0	9.476,5	8.476,0	8.354,0	-4,75	-2,77	8,71	10,29	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.344,0	9.821,5	9.625,0	8.580,0	8.384,0	-4,86	-2,92	8,90	11,45	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	30.695,0	33.950,0	33.000,0	25.175,0	28.350,0	-9,59	-6,98	21,93	8,27	22.910,0	35.685,0
Três meses	30.850,0	33.955,0	33.200,0	25.500,0	28.175,0	-9,14	-7,08	20,98	9,49	23.275,0	35.350,0
Níquel											
Disponível	16.105,0	16.625,0	16.960,0	16.300,0	20.700,0	-3,13	-5,04	-1,20	-22,20	15.620,0	22.355,0
Três meses	16.360,0	16.950,0	17.270,0	16.570,0	20.910,0	-3,48	-5,27	-1,27	-21,76	15.880,0	22.700,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.717,0	2.870,0	2.919,5	2.640,5	2.350,0	-5,33	-6,94	2,90	15,62	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.780,0	2.930,0	2.976,0	2.654,0	2.367,5	-5,12	-6,59	4,75	17,42	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**19/07/24**	**Há uma semana**	**Fim de junho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	77,48	81,02	80,64	71,84	75,29	-4,37	-3,92	7,85	2,91	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	81,56	84,10	85,00	76,91	79,35	-3,02	-4,05	6,05	2,79	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Marketing Anúncios mostram temática esportiva devido à Olimpíada, que termina em 11 de agosto, e desemprego baixo desenha cenário positivo

Para o Dia dos Pais, esportes e projeção de vendas maiores

Luana Dandara e Natália Flach
De São Paulo

A coincidência com o calendário da Olimpíada de Paris faz com que marcas brasileiras invistam em campanhas com a temática esportiva para a celebração do Dia dos Pais, em 11 de agosto, mesma data do encerramento dos jogos. Os filmes veiculados na TV e nas redes sociais trazem tanto atletas de ponta — como o atacante do Real Madrid Endrick, os profissionais de vôlei Bernardinho e Bruninho e o lendário piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna — quanto garotos-propaganda desconhecidos que praticam esportes ao lado dos filhos. Com famosos ou não, a mensagem dos anúncios é a mesma: apresentar figuras que são fonte de inspiração para os jovens.

Mas mostrar que todo pai é um campeão nem sempre é verdade. Seis em cada 10 adolescentes de 15 a 17 anos afirmam ter convivido com poucos ou nenhum homem que pudesse ser classificado como referência positiva, segundo pesquisa do Instituto PDH e Papo de Homem. O estudo, com apoio do Pacto Global da ONU e viabilizado pela Natura, aponta ainda que cinco em cada 10 meninos têm dúvidas se são amados pelos pais. Ao todo, foram ouvidos 2,5 mil rapazes no país.

Com os resultados em mãos, a Natura decidiu criar uma campanha que joga luz para a importância da relação entre pais e filhos com filmes para TV e redes sociais, além de ativações em jogos do Brasileirão 2024. Com o mote "E se nós cuidássemos mais uns dos outros?", a propaganda mostra os laços do jogador Endrick com seu pai, Douglas. "Cuidar costuma ser um verbo feminino, por isso cabe aos homens se apropriarem também desse papel", diz a diretora de marketing da Natura, Denise Coutinho, acrescentando que o orçamento da área voltado para construção de marca está maior neste ano, mas sem revelar valores. "A ideia é que a história deles inspire os pais a serem mais amorosos."

Segundo a diretora executiva de criação da Galeria, Denise Gallo, a associação entre o Dia dos Pais e esportes tem um grande potencial para as marcas, "mas é necessário promover um discurso que chame a atenção, emocione e gere conversa entre as pessoas", afirma.

A Hering, por exemplo, escalou o treinador Bernardinho e o jogador da seleção brasileira Bruninho, ambos do vôlei, para sua campanha, que contou com um investimento 230% maior do que a de 2023. O desembolso não é por um acaso. É que a data se tornou tão ou mais importante do que o Dia das Mães para a companhia. "Isso acontece porque as opções de presentes para o Dia das Mães costumam ser mais variadas. Para o Dia dos Pais se concentra em vestuário", diz o presidente, Thiago Hering. "Além disso, as mulheres que costumam comprar os presentes acabam aproveitando para comprar peças para elas mesmas." As 700 lojas da rede estão sendo abastecidas com produtos masculinos e femininos.

> Pesquisa com 2,5 mil rapazes no Brasil mostra que 50% têm dúvidas se são amados pelos pais

Segundo a diretora de marca da Hering, Vitoria Toni, o anúncio criado pela agência Estúdio no.302 mostra que a paternidade é um esporte de alta performance que exige dedicação.

Por sua vez, a marca de moda Reserva foi buscar inspiração em Ayrton Senna. Em parceria com a Senna Brands, a companhia vai lançar amanhã (23) uma coleção inspirada no piloto de Fórmula 1. A campanha, que conta com a narração de Galvão Bueno, relembra as façanhas do tricampeão. "A nossa proposta é resgatar essa memória entre pais e filhos que marcou gerações", diz a diretora e gestora da Reserva, Joana Bittencourt. A data representa 10% do orçamento de marketing do ano. "Não é uma colaboração que acaba por aqui. Temos um contrato de dois anos com a Senna Brands, esse é apenas o começo."

Segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC), as marcas de vestuário devem alcançar receita de R$ 3,07 bilhões com o Dia dos Pais neste ano. Já as movimentações esperadas nos ramos de perfumaria e cosméticos são da ordem de R$ 1,5 bilhão, enquanto o giro de utilidades domésticas e eletroeletrônicos deve atingir pouco mais de R$ 1 bilhão. Ao todo, a expectativa é de alta de 4,7% nas vendas atreladas à data em 2024, para R$ 7,7 bilhões. A atual taxa de desemprego, de 7,1%, está no menor patamar dos últimos 10 anos, e isso favorece o consumo.

Mas não são apenas as marcas de moda e beleza que entraram no clima esportivo. Patrocinador oficial da Olimpíada, o Carrefour montou 'ilhas' com produtos pensando em diversos perfis de pais, como o atleta e o churrasqueiro. "A gente vende de carne a bicicleta, além de outros presenteáveis como vinho e cerveja. Então, temos que estar preparados para todos os cenários", diz o líder de marketing do grupo, Marco Parreti. A varejista vai entregar mais de 600 toneladas de alimentos saudáveis, como frutas e legumes, para os 15 mil atletas que vão disputar o pódio em Paris entre os dias 26 de julho e 11 de agosto.

A expectativa de vendas de produtos alimentícios para a semana do Dia dos Pais é de um desempenho similar ao do Dia Mães. Isso significa um aumento de 5% no faturamento e de 8% em número de unidades em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a consultoria Scanntech. "São percentuais importantes frente ao crescimento médio desse grupo de alimentos em 2024, que apresenta um avanço de 1% em receita e uma queda de 0,2% em unidades", afirma diretora de marketing da consultoria, Priscila Ariani.

O Boticário tem a expectativa de 45% de crescimento em vendas para o Dia dos Pais, em comparação a 2023. No marketing, a marca aposta em duas estratégias diferentes para cativar o consumidor: uma com foco no emocional e outra no comercial.

Para as redes sociais, a marca lança hoje (22), um filme criado pela agência AlmapBBDO que evidencia os benefícios da licença parental estendida. O anúncio é uma continuidade da ação publicitária vencedora de um Leão de Bronze no Festival Internacional de Criatividade de Cannes deste ano.

Atualmente, a legislação brasileira assegura 120 dias de licença para mães, e apenas cinco dias para os pais — realidade que o Grupo Boticário quer mudar desde 2021, quando implantou a licença parental de 120 dias para seus mais de 20 mil colaboradores. Outras empresas nacionais também já adotam o benefício.

"O Boticário segue abordando o tema porque ainda é muito necessário chamarmos a atenção sobre a necessidade de licenças universais, garantindo uma sociedade mais perto da igualdade entre gêneros. Queremos provocar uma reflexão sobre a mensagem que uma licença de apenas cinco dias passa para a sociedade", diz Fernando Duarte, diretor executivo de criação da AlmapBBDO.

DIVULGAÇÃO

Campanha da Natura mostra o jogador de futebol brasileiro Endrick, atacante do Real Madrid, e seu pai, Douglas

Omnicom e Publicis aceleram aumento de receita na América Latina

Desempenho

Daniela Braun
De São Paulo

Os primeiros resultados financeiros de grandes multinacionais de publicidade refletem mais otimismo por parte dos anunciantes e um avanço acelerado dos negócios na América Latina.

Tanto o americano Omnicom Group como o francês Publicis Groupe apresentaram avanços de dois dígitos nas receitas de suas operações latino-americanas no segundo trimestre, em relação ao mesmo período de 2023, considerando resultados orgânicos, que não contemplam aquisições.

O avanço latino-americano espelha a ampliação de serviços de tecnologia pelas agências de publicidade, incluindo mídia de varejo (retail media) e projetos que usam inteligência artificial (IA) generativa, bem como a retomada de eventos presenciais.

"A forte digitalização que estamos vivenciando, sem dúvida, é um dos impulsionadores [dos resultados] aqui na América Latina", diz André Aroldo Freitas de Moura, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e consultor.

O modelo de negócios da publicidade no Brasil também favorece o avanço da região. Em mercados maiores e mais maduros como os Estados Unidos e a Europa, as agências são segmentadas entre empresas com foco em criação, mídia e eventos, por exemplo.

Já no Brasil, uma única agência pode oferecer uma ampla gama de serviços ao anunciante. O modelo conhecido no mercado como "full service" é um ponto favorável ao crescimento mais rápido do mercado brasileiro e, consequentemente, da região.

A receita global do grupo Omnicom no segundo trimestre deste ano cresceu 6,8% para US$ 3,8 bilhões, segundo o balanço divulgado na terça-feira (16) pela companhia dona de redes de agências como BBDO e TBWA.

O maior avanço em receita veio do segmento de "marketing de experiência", que gerou receita de US$ 186,1 milhões no segundo trimestre, ou 4,8% do resultado total. A fatia de "experiências" é pequena perto dos US$ 2 bilhões gerados em publicidade e mídia, mas o crescimento de 17,6% do segmento foi o mais expressivo. Segundo o grupo, o resultado mostra uma forte demanda de consumidores por eventos ao vivo e ativações presenciais de marcas anunciantes.

O lucro líquido do grupo no segundo trimestre de 2024 caiu 10,4%, para US$ 328,1 milhões, em comparação com o segundo trimestre do ano passado.

A receita de US$ 106,4 milhões gerada pela América Latina representa a menor parcela (2,7%) do resultado do grupo, mas teve o maior avanço em base anual (24,5%). No Brasil, o Omnicom reúne agências como Africa Creative, AlmapBBDO e Lew Lara\TBWA e tem participação no Grupo InPress, que integra a rede Porter Novelli.

Nos Estados Unidos (EUA), maior mercado da Omnicom e fonte de 52,8% de sua receita total, a receita de US$ 2 bilhões cresceu 6,3% em base anual. No mesmo período, a receita da Europa, que corresponde a 17,6% do resultado global, somou US$ 678,3 milhões, um avanço de 4,5%, em base anual.

O francês Publicis Groupe revisou sua projeção global de crescimento orgânico anual para um avanço entre 5% e 6% de receita em 2024, ante 2023. A expectativa anterior era de alta de 4% a 5%.

Conforme o balanço divulgado na quinta-feira (18), o Publicis reportou receita líquida de € 3,5 bilhões (US$ 3,8 bilhões) no segundo trimestre, representando um crescimento orgânico, sem considerar aquisições, de 5,6% em base anual.

A América Latina gerou € 92 milhões em receita entre abril e junho, com alta de 18,9% em base anual. Assim como o Omnicom, a região teve o maior crescimento, em base anual, entre todas as subsidiárias do Publicis Groupe no segundo trimestre. No Brasil, o Publicis Groupe conta com dez empresas, incluindo as agências de publicidade Publicis, DPZ, Talent, Leo Burnett e LePub.

Nos EUA, maior mercado do Publicis Groupe, a receita trimestral somou € 2,1 bilhões, alta de 5,2% em base anual.

CHESNOT/GETTY IMAGES

> No segundo semestre, "vamos manter nossos melhores índices financeiros" *Arthur Sadoun*

"Apesar de um cenário de pressões macroeconômicas contínuas", disse o CEO do Publicis Groupe, Arthur Sadoun, em nota sobre o balanço, o desempenho do grupo demonstrou que "o modelo é forte".

Sadoun acrescentou que a companhia está confiante em acelerar seus resultados na segunda metade deste ano. "Vamos manter nossos melhores índices financeiros enquanto continuamos a fazer investimentos em nossa estratégia de talentos e inteligência artificial (IA)".

Moura, da FGV, destaca que a elevação das projeções de resultados para o ano indica um segundo semestre mais forte do que o de costume para o mercado publicitário, em 2024. "O segundo semestre tradicionalmente é mais forte em vendas do que o primeiro, e a Olimpíada neste ano contribuirá mais para gastos [de anunciantes], comparativamente a anos passados".

O grito de guerra que ajuda a vender ideias e produtos

História

Natália Flach
De São Paulo

Uma frase de efeito pode fazer a diferença entre ganhar e perder uma venda, uma eleição e até mesmo uma guerra. Chamada de slogan, a estratégia de influenciar um grupo de pessoas por meio de um dito popular ou provérbio adaptado foi usada pela primeira vez no império romano, quando Constantino conclamou os convertidos ao cristianismo a enfrentar os que se recusavam a adotar a religião.

"Ao empunhar uma cruz, ele gritou 'In hoc signo vinces', o que significa 'com este símbolo vencerás'. A imagem, portanto, reforçou os dizeres e vice-versa", explica Luiz Carlos Iasbec, doutor em comunicação e semiótica pela PUC-SP e autor do livro "Arte dos slogans", da editora Annablume. É claro que na época não se usava o termo slogan, mas todas as características já estavam ali.

A palavra só veio a ser criada séculos depois na Escócia — "sluagh-ghairm" — que queria dizer grito de guerra de um clã. A expressão foi adaptada pela França para o seu idioma e ganhou uma conotação pejorativa, por se referir a um doutrinamento. Já a Inglaterra adotou o termo no século XIX para designar uma ferramenta usada por partidos políticos. Coube, então, aos Estados Unidos dar-lhe um caráter comercial e exportá-lo para o restante do mundo.

Segundo Iasbec, ele foi peça-chave do marketing político de Adolf Hitler nos anos 1930. O nazista já havia descrito a estratégia em seu livro 'Mein Kampf' como uma forma eficiente de propaganda por limitar-se a poucos pontos e poder ser repetida até o ouvinte a memorizar. Nesse mesmo século, o slogan chegou ao Brasil, com a propaganda de remédios e carros, além de ter entrado em campanhas políticas. "Ele é usado até hoje e tem um papel muito importante", afirma o especialista.

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Pecuária Confinamento obteve US$ 5 milhões do fundo AGRI3, com o compromisso de adotar práticas sustentáveis pelos próximos 20 anos

Fazenda Conforto recebe aporte de fundo ligado à ONU

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Um dos maiores confinamentos do Brasil, a Fazenda Conforto está comprovando que sustentabilidade pode ser um bom negócio. Após uma série de auditorias mediadas pelo Rabobank e a Produzindo Certo, a companhia foi contemplada com um aporte de US$ 5 milhões do fundo internacional AGRI3, que mobiliza capital público e privado em escala global para apoiar práticas agrícolas sustentáveis.

O grupo, que fatura R$ 1 bilhão ao ano, tem uma unidade de 12 mil hectares em Nova Crixás (GO), onde está confinando 170 mil cabeças de gado este ano. Todos esses animais têm como destino o abatedouro da JBS, de Mozarlândia (GO). A Conforto tem ainda fazenda em Formoso do Araguaia (TO), com 5 mil hectares, onde pratica integração entre lavoura e pecuária.

O CEO da fazenda, Sergio Pellizzer, afirma que sempre viu a sustentabilidade como sinônimo de produtividade. Práticas como a rotação de culturas, plantio direto, integração entre lavoura e pecuária, agricultura regenerativa, fertirrigação, bioinsumos e outras medidas já faziam parte do dia a dia da Conforto.

"Temos uma governança definida e transparente com o mercado. Isso facilita que a gente seja visto e procurado por iniciativas sustentáveis, para que a gente consiga fazer a diferença", disse em entrevista ao **Valor**.

Considerando as práticas adotadas, o Rabobank identificou que a fazenda teria chance de conseguir o aporte do fundo AGRI3, em um processo que contou com auditorias nacionais e internacionais.

O fundo foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep) e pelo Rabobank, em parceria com a Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH), e com o apoio do FMO, banco holandês de desenvolvimento empresarial.

> "Assumimos compromissos. O próximo passo é um selo internacional de bem-estar animal"
> *Sérgio Pellizzer*

O aporte de US$ 5 milhões não dá ao fundo participação acionária na empresa. A contrapartida da Conforto para receber o recurso foi a assinatura de um compromisso, garantindo que o grupo vai adotar ações sustentáveis pelos próximos 20 anos.

"Assumimos compromissos ainda mais inovadores e ousados de sustentabilidade, principalmente em relação a 100% de rastreabilidade dos animais, inclusive de fornecedores indiretos, e como próximo passo a conquista de um selo internacional de bem-estar animal", afirmou Pellizzer.

Com os recursos do AGRI3, que já estão sendo utilizados na fazenda e devem ter a aplicação concluída ainda em 2024, o plano é finalizar toda a transformação das áreas de pastagem.

"Onde há capim braquiária, estamos transformando em capim panicum, uma variedade com a qual eu consigo dobrar a quantidade de animais no mesmo espaço", disse o CEO, acrescentando que tal prática será realizada principalmente em uma área de 700 hectares.

Pellizzer, da Conforto: governança definida e transparente com o mercado

A medida deve elevar a produtividade da fazenda, aumentando a taxa de lotação de uma unidade animal por hectare para três por hectare. Ao todo, a produtividade da pecuária na Conforto é de 150 arrobas por hectare, com a ajuda da terminação em confinamento. O número é 30 vezes superior à média brasileira, que é de cinco arrobas por hectare com maioria do gado a pasto, observou.

De acordo com Pellizzer, o tipo de capim adotado na transformação também permitirá a integração entre lavoura e pecuária em mais áreas do grupo. Atualmente, uma das unidades da fazenda já trabalha com soja, milho e gado bovino em rotação.

O grupo informa que investiu cerca de R$ 40 milhões em práticas sustentáveis nos últimos dois anos, considerando mais de 4 mil hectares de reforma de pastagens, construção de 500 mil metros cúbicos de caixas de contenção de resíduos dos animais, plantação de mudas, reflorestamento, novos pátios de compostagem, estruturas de peneiração de adubo orgânico, trilha ecológica, entre outros.

A empresa deve lançar em breve no mercado biofertilizantes com a marca Conforto.

Custo da alimentação cai em confinamentos

De São Paulo

O custo da alimentação caiu nos confinamentos de bovinos do país ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo sobretudo as cotações mais baixas do milho no mercado. E a tendência é recuar ainda mais até o fim de 2024, o que pode tornar a terminação intensiva mais atrativa para os pecuaristas.

No Centro-Oeste, o Índice de Custo Alimentar Ponta (ICAP), calculado pela empresa de tecnologia pecuária Ponta, baixou 2,77% entre janeiro e junho, para R$ 14,06 por cabeça ao dia. No Sudeste, o recuo foi de 6,13% no período, para R$ 11,34.

De acordo com Paulo Dias, CEO da Ponta, o indicador se mostrou muito sensível às flutuações das principais commodities, e a queda de 12,11% na cotação do milho no mercado interno em 2024 impactou na redução do custo das diárias.

"Isso também quer dizer que o pecuarista não está tão bem estocado [em milho], e isso é algo novo na pecuária, principalmente no primeiro semestre", disse.

Apesar de o milho ser um dos principais ingredientes da ração, no Sudeste, onde o sistema é mais intensivo, outros insumos também pressionaram as despesas. De acordo com a análise, o preço do milho grão seco caiu 15,27% no semestre, a casca de soja baixou 12,06%, o caroço de algodão recuou 11,42% e a torta de algodão, 10,42%.

Apetite bovino
Evolução do índice de custo alimentar em confinamento (R$/cabeça ao dia)

Centro-Oeste

	Jan	Jun
2023	19,91	13,41
2024	14,46	14,06

Sudeste

	Jan	Jun
2023	18,73	12,82
2024	12,08	11,34

Fonte: Ponta Agro

"Temos um perfil animal diferente e ingredientes diferentes nessas duas principais regiões de confinamento", afirmou Dias.

Para o intervalo de julho a dezembro, o especialista estimou, com base nos preços futuros, que a arroba deve ter valores mais altos, enquanto o milho tende a recuar com a colheita da segunda safra brasileira e o cenário de oferta global elevada. "Nessa conjuntura, vejo que o mercado [de confinamento] vai estar mais animado", disse.

Walter Patrizi, gerente de confinamento da dsm-firmenich, acredita que, depois de uma crise nos anos de 2022 e 2023, o confinamento voltará, de fato, a dar lucro a partir do fim de 2024. A virada no ciclo pecuário prevista para 2025 deve enxugar a oferta de gado, elevar os preços da arroba, e contribuir para um cenário mais favorável para a terminação intensiva.

"Acho que a perspectiva para esse curto prazo, no segundo giro de confinamento, é positiva. E ano que vem, a expectativa é conseguir entregar resultados nessa ordem, de 10% a 15% de lucro, algo como 1 a 2 arrobas de lucro por cabeça, o que é bem interessante", disse Patrizi.

Com base em uma análise de viabilidade de confinamento, que mensura 12 Estados, Patrizi destaca que Paraná e Mato Grosso do Sul destoam dessa perspectiva otimista de resultado, e têm condições piores. Por outro lado, Mato Grosso e Goiás têm desempenhos considerados muito bons.

A crise na atividade nos últimos anos foi reflexo de um cenário de arroba bovina em queda e preços do milho em alta. *(NF)*

Governo descarta novos casos da Doença de Newcastle após exames

Sanidade

Rafael Walendorff, Nayara Figueiredo e Paulo Santos
De Brasília e São Paulo

O Ministério da Agricultura informou ontem (21) que três casos suspeitos da Doença de Newcastle foram descartados, após análises de amostras coletadas em três propriedades no Rio Grande do Sul revelarem resultado negativo para o vírus. Os estabelecimentos estão localizados na zona de proteção definida pela equipe de Vigilância e Defesa Sanitária Animal do Estado após a confirmação de um foco da doença em granja comercial de aves de corte na cidade gaúcha de Anta Gorda, no dia 18.

Em nota, o ministério disse que "os resultados negativos são uma sinalização extremamente positiva sobre a contenção do evento sanitário" e que "os exames são importantes para resolução rápida da situação, e também reforçam a robustez do sistema de defesa agropecuária do Brasil".

"É um pedido do presidente Lula tratar o caso com total transparência, a fim de tranquilizar a população e os países importadores quanto à segurança do nosso sistema de defesa agropecuária. Tenho certeza que com a agilidade de nossas equipes vamos voltar à normalidade das nossas exportações muito em breve", disse o ministro Carlos Fávaro, na nota.

Após a confirmação do foco em Anta Gorda, o governo brasileiro suspendeu temporariamente e de forma preventiva as exportações de carnes de aves e subprodutos para mais de 40 países. As suspensões variam conforme os certificados sanitários internacionais acordados com cada país.

Na sexta-feira à noite, o ministério informou que estão suspensas as vendas de produtos avícolas de todo o Brasil para China, Argentina e México. Já do Rio Grande do Sul, ficam restritas as exportações para África do Sul, Arábia Saudita, Bolívia, Cazaquistão, Chile, Cuba, Egito, Filipinas, Peru, Reino Unido, países da União Europeia, e da União Econômica Euroasiática, Uruguai, e outros. De um raio de 50 km do foco há restrições para as exportações a países como Canadá, Coreia do Sul, Israel e Japão.

A suspensão temporária de exportações deve atingir de 5% a 7% da produção nacional, estimou a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), na sexta-feira. O Brasil é o maior exportador de carne de frango no mundo e embarca cerca de 430 mil toneladas ao mês. Considerando o volume normalmente adquirido pelos países afetados pela medida, a ABPA calcula que de 50 mil a 60 mil toneladas de carne de frango terão de ser remanejadas para o mercado interno ou outros importadores.

Uma das maiores preocupações, tanto do setor privado quanto do governo federal, é com a China, o maior importador de frango do Brasil.

Mas, também na sexta, o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Perosa, disse que as vendas ao país asiático devem ser retomadas entre 15 a 30 dias, após o governo prestar informações sobre a erradicação do foco da doença. O relatório com os dados deve ser enviado até amanhã.

Ele afirmou que mantém contato direto com autoridades sanitárias da Administração Geral de Alfândegas da China (GACC, na sigla em inglês) e que a proatividade do Brasil em aplicar o autoembargo e cumprir o protocolo bilateral à risca mostra a credibilidade do sistema de defesa sanitária nacional. Com o autoembargo, a retomada das exportações não precisa de um aval da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), apenas dos importadores, o que pode facilitar a normalização do comércio.

Roberto Perosa disse que venda à China deve ser retomada em até 30 dias

"Devemos enviar o relatório entre segunda e terça-feira, e nos informaram que rapidamente eles levantam a suspensão", afirmou ao **Valor**. "Estamos tomando todas as medidas para diminuir o tempo de suspensão para a China".

Segundo ele, o país asiático pode solicitar informações adicionais após receber o relatório. "Mas a China está amplamente receptiva. Disseram que confiam na autoridade brasileira e que, assim que reportarmos tudo, vão tomar todas as providências para desembargar", completou.

De janeiro a junho, o Brasil vendeu 276 mil toneladas aos chineses, com negócios de US$ 600,9 milhões. Só em junho, foram embarcadas 49,2 mil toneladas, o que gerou receita de US$ 108,2 milhões.

Além do abate sanitário de 7 mil aves na granja de integrado da BRF onde o foco foi confirmado, outras medidas foram tomadas pelas autoridades sanitárias gaúchas e federais para conter a propagação do vírus, que é altamente transmissível. Entre elas, ações de fiscalização e investigação no entorno da propriedade.

Conjuntura
Renda do agro deve recuar 13,8% com safra menor e exportação mais fraca
A4

Valor C
Sábado, domingo e segunda-feira, 20, 21 e 22 de julho de 2024

Finanças

Inclui **Legislação & Tributos**

Balanços Carteira de crédito pode acelerar no segundo trimestre, mas comportamento da inadimplência e PDD são ponto de atenção

Lucro dos bancos deve subir, mas com tendências mistas

Lucro dos bancos
Projeções para o segundo trimestre de 2024 - em R$ bi*

Fonte: Valor. Previsão média dos analistas do Goldman Sachs, Santander, BTG Pactual, J.P Morgan, XP, Genial e Citi

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Os grandes bancos de capital aberto devem voltar a registrar crescimento do lucro no segundo trimestre na análise consolidada, mas com tendências mistas entre as instituições e segmentos quando o assunto é qualidade dos ativos. A carteira de crédito tende a acelerar, aproximando mais as instituições dos patamares projetados nos "guidances" para o ano. O comportamento da inadimplência e das provisões para devedores duvidosos (PDD) varia entre os bancos e mostra pontos de atenção.

Levantamento do **Valor** feito com sete casas mostra que Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander devem ter um lucro combinado de R$ 26,78 bilhões no segundo trimestre, com alta de 1,8% sobre o trimestre anterior e de 10% na comparação com o segundo trimestre de 2023. A temporada de balanços começa na quarta-feira (24), com a divulgação dos resultados do Santander.

Os analistas do J.P. Morgan destacam que o crédito vem acelerando gradualmente mês a mês, o que levou a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) a elevar para 10% sua previsão de expansão do indicador em 2024, de 9,3% anteriormente. Após alguns meses de melhora, os índices de inadimplência parecem ter estagnado e, nas pequenas e médias empresas (PMEs), continuam a aumentar. Para os analistas da XP, deve haver melhora da margem financeira, o que mais do que compensará o aumento esperado em provisões.

O Itaú deve seguir com as tendências mais positivas. Para a XP, o Santander também tende a apresentar ganhos de eficiência, enquanto Bradesco e BB devem registrar um leve aumento da inadimplência, "o que exigirá mais detalhes sobre a trajetória dessas curvas para o restante do ano". Já o Goldman Sachs afirma esperar que as melhores tendências de rentabilidade continuem a ser registradas no Itaú e no BB, enquanto Bradesco e Santander "ainda ficam para trás".

As previsões apontam que o Itaú deve registrar um lucro de R$ 9,99 bilhões no período de abril a junho, o que representaria um aumento trimestral de 2,2% e anual de 14,3%. Os analistas do Santander CIB afirmam que o maior banco do país em volume de ativos deve registrar mais um semestre saudável, devido a uma melhor perspectiva de crescimento das receitas, qualidade dos ativos e despesas operacionais controladas, além de provisões estáveis.

No caso do Itaú, um ponto a ser observado é o ritmo de crescimento da oferta de crédito, que ficou abaixo do projetado para o ano no primeiro trimestre. O Santander CIB espera crescimento anual de 3,9% da carteira no segundo trimestre, ante um "guidance" para 2024 que vai de 6,5% a 9,5%. Os analistas do Goldman Sachs esperam um crescimento dos empréstimos ainda fraco, mas dizem acreditar que o banco irá convergir para o patamar projetado até o final do ano.

> Itaú, Banco do Brasil, Bradesco e Santander devem ter lucro combinado de R$ 26,78 bilhões no 2º trimestre

O Banco do Brasil deverá lucrar cerca de R$ 9,17 bilhões, de acordo com as projeções. Isso representaria uma queda de 1,4% em relação aos primeiros três meses do ano e uma alta de 4,4% na comparação com o segundo trimestre de 2023. Para o J.P. Morgan, alguns pontos a serem observados no balanço são a contribuição do Banco Patagonia, subsidiária do BB na Argentina, sobre a margem financeira e a inadimplência comercial e do agronegócio em alta, o que, na visão dos analistas, pode impactar, por exemplo, as provisões. No final de março, o indicador de atrasos da carteira agro do BB estava em 1,19%, de 0,96% em dezembro e 0,59% um ano antes.

"O Banco do Brasil pode continuar se beneficiando do Banco Patagonia, com a margem financeira acima da faixa do 'guidance', embora parcialmente compensada por provisões", diz o Goldman Sachs. A XP afirma que as provisões devem seguir sob pressão, apesar de uma taxa de inadimplência praticamente estável. "Se o banco não conseguir reduzir efetivamente o nível de provisões, existe a possibilidade de uma revisão para cima da orientação", afirma.

Já para o Bradesco, as previsões indicam um lucro de R$ 4,38 bilhões no período, o que significaria uma alta de 4% no trimestre e uma queda de 3,1% em 12 meses. O banco, que está em meio à implementação do plano estratégico de reestruturação de Marcelo Noronha, deve ter uma "melhoria muito gradual da rentabilidade" na visão do Goldman Sachs. A instituição observa que a melhora na margem deve ser modesta, frente a uma base de comparação baixa, e o crescimento dos empréstimos tende a permanecer abaixo do "guidance" para o ano (avanço de 7% a 11%). A área de seguros, por sua vez, deverá ser novamente um destaque positivo.

O Santander CIB afirma que o crescimento do crédito no Bradesco deve acelerar no segundo trimestre, mas que deve haver também aumento na provisão para devedores duvidosos. A inadimplência tende a melhorar, apesar das dificuldades esperadas no segmento de PMEs, acrescentam os analistas.

Por fim, o Santander deverá registrar um lucro de cerca de R$ 3,24 bilhões, avanço de 7,3% no trimestre e de 40,3% na comparação anual. A Genial diz que, após um desempenho superior às expectativas nos primeiros três meses do ano, o banco deve continuar a mostrar sinais de recuperação da rentabilidade no segundo trimestre. "No entanto, acreditamos que essa recuperação ocorrerá de forma mais gradual, sem grandes surpresas", diz.

A Genial acrescenta que a carteira de crédito do Santander tende a apresentar uma leve aceleração, com a retomada em linhas mais agressivas, como PMEs, mas que os spreads devem continuar mais pressionados — assim, a tendência é que a margem com clientes apresente pouca evolução em relação ao trimestre anterior. Os analistas esperam uma provisão para devedores duvidosos controlada, com inadimplência estável.

Cade vai sugerir condenação de envolvidos em cartel do câmbio

Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon
De São Paulo

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vai sugerir a condenação de alguns bancos internacionais e pessoas físicas que participaram do chamado cartel do câmbio offshore, segundo o **Valor** apurou.

O processo foi instaurado em julho de 2015 e apura suposta manipulação de taxas de câmbio no mercado envolvendo moedas estrangeiras, especificamente no mercado de câmbio à vista, por meio de comunicação prévia em plataformas digitais. A autarquia passou a apurar o caso após um acordo de leniência que forneceu documentos e provas contra os investigados.

Além das investigações no Cade, o caso ganhou contornos criminais e cíveis no Brasil, bem como apurações de outros órgãos — pessoas físicas já foram condenadas pelo Banco Central e respondem processos criminais no Judiciário. Em 2021, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que representa alguns dos maiores exportadores do país, pediu uma indenização de quase R$ 20 bilhões de 19 bancos acusados de participar do cartel.

Segundo o **Valor** apurou, a área técnica vai sugerir a condenação de sete bancos e sete pessoas físicas que operaram no mercado. Foram investigados cerca de 30 operadores e instituições, mas parte firmou acordos com o Cade com o pagamento de contribuições pecuniárias e se comprometendo com a cessação das condutas. Por isso, não serão submetidos a julgamento.

> Caso de 2015 ganhou contornos criminais e cíveis no Brasil, bem como apurações de outros órgãos, entre eles o BC

Após o parecer da Superintendência, que pode sair até o final de agosto, o caso será julgado no Tribunal do Cade, composto por sete membros. Um dos integrantes já apontou impedimento e não deverá participar do julgamento. O conselheiro Diogo Thomson integrou a área técnica durante a investigação.

Os bancos que serão submetidos a multa e exigência do fim da prática pela área técnica serão: Credit Suisse AG, UBS AG, Standard Chartered Bank, MUFG Bank (The Bank of Tokyo-Mitsubishi), Banco Inbursa, Bank of America Merrill Lynch Banco Multiplo (BofA) e Nomura International.

Há uma investigação paralela no Cade que apura manipulação do mercado brasileiro de câmbio e pode levar à condenação de bancos locais, mas essa ainda não será concluída, uma vez que a área técnica do órgão avalia que ainda é necessário mais tempo para analisá-la.

No processo envolvendo os bancos internacionais, o Cade também investiga manipulação relacionada à moeda brasileira — incluindo produtos financeiros chamados de Contratos a Prazo com Liquidação Financeira —, além de manipulação de índices de referência de mercado de câmbio, tais como o do Banco Central do Brasil (Ptax), do WM/Reuters e do Banco Central Europeu (BCE).

As práticas anticompetitivas, segundo o Cade, tiveram efeitos no território brasileiro e podem ter permitido que os operadores participantes da conduta se posicionassem melhor para obterem lucros e evitarem ou minimizarem perdas, em detrimento dos clientes. A conduta se iniciou possivelmente em 2007, tendo durado, pelo menos, até 2013.

As combinações de preços foram viabilizadas por meio de grupos de chats da plataforma Bloomberg tanto no Brasil quanto no exterior. Desde a abertura da investigação, a SG apontava a existência de "fortes indícios" da prática de condutas anticompetitivas consistentes em fixação de preços e condições comerciais e compartilhamento de informações concorrencialmente sensíveis.

Segundo os documentos da área técnica, as discussões entre os concorrentes tratariam de acordos para fixação de preços e condições comerciais, especificamente por meio de acordos para fixar ofertas ou níveis de preços, influenciar índices de referência dos mercados cambiais, coordenar propostas para clientes, coordenar compra e venda de moedas, dificultar ou até impedir a atuação de determinados operadores no mercado de câmbio.

De acordo com a SG, ainda houve compartilhamento de informações comercialmente sensíveis sobre o mercado pelos concorrentes — como informações sobre negociações, contratos, preços futuros, ordens de clientes, estratégias e objetivos de negociação e até posições confidenciais em operações e ordens específicas.

"Muito embora os mercados de câmbio à vista e futuros comportem milhares de transações diárias em todo o mundo, estima-se que dentre os potenciais clientes afetados se encontram todos os: bancos, fundos de investimentos, pessoas físicas, empresas privadas, entidades governamentais, entre outros", apontou o Cade na abertura da investigação.

Procurados pela reportagem, os bancos mencionados não retornaram os contatos ou não quiseram comentar. As assessorias de Standard Chartered e Nomura não foram localizadas.

Destaques

Debêntues da Totvs

A Totvs deve concluir neste mês uma oferta de R$ 1,5 bilhão em debêntures. A companhia vai usar o dinheiro para resgatar antecipadamente títulos de dívida emitidos em 2022 e que venceriam em 2027. A remuneração dos papéis, com prazo de sete anos, ainda não foi definida. O plano da Totvs é pagar, no máximo, o equivalente a CDI + 0,95% ao ano. Na oferta de papéis mais recente, justamente dos títulos que serão recomprados, a taxa foi de CDI mais 1,35% ao ano. O Itaú BBA coordena a operação. *(Rita Azevedo)*

Berkshire vende BofA

A Berkshire Hathaway vendeu cerca de US$ 1,5 bilhão em ações do Bank of America (BofA) nos últimos dias, reduzindo a sua participação no gigante do setor bancário americano a uma fatia ainda grande, de US$ 42,9 bilhões, de acordo com documentos oficiais. Ao todo, foram quase 34 milhões de ações vendidas entre quarta e sexta-feira. O CEO que gere o portfólio de ações de US$ 400 bilhões da Berkshire Hathaway, o megainvestidor Warren Buffett, parece estar tentando se beneficiar do recente aumento das ações do BofA para reduzir a grande participação da Berkshire na companhia — a segunda maior da empresa, atrás apenas da sua fatia na Apple. As ações do BofA, que caíram US$ 0,11 para US$ 42,90 na sexta-feira, subiram 7,2% no último mês e atingiram um novo recorde das últimas 52 semanas ao serem cotadas a mais de US$ 44 após a divulgação do balanço de segundo trimestre da instituição. Todo o setor bancário dos Estados Unidos nas bolsas de Nova York tem estado forte ultimamente. *(Dow Jones Newswires)*

Oferta do Basa

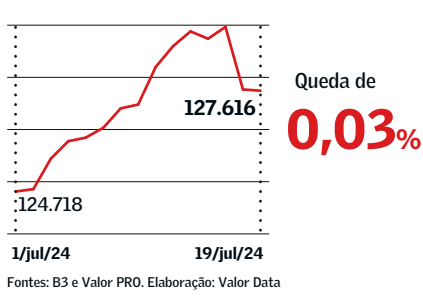
O Banco da Amazônia (Basa) confirmou ter contratado o UBS para avaliar a possibilidade de o banco aumentar seu capital social mediante oferta pública de distribuição primária de ações, conforme antecipado pelo **Valor**. Em fato relevante, o Basa destaca que, até o momento, "os acionistas do banco e a instituição não definiram se potencial oferta será efetivamente realizada ou mesmo seus termos e condições". Segundo apurou o **Valor**, o banco planeja fazer uma reabertura de capital (re-IPO, no jargão do mercado) para levantar cerca de R$ 2 bilhões ainda neste ano. A instituição financeira, controlada pela União, tem apenas 3% de seu capital em circulação e um valor de mercado de R$ 5,4 bilhões. Ainda segundo fontes, há na mesa outras opções sendo avaliadas, mas o re-IPO é a hipótese mais provável. Isso porque o governo já fez um aumento de capital no valor de R$ 1 bilhão em 2022 e o atual cenário fiscal não é propício para novos aportes ou emissão de instrumentos de dívida subordinada em um mercado com profundidade relativamente baixa para o volume que o banco deseja captar. *(Beth Koike)*

Acordo dos Safra

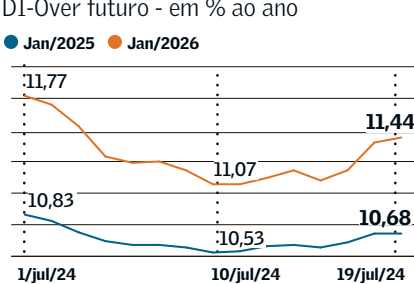
A família do banqueiro José Safra encerrou de forma amigável disputas com Alberto Joseph Safra, herdeiro do grupo. No acordo, Alberto, um dos filhos e herdeiros de José, fará o desinvestimento de sua participação no Grupo J. Safra e concentrará sua atuação na ASA Investments, casa da qual é fundador. Os termos financeiros e as condições não foram revelados. As partes concordaram em retirar todos os processos judiciais e procedimentos de arbitragem relacionados à disputa em todas as jurisdições, segundo comunicado da pela família. *(Talita Moreira)*

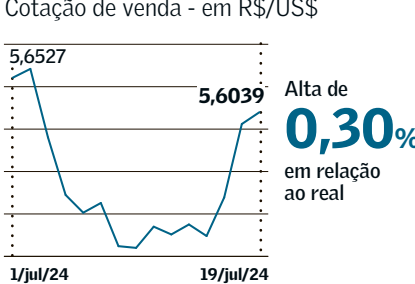
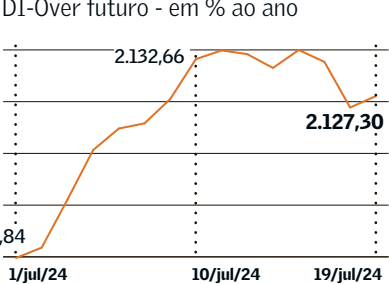
Ibovespa
Em pontos

Queda de **0,03%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 19/jul/24 - em %

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **0,30%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercados Dúvida é se eventual confirmação de Kamala Harris como candidata democrata muda jogo de forças e vai exigir recalibragem do ‘trade Trump’, de ativos beneficiados com vitória republicana

Com desistência de Biden na disputa pela reeleição, investidores recalculam rota

Bloomberg

Os investidores americanos devem começar a semana colocando na balança se a decisão do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de se retirar da campanha eleitoral e apoiar a vice-presidente Kamala Harris, aumenta ou diminui as chances de Donald Trump reconquistar o governo.

Nas semanas que se passaram desde o desastroso debate que desencadeou as preocupações quanto à capacidade do Biden, de 81 anos, de cumprir outro mandato presidencial, os mercados financeiros foram reduzindo as apostas nas chances de sucesso dele.

Em termos gerais, passaram a preferir operações de compra e venda de ativos que, segundo se presume, seriam beneficiadas por uma vitória do republicano Trump, favorável a uma política fiscal mais frouxa, a tarifas de importação mais altas e a uma regulamentação mais fraca. Como consequência, ações da sete maiores de tecnologia caíram 4,8% na semana passada.

Essas operações ainda se traduziram em sustentação ao dólar, na alta dos rendimentos dos títulos de dívida dos EUA e na valorização das ações dos bancos e de empresas das áreas de saúde e de energia, bem como o bitcoin. A dúvida dos investidores é se deveriam manter essas posições.

Os mercados poderiam ficar instáveis enquanto aguardam para ver se Harris terá a indicação de seu partido e tentam descobrir se ela conseguirá arregimentar força suficiente para desafiar a liderança de Trump.

PETER MORGAN/AP

Bolsa de NY: volatilidade pode ganhar força com peso da corrida eleitoral

“Os investidores devem esperar um aumento na volatilidade”, disse Dave Mazza, executivo-chefe da Roundhill Financial, antes do anúncio de domingo. “Se a vice-presidente Harris conseguir mobilizar-se rapidamente para entrar em uma disputa real contra Trump, então a expectativa é que a volatilidade persista. No entanto, se Trump continuar a avançar nas pesquisas e os investidores virem sua vitória como inevitável, então o ‘Trump Trade’ [apostas que se beneficiariam de uma vitória do republicano] dominará e a volatilidade diminuirá.”

Há poucos dados históricos para prever como os mercados reagirão. O exemplo mais recente de um presidente em exercício que não tentou um segundo mandato foi Lyndon Johnson em 1968. Uma nova chapa democrata traria “hesitações para o Trump trade, enquanto os mercados recalibram as probabilidades”, escreveu Grace Fan, diretora-gerente de análises de políticas internacionais na GlobalData TS Lombard, em uma nota de 17 de julho. Essas apostas “provavelmente não se mexerão muito”, no entanto, se Harris acabar sendo, de fato, a candidata.

Em termos gerais, acredita-se que o dólar ganhará um impulso se a conclusão dos investidores for a de que aumentou a probabilidade de uma presidência de Trump. A combinação preferida por Trump, de baixos impostos e altas tarifas, é vista como fator de aumento da inflação e das taxas de juros, o que tornaria o dólar mais atraente. A moeda também tem maior demanda em períodos de incerteza graças a seu status de porto seguro para os investidores.

Entre os possíveis perdedores diante de um dólar em alta estão o peso mexicano e o yuan chinês. Na semana passada, o dólar se desvalorizou em relação ao yuan e ao iene japonês, depois de a “Bloomberg Businessweek” publicar uma entrevista de junho com Trump na qual ele disse que o dólar forte tem prejudicado a competitividade americana, algo também mencionado no passado por seu companheiro de chapa, J. D. Vance.

“Não acreditamos que esta seja a operação correta”, disseram estrategistas do Barclays Plc, em relatório. “Um segundo mandato de Trump implicaria em mais força do dólar, em nossa opinião, e a recente queda oferece bons níveis para retomar nossas recomendações de [posições] compradas”, como a do dólar contra o yuan.

A conclusão de que um governo Trump significaria mais inflação também se infiltrou no maior mercado de títulos do mundo e os investidores aderiram a uma combinação de comprar notas de curto prazo e vender as de longo prazo — e que faz a inclinação da curva dos juros ficar mais acentuada.

“Conforme aumentam as chances de Harris, também aumentam as chances democratas de ganhar a Câmara dos Deputados”, disse Steven Englander, estrategista do Standard Chartered Bank, em Nova York. “Se isso ocorrer, então os temores de mais estímulos fiscais podem diminuir e tirar certa pressão sobre os juros e o dólar americano. Mas ainda se está bem no começo do que pode ser uma campanha muito diferente da esperada até duas semanas atrás.”

A possibilidade de uma vitória republicana impulsionou partes do mercado que, segundo presumem os investidores, serão beneficiadas pela mão reguladora mais leve de Trump ou por seus pontos de vista sobre a imigração e o petróleo.

4,8%
foi a queda na semana de índice das ‘7 Magníficas’

Em junho, Trump disse aos republicanos que, segundo se sabe, caso eleito, retomaria as perfurações de petróleo no Refúgio Nacional de Vida Selvagem do Ártico, no Alasca, revertendo uma decisão do governo Biden de cancelar arrendamentos na região.

“Eu gosto de commodities e de ações relacionadas a commodities, porque realmente acho que o risco geopolítico tem aumentado recentemente, uma vez que alguns competidores podem ver isso como uma fraqueza e tentar se aproveitar do que veem como uma confusão nos EUA”, disse Peter Tchir, chefe de estratégia macroeconômica na Academy Securities.

Empresas dos setores de fontes de energia renováveis e de consumo discricionário “podem sofrer” se Trump vencer a presidência com um Congresso republicano, escreveu Solita Marcelli, diretora de investimentos em países da América da UBS Global Wealth Management, em nota em junho.

As ações de prisões de capital privado, como a GEO Group e a CoreCivic ., têm se valorizado com base nas opiniões linha-dura de Trump sobre imigração. Entre as firmas que podem se beneficiar de um menor peso regulatório estão as seguradoras de saúde UnitedHealth e Humana e os bancos.

Mudança pode elevar tensão pré-eleitoral

Adriana Cotias
De São Paulo

A desistência do presidente Joe Biden de disputar a reeleição nos Estados Unidos já era de certa forma esperada pelos investidores, que começaram a colocar nos preços dos ativos as chances crescentes de o rival Donald Trump voltar à Casa Branca. Mas não deixa de trazer um ponto de dúvida, com potencial de aumentar a tensão à medida que a corrida eleitoral ganhar novos capítulos.

Mais do que um componente de incerteza, adiciona risco para os investimentos de forma geral, pondera Roberto Lee, executivo-chefe (CEO) da corretora americana Avenue. Para ele, a mensagem de Biden apenas “endossando” o nome da sua vice-presidente Kamala Harris como eventual substituta na campanha não foi um bom sinal e agora as atenções estão voltadas para quem de fato será indicado pelo Partido Democrata. “Vai todo mundo ficar de olho se realmente ela vai ser a candidata e qual a performance [nas pesquisas]”, diz. “Biden e [Donald] Trump todos já conhecem. Kamala liderando os Estados Unidos, num mundo tão complicado e com guerra no meio da Europa, bagunça tudo.”

Para William Castro, estrategista-chefe da Avenue, o normal em período pré-eleitoral é que tenha mais volatilidade mesmo. “Só que aquilo que se esperava para setembro, outubro, agora tende a ser antecipado.”

Ele aponta que a rotação de carteiras que começou a se observar nas últimas semanas, com a saída dos investidores das ações de tecnologia para papéis de menor capitalização, não pode ser creditada apenas ao fortalecimento de Trump, especialmente após o atentado que o republicano sofreu. Dados de inflação e o reporte da administração Biden indicando o aperto à transferência de tecnologia para a China também balizaram as movimentações.

Apesar de uma realização de lucros no mercado acionário ser uma hipótese, Castro lembra que o brasileiro que tem feito a diversificação internacional não está investindo num mandato presidencial, e sim numa economia que tem mostrado resiliência e que atravessou diferentes governos e cenários. E, se antes era o capital mais especulativo que ia atrás da renda variável nos Estados Unidis, hoje há mais gente na renda fixa, buscando o “CDI americano”, a poupança em moeda forte.

O que o mercado voltou a especular com um eventual segundo mandato de Trump é a imposição de tarifas de importação e redução de impostos, sem contrapartida de corte de despesas. Além de trazer deterioração fiscal extra, são medidas inflacionárias que tornam o plano do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de cortar juros mais difícil.

2,8%
projeção do Fed para juros de longo prazo

Castro cita que a autoridade monetária vem aumentando suas projeções para os juros de longo prazo, reunião a reunião, passando de 2,5% para 2,8%. “É marginal, mas emblemático, o juro de equilíbrio está cada vez mais alto.” Se nas taxas longas os investidores colocarem mais prêmio por conta de Trump, o Fed pode ser afetado pela política.

Do ponto de vista fiscal, as duas plataformas são expansionistas, observa Rogério Braga, sócio e gestor de multimercados e renda fixa da Quantitas. Para ele, a desistência de Biden já estava em grande parte antecipada nos preços dos ativos. O gestor também não vê reflexos para os mercados locais. Percepção semelhante tem João Braga, sócio-fundador da Encore. Após o atentado de Trump, ele acha que Biden concorrer ou não tornou-se menos relevante.

Se Harris for de fato a candidata democrata, não deve haver grandes repercussões, segundo Rafael Panonko, economista da Liberta Investimentos. “Agora, se surgir outro nome, daí entra um componente de incerteza com capacidade de mexer as peças no tabuleiro, pode ter um aumento da volatilidade.” Ele não prevê uma reação imediata, mas talvez uma postura mais defensiva dos investidores.

DIVULGAÇÃO

Castro: Volatilidade pré-eleitoral esperada para setembro, outubro, agora tende a ser antecipada

Para Marcelo Audi, fundador da Cardinal Partners, desde o debate entre os candidatos, e principalmente, após o atentado a Trump, o mercado já refletia de certa forma nos preços dos ativos a situação materializada ontem. O gestor assume que o dólar tende a seguir forte, o que é ruim para as moedas emergentes, enquanto o retorno dos títulos do Tesouro americano deve manter níveis ainda benignos, com a convergência da inflação permitindo que o Fed siga o seu plano de voo. Para o mercado acionário, ele acredita que a troca de “big techs” por ações de menor capitalização prossiga pela política antitruste de Trump de incentivar empresas domésticas.

Audi observa, porém, que os EUA estão na fase mais arriscada do desaquecimento econômico e lembra que todo “pouso forçado” começa com uma desaceleração suave. Na hipótese de um freio brusco, ações do mundo inteiro passariam por uma correção e num passo controlado, os papéis de emergentes poderiam se beneficiar. “As políticas de Trump miram uma direção benigna de crescimento sustentável, mas com riscos inflacionários e volatilidade maior, exigindo cautela.”

Para Adriano Cantreva, sócio da Portofino Multi Family Office, grande parte das movimentações da saída de Biden já foram antecipadas, com os ativos se ajustando nos últimos dez dias para um novo governo Trump. Só que até que Harris seja confirmada, há um pequeno vácuo. “Se mercado ficar convencido de que o partido Republicano pode levar a Câmara e o Senado, o dólar pode se fortalecer, as taxas de juros de médio e longo prazo ficam um pouco mais altas e as bolsas ganham com a inclinação de maior desregulamentação na economia.”

Para o Brasil, a eleição de Trump com suas políticas protecionistas não seria uma boa notícia, com o real seguindo sob pressão e limitando as chances de a Selic voltar a cair com intensidade, acrescenta o executivo da Portofino, que fica nos EUA. E com juros altos a bolsa não teria motivo para subir.

O estrategista de um banco de investimentos diz que os EUA voltam a ter uma corrida eleitoral aberta, ou seja, com maior incerteza de que Trump será o próximo presidente. Ele afirma que a visão econômica do candidato a vice-presidente Vance já estava causando desconforto desde sua nomeação. “Logo, essa incerteza sobre a nova chapa e a reabertura da corrida eleitoral tende a gerar volatilidade e uma reação de aversão a risco na abertura de mercado.”

Pagamentos Transações internacionais e off-line ainda não têm data de lançamento; parcelamento com garantia está em fase de desenvolvimento

Apesar de sucesso, Pix tem funcionalidades atrasadas e em discussão

Gabriel Shinohara
De Brasília

Idealizada para fazer do Pix um sistema "multiuso", a agenda de novas funcionalidades da ferramenta tem ao menos seis de nove itens projetados em estágios iniciais de desenvolvimento. Apesar de alguns anúncios já estarem no calendário, como o Pix Automático e o Pix por Aproximação, outras funções como pagamentos internacionais e transações off-line ainda não têm data de lançamento.

Na chamada agenda de inovação, pelo menos três desenvolvimentos estão em fase de "conversas exploratórias". Outros três ainda não foram iniciados. As informações sobre o atual estágio de desenvolvimento das novidades foram obtidas pelo **Valor** via Lei de Acesso à Informação (LAI).

João Manoel Pinho de Mello, ex-diretor de organização do sistema financeiro e resolução do Banco Central (BC), professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e sócio do Opportunity, destaca a característica "multiuso" do Pix e lembra que uma das ideias que já existia desde o início era o Pix offline, que ainda não tem previsão de lançamento. Pinho de Mello esteve no BC entre 2019 e 2022 e participou do desenvolvimento do sistema de pagamentos.

Na agenda do BC, o Pix Offline consta como "QR Code gerado pelo pagador". A ideia é que a pessoa que deseja fazer um pagamento, mas não tem acesso à internet, poderia gerar um QR Code que seria lido pelo recebedor, pessoa ou comércio, para iniciar a transação. O ex-diretor do BC explica que o pagador pode pré-autorizar certa quantia e conseguir comprar em um lugar com sinal ruim de internet, como em um jogo de futebol. "A pessoa da lanchonete tem uma maquininha muitas vezes ligada a um fio, ela consegue ler o QR Code e você consegue comprar, por exemplo, dois cachorros-quentes e três refrigerantes porque você pré-autorizou isso", disse.

Outra agenda que está em andamento é a do Pix Internacional. Segundo o BC, o desenvolvimento ainda está em fase de "conversas exploratórias" com outras jurisdições e organismos multilaterais. O centro de Cingapura do hub de inovação do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) está desenvolvendo o Nexus, um modelo que busca permitir que diferentes sistemas de pagamentos instantâneos ao redor do globo possam se conectar.

O Nexus passou por testes na Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia que, segundo relatório do BIS, resultou em um quadro abrangente de governança, modelo comercial e um diagrama tecnológico. Na próxima fase, a ideia é que o BIS possa apoiar uma coalização de países que tenham interesse em implementar o Nexus. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já citou o Nexus como um sistema que está funcionando bem.

Edlayne Burr, diretora-executiva e líder de estratégia para pagamentos da Accenture na América Latina, destaca que a implantação de outras tecnologias é importante para criar novas oportunidades de negócios. "Ao simplificar e democratizar o acesso a serviços financeiros por meio de medidas que promovem o uso de tecnologias digitais, o Banco Central não apenas facilita a inclusão financeira, mas também abre novos mercados", afirma.

> "Banco Central não apenas facilita a inclusão financeira, mas também abre novos mercados"
> *Edlayne Burr*

Agenda de inovação do Pix

Maior parte das novidades não tem previsão de lançamento

	Descrição	Estágio atual	Previsão de lançamento
Pix Offline	O pagador terá a possibilidade de gerar um QR Code que será lido pelo recebedor. O produto deve possibilitar o pagamento offline.	Especificações concluídas	Sem previsão
Pix Garantido	Possibilidade do pagador parcelar suas compras e o recebedor terá garantia de recebimento	Conversas exploratórias internas. Alguns atores privados já possibilitam o Pix Parcelado com modelos próprios	Sem previsão
Consulta de transações liquidadas	Ferramenta no site do BC que possibilitará que o usuário identifique se determina transação foi liquidada	Não iniciado	Sem previsão
Plataforma centralizada	Plataforma que permite o registro de QR Codes do Pix Cobrança, contratos inteligentes e duplicatas eletrônicas	Conversas exploratórias	Sem previsão
Pix Internacional	Transações transfronteiriças por meio do Pix	Conversas exploratórias com outras jurisdições e com organismos multilaterais	Sem previsão
API de Pagamentos	Módulo para pagamento na API Pix para facilitar gerenciamento de caixa das empresas e permitir integração do Pix com sistemas internos	Não iniciado	Sem previsão
Split de pagamentos	Regra para possibilitar que uma única transação seja destinada a vários usuários diferentes	Não iniciado	Sem previsão
Pix Automático	Possibilitará o pagamento automático de contas recorrentes, como luz e internet, como débito automático	Em desenvolvimento	Out/2024
Pix Aproximação	Pagamento do Pix por aproximação do celular	Solução está sendo desenvolvida dentro do Open Finance	Fev/2025

Fonte: Banco Central do Brasil

A autoridade monetária ainda está desenvolvendo o Pix Garantido, que permitiria o pagamento parcelado com garantia para quem está recebendo os recursos. O BC informou que vem conduzindo conversas exploratórias internas e que o mercado já oferece soluções a partir de modelos próprios.

Para Pinho de Mello, a solução para essa questão pode acabar vindo do próprio mercado, que já oferece Pix parcelado. "Esse é um item da agenda evolutiva que, na minha impressão, vai acabar se resolvendo por si só", disse o professor da FGV.

Apesar da agenda extensa de inovação, o BC enfrenta problemas relacionados a orçamento e pessoal, como exposto publicamente por membros da autoridade monetária. O custo do Pix vem aumentando nos últimos anos por conta da necessidade de melhorias, ampliação de capacidade e das novas funcionalidades que foram criadas.

Ao mesmo tempo, o BC passou mais de dez anos sem concurso e o quadro de pessoal diminuiu. Em abril, Campos Neto explicou que chegou a alocar muitos funcionários para a parte de segurança do Pix, o que prejudicou a ala de inovação de novas funcionalidades. Além disso, os servidores passaram quase dez meses em operação padrão entre 2023 e 2024 em uma campanha por valorização da carreira.

Pinho de Mello destaca que a questão de pessoal já existia quando ele estava no BC e avalia não ter "muita dúvida" que esses problemas tenham afetado direta ou indiretamente a agenda evolutiva.

Apesar do ritmo lento, há duas novidades previstas no calendário. A primeira é o Pix Automático, que funcionaria para pagamento de contas recorrentes como um débito automático. A atual previsão é de lançamento em outubro deste ano. Já mais recentemente, o BC anunciou mudanças nas regras do open finance que devem possibilitar o pagamento por aproximação via Pix. A previsão é que esteja disponível em fevereiro de 2025.

"O Pix por aproximação pode competir diretamente com o cartão de débito em transações presenciais, também oferecendo uma experiência de pagamento instantâneo e sem contato — que é cada vez mais valorizada por consumidores e comerciantes", disse Burr.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 19/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.995,7913940	0,03	0,66	5,20
IRF-M	1+**	20.233,0958370	-0,06	1,24	1,46
IRF-M	Total	18.402,8884270	-0,03	1,04	2,56
IMA-B	5***	9.334,0334480	-0,04	0,64	3,98
IMA-B	5+****	11.286,8766240	-0,28	2,42	-2,74
IMA-B	Total	9.949,6079920	-0,16	1,54	0,43
IMA-S	Total	6.771,8914410	0,04	0,61	5,97
IMA-Geral	Total	8.221,2195100	-0,03	0,97	3,42

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	05/07	04/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,64	32,39	29,38	29,38	28,69	33,21
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,59	26,28	24,27	24,27	24,84	26,55
Conta garantida pré - a.a.	42,17	37,40	47,85	47,85	45,73	48,79
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,08	22,49	21,65	21,65	21,94	28,32
Vendor pré - a.a.	15,70	15,98	16,40	16,40	15,73	18,73
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,84	17,03	18,22	18,22	16,71	20,40
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,75	17,83	17,78	17,78	17,20	16,98
Conta garantida pós - a.a.	24,38	24,56	24,76	24,76	25,08	26,11
ACC pós - a.a.	8,23	8,05	8,34	8,34	8,04	8,23
Factoring - a.m.	3,27	3,25	3,27	3,27	3,35	3,53

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	19/07/24	18/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3400	5,3300	5,3300	5,0500
1 mês	-	5,3445	5,3381	5,3364	5,3337	5,0687
3 meses	-	5,3579	5,3553	5,3533	5,3528	5,0488
6 meses	-	5,3887	5,3875	5,3873	5,3887	4,8653
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6610	3,6560	3,6630	3,4000
1 mês	-	3,6673	3,6674	3,7869	3,8618	3,3885
3 meses	-	3,8279	3,8445	3,8829	3,9071	3,1806
6 meses	-	3,8957	3,9038	3,9227	3,9345	2,8277
1 ano	-	3,9010	3,8966	3,8863	3,8781	1,8120
Euribor ***						
1 mês	-	3,633	3,625	3,632	3,608	3,455
3 meses	-	3,688	3,664	3,711	3,712	3,646
6 meses	-	3,624	3,662	3,682	3,695	3,937
1 ano	-	3,503	3,564	3,578	3,613	4,121
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,35	5,34	5,37	5,37	5,29	5,27
T-Bill (3 meses)	5,34	5,34	5,34	5,36	5,38	5,41
T-Bill (6 meses)	5,19	5,19	5,18	5,32	5,36	5,49
T-Note (2 anos)	4,51	4,48	4,45	4,75	4,72	4,77
T-Note (5 anos)	4,17	4,13	4,10	4,38	4,25	4,00
T-Note (10 anos)	4,24	4,21	4,18	4,40	4,23	3,75
T-Bond (30 anos)	4,45	4,42	4,40	4,56	4,36	3,84

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,59	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,84	11,68
CDI	0,59	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,84	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,04	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,56	7,89
IMA-B	1,54	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,43	3,07
IMA-S	0,61	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,97	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,99	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,90	4,93
Índice Small Cap	3,92	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-11,51	-11,96
IBrX 50	3,01	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-3,30	7,39
ISE	3,62	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-6,89	-5,90
IMOB	5,71	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-12,09	-8,32
IDIV	2,72	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-0,78	12,09
IFIX	1,33	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	2,42	6,09
Dólar Ptax (BC)	-0,08	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	14,73	15,35
Dólar Comercial (mercado)	0,28	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	15,48	16,69
Euro (BC) (4)	1,58	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	13,02	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	1,87	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	13,54	14,54
Ouro (BC)	3,24	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	33,63	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 19/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 16/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.583.925,85					19.433,89	65.746,36	262.180,95	233.362,27
RF Indexados (2)	146.913,86	0,10	1,16	3,40	8,53	-100,57	-1.703,62	-8.871,54	-12.982,27
RF Duração Baixa Soberano (2)	705.727,21	0,04	0,43	5,27	10,77	10.970,79	33.536,69	63.754,33	51.698,08
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	863.207,01	0,04	0,50	6,00	12,29	2.601,71	11.468,56	63.048,70	70.739,30
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	183.482,29	0,04	0,05	6,06	12,36	498,17	3.517,68	76.322,03	81.332,60
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.541,39	0,05	0,60	4,86	9,48	121,24	641,87	-2.579,79	-5.392,62
RF Duração Livre Soberano (2)	218.791,40	0,05	0,64	4,92	10,22	475,49	5.090,52	-10.615,72	-29.180,96
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	646.834,76	0,04	0,60	5,37	11,05	3.110,43	4.300,34	-31.070,32	-51.292,33
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	369.774,35	0,08	0,83	5,35	11,75	2.200,87	5.384,85	83.483,04	131.694,46
Ações	629.816,69					-152,15	-3.035,94	-2.798,52	37.723,91
Ações Indexados (2)	10.534,70	-0,18	4,25	-3,70	9,47	5,37	13,24	415,14	-693,62
Ações Índice Ativo (2)	31.347,51	-0,19	4,76	-4,08	7,59	-322,08	-1.143,74	-5.109,05	-4.985,12
Ações Livre	229.733,16	-0,05	4,62	-0,95	10,11	128,97	-1.469,36	-190,90	-5.050,95
Fechados de Ações	126.327,58	-0,05	1,55	-2,74	-1,48	0,81	171,59	-1.584,08	28.820,36
Multimercados	1.699.251,68					-486,68	-11.115,94	-88.504,89	-212.863,48
Multimercados Macro	146.856,76	0,19	1,52	2,21	7,43	-328,06	-4.108,23	-31.502,29	-53.964,96
Multimercados Livre	654.570,67	0,03	0,89	4,65	9,92	42,56	-31,12	-2.738,05	-57.292,23
Multimercados Juros e Moedas	48.714,23	0,05	0,59	5,16	11,07	-25,26	-1.296,57	-9.187,10	-16.161,83
Multimercados Invest. no Exterior (2)	766.843,79	-0,03	0,11	5,04	12,11	-206,08	-6.326,24	-46.581,45	-81.594,94
Cambial	6.115,11	-0,23	-2,45	15,40	20,00	20,99	-351,97	-700,46	-1.395,39
Previdência	1.446.588,07					283,40	1.779,89	20.593,57	41.518,34
ETF	44.931,30					-291,43	-850,08	-2.643,97	-5.644,52
Demais Tipos	2.039.381,61					-95,90	5.327,92	54.478,16	54.048,07
Total Fundos de Investimentos	**7.410.628,70**					**18.808,02**	**52.172,33**	**188.126,67**	**92.701,12**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.692.517,92**					**1.257,23**	**25.550,92**	**56.541,07**	**114.162,61**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.151.588,49**					**20.065,26**	**77.723,25**	**244.667,74**	**206.863,73**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	19/07/24	18/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,05
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8772
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,37
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9768
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,50	10,51	10,45	10,49	10,44	13,21
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,74	10,74	10,60	10,72	10,68	12,64
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,43	10,41	10,42	10,42	13,46
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,45	10,43	10,44	10,43	13,35
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,45	10,49	10,47	13,22
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,57	10,57	10,48	10,55	10,52	13,06
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,73	10,72	10,60	10,72	10,67	12,67
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,17	11,14	10,90	11,18	11,06	11,55

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 19/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.647,01	10,408	72.799	10,402	10,412	10,412
Vencimento em set/24	98.787,40	10,426	12.246	10,426	10,430	10,430
Vencimento em out/24	97.968,28	10,459	224.901	10,444	10,462	10,460
Vencimento em nov/24	97.065,86	10,524	2.620	10,495	10,530	10,530
Vencimento em dez/24	96.311,93	10,599	1.559	10,555	10,630	10,615
Vencimento em jan/25	95.475,26	10,679	976.601	10,605	10,705	10,685
Vencimento em fev/25	94.581,73	10,790	6.097	10,730	10,800	10,800
Vencimento em mar/25	93.770,34	10,876	307	10,795	10,880	10,880
Vencimento em abr/25	93.004,59	10,942	184.097	10,820	10,980	10,955
Vencimento em mai/25	92.199,92	11,006	5.386	10,910	11,030	11,020
Vencimento em jun/25	91.355,09	11,071	2.231	10,960	11,100	11,100
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.606,42	0,40	276.200	5.530,00	5.619,50	5.618,50
Vencimento em set/24	5.623,86	0,40	4.140	5.581,00	5.637,00	5.635,00
Vencimento em out/24	5.640,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.659,32	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.674,73	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	6.102,89	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	6.131,23	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.157,71	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	128.371	-0,12	64.950	127.900	129.330	127.900
Vencimento em out/24	130.454	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	132.547	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 19/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5537	5,5543	0,21	-0,08	14,73	15,71
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6033	5,6039	0,30	0,28	15,48	17,10
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6277	5,8077	0,28	0,22	15,06	16,67
Euro (BC) - (R$/€)	6,0458	6,0486	-0,01	1,58	13,02	12,55
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0963	6,0969	0,13	1,87	13,54	13,72
Euro Turismo (R$/€)	6,1568	6,3368	0,12	1,91	13,01	13,19
Euro (BC) - (US$/€)	1,0886	1,0890	-0,22	1,66	-1,48	-2,73
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	429,5205	429,5669	-2,04	3,24	33,63	41,04
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.400,42	-1,82	3,26	16,23	21,38
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.415,80	-2,07	3,79	17,14	22,12

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	19/07/24	18/07/24	No fim de jun/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	164.760,05	164.884,69	158.096,12	173.997,89	-0,08	4,22	-5,31
Valor-Coppead Mínima Variância	99.784,23	100.094,56	95.968,24	93.533,91	-0,31	3,98	6,68

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 19/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 19/07/24

Índice	19/07/24	18/07/24	Em 28/06/24	Em 29/12/23	Em 19/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	182,88	184,59	183,93	165,54	158,63	-0,93	-0,57	10,48	15,29
S&P BNY Emergentes	350,04	356,57	353,54	312,75	305,31	-1,83	-0,99	11,92	14,65
S&P BNY América Latina	193,04	192,74	189,48	225,28	206,38	0,15	1,88	-14,31	-6,47
S&P BNY Brasil	189,64	189,47	186,15	232,95	204,89	0,09	1,87	-18,59	-7,44
S&P BNY México	304,22	304,03	294,86	331,67	328,33	0,06	3,17	-8,28	-7,34
S&P BNY Argentina	222,72	217,93	230,09	178,27	157,90	2,20	-3,20	24,94	41,05
S&P BNY Chile	140,83	140,94	137,44	162,12	189,17	-0,08	2,46	-13,13	-25,55
S&P BNY Índia	3.070,06	3.125,12	3.032,46	2.923,01	2.957,68	-1,76	1,24	5,03	3,80
S&P BNY Ásia	217,55	221,41	219,12	189,60	183,46	-1,74	-0,72	14,74	18,58
S&P BNY China	306,45	308,46	302,10	336,11	338,12	-0,65	1,44	-8,82	-9,37
S&P BNY África do Sul	212,46	216,06	200,45	199,87	233,99	-1,66	5,99	6,30	-9,20
S&P BNY Turquia	38,19	38,28	34,29	22,45	20,11	-0,25	11,35	70,07	89,92

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	0,5713	0,8097

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 19/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.616	-0,03	2,99	-4,90	8,56
IBrX	53.970	-0,04	3,02	-4,39	9,21
IBrX 50	21.483	0,09	3,01	-3,30	10,82
IEE	89.656	-1,41	1,55	-5,58	0,31
SMLL	2.082	-0,18	3,92	-11,51	-7,45
ISE	3.505	-0,23	3,62	-6,89	0,06
IMOB	888	0,28	5,71	-12,09	-5,11
IDIV	9.003	-0,56	2,72	-0,78	15,89
IFIX	3.392	0,27	1,33	2,42	6,84
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.976	-0,25	3,08	-17,10	-6,18
IBrX	9.717	-0,27	3,11	-16,67	-5,62
IBrX 50	3.868	-0,14	3,09	-15,72	-4,23
IEE	16.142	-1,64	1,63	-17,70	-13,31
SMLL	375	-0,42	4,01	-22,87	-20,02
ISE	631	-0,46	3,71	-18,84	-13,53
IMOB	160	0,05	5,80	-23,38	-18,00
IDIV	1.621	-0,79	2,81	-13,51	0,15
IFIX	611	0,04	1,41	-10,72	-7,67

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 19/07/24	Spread 18/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	407	406	1,0	4,0	62,0
África do Sul	320	325	-5,0	-7,0	-6,0
Argentina	1.583	1.583	0,0	128,0	-324,0
Brasil	229	232	-3,0	-2,0	34,0
Colômbia	317	313	4,0	11,0	52,0
Filipinas	76	80	-4,0	8,0	18,0
México	189	187	2,0	3,0	22,0
Peru	102	107	-5,0	0,0	0,0
Turquia	248	252	-4,0	-5,0	-28,0
Venezuela	18.068	17.967	101,0	-501,0	-6.024,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	09/07/24	359.262
dez/23	355.034	10/07/24	359.695
jan/24	353.563	11/07/24	361.230
fev/24	352.705	12/07/24	361.413
mar/24	355.008	15/07/24	361.731
abr/24	351.599	16/07/24	361.913
mai/24	355.560	17/07/24	362.230
jun/24	357.827	18/07/24	362.317

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	19/07/24	18/07/24	17/07/24	16/07/24	15/07/24	12/07/24
Índice	2.127,30	2.125,66	2.132,27	2.133,99	2.131,39	2.133,39
Var. no dia	0,08%	-0,31%	-0,08%	0,12%	-0,09%	-0,03%
Var. no mês	0,96%	0,88%	1,19%	1,28%	1,15%	1,25%
Var. no ano	3,01%	2,93%	3,25%	3,33%	3,21%	3,30%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 19/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,2900	36,3600	0,15270	0,15310
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5537	5,5543
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4810	36,5724	0,1519000	0,1523000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7945	0,8097
Colon (Costa Rica)	524,4750	535,0000	0,010380	0,010590
Coroa (Dinamarca)	6,8530	6,8536	0,8103	0,8105
Coroa (Islândia)	137,3300	137,6500	0,04035	0,04044
Coroa (Noruega)	10,8985	10,9025	0,5094	0,5096
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1540	23,1690	0,2397	0,2399
Coroa (Suécia)	10,6776	10,6803	0,5200	0,5202
Dinar (Argélia)	133,9390	135,2790	0,04105	0,04147
Dinar (Kuwait)	0,3055	0,3063	18,1316	18,1810
Dinar (Líbia)	4,8112	4,8335	1,1490	1,1545
Direitos Especiais de Saque ***	1,3258	1,3258	7,3631	7,3639
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6731	1,5120	1,5123
Dirham (Marrocos)	9,8407	9,8457	0,5641	0,5644
Dólar (Austrália)***	0,6692	0,6694	3,7165	3,7180
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5537	5,5543
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7315	2,7797
Dólar (Canadá)	1,3724	1,3728	4,0455	4,0471
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6511	6,7325
Dólar (Cingapura)	1,3444	1,3452	4,1285	4,1314
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5537	5,5543
Dólar (Hong Kong)	7,8103	7,8106	0,7110	0,7112
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6015	0,6019	3,3406	3,3431
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7555	6,8260	0,8136	0,8222
Euro (Comunidade Européia)***	1,0886	1,0890	6,0458	6,0486
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0515	3,1125
Franco (Suíça)	0,8883	0,8884	6,2514	6,2527
Guarani (Paraguai)	7563,5800	7569,8100	0,0007337	0,0007343
Hryvnia (Ucrânia)	41,4400	41,5400	0,1337	0,1340
Iene (Japão)	157,3800	157,3900	0,03529	0,03529
Lev (Bulgária)	1,7957	1,7969	3,0907	3,0931
Libra (Egito)	48,2000	48,3000	0,1150	0,1152
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2921	1,2922	7,1759	7,1773
Naira (Nigéria)	1585,0000	1665,0000	0,00334	0,00350
Lira (Turquia)	33,0530	33,0570	0,1680	0,1680
Novo Dólar (Taiwan)	32,7860	32,8160	0,16920	0,16940
Novo Sol (Peru)	3,7367	3,7414	1,4844	1,4864
Peso (Argentina)	924,7400	924,7600	0,00601	0,00601
Peso (Chile)	944,7800	945,5800	0,005873	0,005879
Peso (Colômbia)	4034,6600	4038,4100	0,001375	0,001377
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2314	0,2314
Peso (Filipinas)	58,4000	58,4200	0,09507	0,09511
Peso (México)	17,9668	17,9773	0,3089	0,3091
Peso (Rep. Dominicana)	58,8300	59,4300	0,09345	0,09441
Peso (Uruguai)	40,2800	40,3200	0,13770	0,13790
Rande (África do Sul)	18,2592	18,2662	0,3040	0,3042
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,4806	1,4808
Rial (Irã)	42025,0000	42105,0000	0,0001319	0,0001322
Ringgit (Malásia)	4,6850	4,6900	1,1842	1,1855
Rublo (Rússia)	87,8955	87,9045	0,06318	0,06319
Rúpia (Índia)	83,6980	83,7530	0,06631	0,06636
Rúpia (Indonésia)	16185,0000	16195,0000	0,0003429	0,0003432
Rúpia (Paquistão)	278,0000	279,0000	0,01991	0,01998
Shekel (Israel)	3,6366	3,6566	1,5188	1,5273
Won (Coréia do Sul)	1389,4000	1389,7700	0,003996	0,003998
Yuan Renminbi (China)	7,2695	7,2698	0,7639	0,7641
Zloty (Polônia)	3,9357	3,9393	1,4098	1,4113

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2404,92	0,01293	429,5205	429,5669

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	19/07/24	18/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.287,53	40.665,02	-0,93	2,99	6,89	14,91	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.522,62	19.705,09	-0,93	-0,81	16,03	23,36	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.726,94	17.871,22	-0,81	-0,03	18,09	23,46	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.505,00	5.544,59	-0,71	0,82	15,41	20,57	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.690,39	22.726,76	-0,16	3,72	8,26	10,73	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	53.678,52	53.160,86	0,97	2,36	-6,46	-0,11	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.367,69	1.364,48	0,24	-0,96	14,43	16,52	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	85.263,19	84.382,19	1,04	8,35	47,43	128,86	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.558,68	6.576,70	-0,27	2,26	5,82	3,77	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.667,09	29.593,39	0,25	-0,77	14,28	28,55	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.569.018,70	1.528.790,66	2,63	-2,62	68,77	246,20	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.481,59	1.492,88	-0,76	-0,18	6,17	7,54	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.171,93	18.354,76	-1,00	-0,35	8,48	12,81	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.534,52	7.586,55	-0,69	0,74	-0,11	2,83	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.215,84	34.529,13	-0,91	3,20	12,73	19,17	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.983,85	4.003,52	-0,49	2,49	7,45	6,20	3.290,68	4.040,06
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.700,86	2.655,43	1,71	-6,47	18,28	33,83	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.087,50	11.147,50	-0,54	1,31	9,75	17,31	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.464,39	1.457,74	0,46	4,28	13,24	9,97	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	907,31	916,04	-0,95	-1,79	15,31	17,07	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.940,89	72.899,65	0,06	1,17	20,32	38,51	52.662,59	72.940,89
Polônia	Varsóvia	WIG	85.852,44	86.413,16	-0,65	-3,12	9,42	19,85	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.802,60	6.789,09	0,20	4,98	6,35	11,31	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.076,63	1.068,51	0,76	-7,09	-0,63	6,06	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.570,63	2.597,79	-1,05	0,05	7,19	14,98	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.173,44	12.247,61	-0,61	1,50	9,30	9,47	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	11.156,20	11.139,46	0,15	4,77	49,34	69,77	6.571,28	11.156,20
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.045,33	-	5,02	9,04	6,48	1.608,42	2.064,80
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.922,67	80.334,25	-0,51	0,27	3,94	3,69	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.063,79	40.126,35	-0,16	1,21	19,72	21,79	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.209,20	8.272,70	-0,77	2,44	4,85	8,90	6.960,20	8.303,50
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.610,07	1.604,59	0,34	-0,49	-12,39	-20,96	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.982,31	2.977,13	0,17	0,50	0,25	-6,77	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.795,46	2.824,35	-1,02	-0,08	5,28	7,18	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.417,68	17.778,41	-2,03	-1,70	2,17	-8,10	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.604,65	81.343,46	-0,91	1,99	11,58	20,13	63.148,15	81.343,46
Indonésia	Jacarta	JCI	7.294,50	7.321,07	-0,36	3,27	0,30	6,80	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.317,14	1.324,76	-0,58	1,24	-6,97	-14,28	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.869,26	23.398,47	-2,26	-0,71	27,54	33,61	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 053/2024 – EDITAL 055/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA ATENDER AS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS PELO PERÍODO DE 12 MESES – CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 23/07/2024 até 02/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 02/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 22/07/2024. Ituverava-SP, 19 de julho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta

CNPJ n° 02.998.611/0001-04 - NIRE n° 35.3.0017057-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04 de Julho de 2024

Data, Hora e Local: Realizada em primeira convocação no dia 04/07/2024, às 10h, na sede social da Companhia, localizada em SP/SP. **Convocação:** Editais de Convocação publicados, nos termos do inciso I, do artigo 289, da Lei das SAs no Jornal Valor Econômico, 05, 06 e 07/06/2024, com divulgação simultânea na página do mesmo jornal na *internet,* certificados digitalmente http://valor.globo.com/ valor-ri/. **Mesa:** Presidente: Carlos José da Silva Lopes; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Presenças:** 89,50% dos acionistas ordinaristas e 1,28% dos acionistas preferencialistas, conforme constante no Livro de Presença de Acionistas. A Companhia recebeu, ainda, 25.106.829 votos a distância, equivalente a 9,73%, dos acionistas ordinaristas. Em atendimento à Resolução da CVM n° 81/2022, o Presidente da Mesa leu o mapa de votação sintético consolidado e disponibilizou para consulta dos acionistas presentes na assembleia. **Deliberação:** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, nos termos do inciso I, do artigo 122, da Lei das SAs, a alteração do artigo 22 e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação abaixo transcrita: ***"Artigo 22.*** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 4 (quatro) Diretores Executivos sem designação específica, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas pela Lei e por este Estatuto Social. **§ 1° -** Os membros da Diretoria podem ser brasileiros ou estrangeiros, residentes ou não no País, acionistas ou não, e poderão ser nomeados e destituídos a qualquer momento pelo Conselho de Administração. **§ 2º -** A indicação de membros à Diretoria deverá levar em consideração critérios de (i) complementariedade de experiências; e (ii) diversidade. **§ 3º -** Os honorários e demais vantagens dos membros da Diretoria serão fixados de forma global pela Assembleia Geral e de forma individual pelo Conselho de Administração. **§ 4º -** Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração no ato de suas respectivas eleições, ressalvada a competência do Diretor Presidente de fixar-lhes outras atribuições não conflitantes. **§ 5º -** Dentre os membros da Diretoria Executiva, deverá ser atribuída a função de Relações com Investidores. **§ 6º -** Na eleição de novo membro da Diretoria Executiva, ou de substituto, na hipótese de vacância, o término de mandato será coincidente com o dos demais membros eleitos." Ratificam-se os demais artigos do Estatuto Social da Companhia, incorporando a alteração supra. **Documentos Arquivados na sede da Companhia:** A mesa registra o arquivamento dos boletins de voto a distância, dos mapas de votação sintético e consolidado. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do Artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Carlos José da Silva Lopes, Presidente. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti, Secretária. ISA Capital do Brasil S.A., representada por seu procurador Carlos José da Silva Lopes. **JUCESP** nº 264.213/24-5 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PROGRESSISTAS, ÓRGÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Retificação de Edital de Convocação da Convenção Municipal

O Presidente do **Órgão Municipal do Progressistas de São Paulo,** vem **Retificar a Data da Convenção Municipal publicada neste jornal no dia 18 de Julho de 2024** que seria realizada em 22 de Julho de 2024 às 20:00 horas, de forma presencial, na Rua Groelândia, nº 352, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 13339-410, para o dia 29 de Julho de 2024 às 14:00 horas no mesmo local. São Paulo, 19 de Julho de 2024 **Fausto Ruy Pinato -** Presidente.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

COMPANHIA ABERTA

DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ/MF Nº 22.266.175/0001-88 - NIRE 32.3.000.2794-6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 03 de agosto de 2023, às 8h, na sede social da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Paulínia, Estado do São Paulo, na Avenida Irene Karcher, 620 – Bairro Betel, CEP 13.148-906. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, por videoconferência, nos termos dos artigos 14 e 17 do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA:** A Reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Donal Mathews Lambert, e secretariada pela Sra. Marissol Sapatel. **4. ORDEM DO DIA**: (i) tomar conhecimento das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2023; (ii) ratificar a renúncia da Sra. Michelle Gonçalves de Aguiar da Silva Araújo, brasileira, casada, psicóloga, inscrita no CPF/MF sob o nº 076.966.947-66, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ao cargo de Diretora Administrativo da Companhia; e (iii) deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) Apreciaram as Demonstrações Financeiras trimestrais relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2023; (ii) Ratificaram a renúncia apresentada, nesta data, pela Sra. **Michelle Gonçalves de Aguiar da Silva Araújo**, brasileira, casada, psicóloga, inscrita no CPF/MF sob o nº 076.966.947-66, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ao cargo de Diretora Administrativo da Companhia, ficando a posição momentaneamente vaga; e (iii) Aprovaram, por unanimidade, a reeleição, para o mandato de 02 (dois) anos, encerrando-se quando da realização da segunda assembleia geral ordinária subsequente à presente data, nos termos do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, dos seguintes Diretores: (a) Sr. **Julio Enrique Varela Gubitosi**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 234.834.598-63, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Controladoria, Comercial e Diretor Presidente Interino; (b) Sr. **Nicolas Matheus Cereza,** brasileiro, casado, engenheiro químico, inscrito no CPF/MF sob nº 036.415.929-41, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor de Suprimentos e Logística; e (c) Sr. **Augusto Cesar Gomes de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito no CPF sob o nº 081.995.016-50, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor de Operações. Registrar que os Diretores acima qualificados aceitam o cargo para os quais foram reeleitos e cada um declara expressamente, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Os Diretores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse lavrados em livro próprio. **6. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7. MESA:** Donal Mathews Lambert - Presidente; Marissol Sapatel - Secretária. **CONSELHEIROS:** Donal Mathews Lambert, Dmitry Boldyrev, Gustavo Bastide Horbach, Olga Plevako, Daniil Sergunin, Flávio César Maia Luz e Antonio Donizetti Rubbo. **8. CERTIDÃO:** Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Paulínia/SP, 03 de agosto de 2023. **Donal Mathews Lambert -** Presidente; **Marissol Sapatel** - Secretária. JUCESP sob nº 265.439/24-3 em 16/07/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00341572842024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90044/2024.
Nº Processo: 024.00053429/2024-06.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 07 (sete).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 22/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 23/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/08/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00341617372024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90118/2024.
Nº Processo: 024.00063823/2024-44.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial e Demandas Administrativas.
Total de Itens Licitados: 14 (quatorze) itens.
Valor Total da Licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 22/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 23/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/08/2024 às 13h30minw no site: www.gov.br/compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CURITIBA

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 63/2023 – SMMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 01-054.561/2023
AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR Nº 1159/2024 - SMMA

Processo remanescente do ano de 2023 – Lei Federal nº 8666/1993.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA PÚBLICA, À SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES.

A Comissão Especial de Licitação, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Município de Curitiba - CEL/SMMA, Portaria nº 65, comunica a quem interessar possa que o certame licitatório em epígrafe, agendado para a data de 19/07/2024, às 10h00min – Horário de Brasília; está suspenso por prazo indeterminado, a partir do presente comunicado, tendo em vista a determinação de suspensão do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.

O aviso de republicação do edital, com nova data e hora para a sessão de licitação, será comunicado em Diário Oficial, Jornal de grande circulação, nos links: Portal de Licitações - http://consultalicitacao.curitiba.pr.gov.br:9090/ConsultaLicitacoes/; Portal da Transparência – https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/Sgp/Licitacoes-Detalhes.aspx?id=218905

Comissão Especial de Licitação, em, 18/07/2024
Presidente - CEL-SMMA - Portaria nº 65/2023-SMMA

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

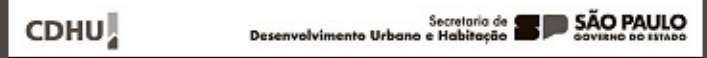
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 836/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90836/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.251.146-1. **OBJETO:** Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo X: Drenados - ervilha em conserva, milho verde em conserva e seleta de legumes (batata, cenoura e ervilha), destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (dividido em 03 lotes). **VALOR MÁXIMO:** R$ 19.573.320,00 (Dezenove milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e vinte reais). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 01 de agosto de 2024, às 08:30** (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br **INFORMAÇÕES:** (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA:** 12/07/2024. Comissão de Contratação.

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

PG 10.47.034 – Licitação nº 034/2022 – Contratação de empresas ou consórcio de empresas para prestação de serviços técnicos especializados, mediante atividades de consultoria, assessoria e execução de ações que contemplem as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e administrativas, inerentes ao processo de regularização fundiária urbana (Reurb), visando atender às necessidades derivadas do Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais "Cidade Legal", instituído por meio do Decreto Estadual nº 52.052/07 e alterado pelo Decreto Estadual nº 56.909/11, e da regularização fundiária urbana de áreas e de conjuntos habitacionais da CDHU. O novo edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 23/07/2024 – Esclarecimentos até 17/09/2024 – Abertura: 24/09/2024 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 11ºandar bloco 03 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

COMUNICADO

Despacho Senhor Coordenador CGA 11/07/2024.
024.00067212/2024-75.
INTERESSADO: Grupo de Informática em Saúde.
ASSUNTO: Fornecimento do Software MapInfo Professional.

Trata da Contratação de Empresa visando o fornecimento do Software MapInfo Professional, conforme solicitação Documento de Formalização de Demanda 62/2024 (DFD) 0028446994.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0033318271, considerando o valor estimado da contratação pretendida **referente à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 15/2024,** de acordo com o artigo 74, da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como **AUTORIZO** o pagamento de despesas com serviço de fornecimento do Software MapInfo Professional, por intermédio da **GEOGRAPH INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ 68.154.467/0001-20, no valor total de **R$ 113.400,00 (cento e treze mil e quatrocentos reais).**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00341572842024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90039/2024.
Nº Processo: 024.00052909/2024-41.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 09 (nove).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 22/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 23/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/08/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.012/2024 – Processo Administrativo: 20240182245 - (UASG: 925162) – Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Antimicrobianos – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 02/AGOSTO/2024, às 10h00min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 19 de Julho de 2024.
Marcos Freire Bezerra – Agente de Contratação da SEMAD/PMN

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

CNPJ/MF nº 00.001.180/0001-26 - NIRE 33.3.00346767

CERTIDÃO

Ata da Milésima Décima Nona Reunião do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Certifica-se, para os devidos fins, que a 1019ª reunião do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia" ou "Eletrobras") foi instalada às 18h00min do vigésimo nono dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, conforme convocação feita pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de correspondência eletrônica, nos termos do artigo 25, §4º, do Estatuto Social da Companhia. A reunião transcorreu na Avenida Graça Aranha, n.º 26, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Assumiu a presidência dos trabalhos o Conselheiro Vicente Falconi Campos (VFC). Os Conselheiros Ana Silvia Corso Matte (ASM), Felipe Villela Dias (FVD), Ivan de Souza Monteiro (ISM), Marisete Fátima Dadald Pereira (MFP), Daniel Alves Ferreira (DAF), Pedro Batista de Lima Filho (PBL), Marcelo Gasparino da Silva (MGS) e Marcelo de Siqueira Freitas (MSF) participaram da reunião. Não houve registro de ausência à reunião, assim compreendida como a não participação em nenhum segmento do conclave. O concílio foi secretariado pelo Governance Officer Bruno Klapper Lopes (BKL). **Quóruns de Instalação e de Deliberação**: Conforme prescreve o artigo 25, caput, do Estatuto Social da Eletrobras, as deliberações deste conclave devem ocorrer na presença da maioria de seus membros, e suas deliberações devem ser tomadas, como regra geral, pela maioria dos presentes, excetuados os casos de quórum qualificado retratados no artigo 26 do Estatuto Social. A reunião foi instalada com a presença de 9 (nove) membros, em observância ao quórum mínimo de instalação de cinco membros, e com quórum mínimo para tomada de deliberações de cinco membros, exceto nos casos em que houver registro explícito de alteração do quórum de presentes à ocasião da deliberação. A declaração prévia de conflito de interesses por parte do Conselheiro e/ou sua ausência momentânea do conclave acarretam sua subtração para fins do cômputo do quórum mínimo de deliberação respectivo. **DEL 096, de 29.05.2024. Delegação de poderes para lançamento e precificação da oferta de ações preferenciais de emissão da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista detidas pela Eletrobras. Complementação à deliberação DEL 179, de 31.10.2023.** O Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no exercício de suas atribuições, consubstanciado no material de suporte e na exposição do relator, Deliberou complementar a deliberação DEL 179, de 31.10.2023 para: 1. Delegar poderes ao Presidente Ivan de Souza Monteiro, ao Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios Elio Wolff e ao Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores Eduardo Haiama para o lançamento e precificação da Oferta das Ações da ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, detidas pela Eletrobras, com o volume de até 161.490.802 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e noventa mil, oitocentos e duas) ações. 2. Determinar que a Vice-Presidência Executiva de Estratégia e de Desenvolvimento de Negócios ("VED") adote as providências necessárias ao cumprimento desta Deliberação. Quórum de aprovação: Unanimidade. **Encerramento e lavratura:** Fica registrado que o material pertinente aos itens deliberados na presente Reunião do Conselho de Administração encontra-se arquivado na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar sobre a **DEL-096/2024**, o Presidente VFC deu por encerrados os trabalhos correlatos e determinou ao Secretário de Governança a lavratura desta Certidão que, após lida e aprovada, vai assinada pelo mesmo Secretário. As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "caput" do artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no § 1º do artigo 142 da citada Lei. Presentes os Senhores: Presidente Vicente Falconi Campos; Conselheiros Ana Silvia Corso Matte (ASM), Felipe Villela Dias (FVD), Ivan de Souza Monteiro (ISM), Marisete Fátima Dadald Pereira (MFP), Daniel Alves Ferreira (DAF), Pedro Batista de Lima Filho (PBL), Marcelo Gasparino da Silva (MGS) e Marcelo de Siqueira Freitas (MSF); Governance Officer: Bruno Klapper Lopes; Secretário de Governança: Fernando Khoury Francisco Junior. A presente certidão é lavrada e assinada por mim, Fernando Khoury Francisco Junior, Secretário de Governança da Eletrobras. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2024. Fernando Khoury Francisco Junior - Secretário de Governança. JUCERJA nº 6350150 em 18/07/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00341610452024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90117/2024.
Nº Processo: 024.00063832/2024-35.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial e Demandas Administrativas.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor total da Licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 22/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 23/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/08/2024 às 13h30min no site: www.gov.br/compras.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90089/2024,** referente ao processo nº **024.00088204/2024-62,** objetivando a **Aquisição de cadeira de rodas motorizada em atendimento à demanda judicial** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 05/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 22/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

INÊS 249

Entrevista Patrick Pereira, gestor da Legacy, vê oportunidades em shoppings, consumo e varejo, transportes e utilidade pública

'Bolsa tem ação que pode subir 50% e ainda será barata'

Matheus Prado
De São Paulo

Diante de um posicionamento técnico mais equilibrado após as altas recentes da bolsa, a gestora Legacy aguarda mais detalhes sobre a sinalização fiscal do governo para determinar se o rali poderá continuar no curto prazo, afirma Patrick Pereira, gestor de ações da casa, ao **Valor**. Mesmo assim, ele ainda vê potencial para recuperação considerável de alguns papéis e prioriza ações de shoppings, consumo e varejo, transportes e utilidade pública.

"Se o investidor tem possibilidade de ficar comprado por um, dois anos, vai encontrar empresas excelentes negociando a 10 vezes o lucro, que já estariam baratas com preço/lucro de 15 vezes. Ou seja, temos hoje ações na bolsa que, para ficarem baratas, precisam subir 50%", diz.

Leia abaixo os principais trechos da entrevista do gestor:

Valor: *A recuperação da bolsa foi justificada? Estavam posicionados?*

Patrick Pereira: Olhamos para três coisas na análise de ativos: preço, fundamento e posicionamento técnico. A bolsa estava com os melhores preços dos últimos 15 anos e o mercado estava leve, já que o investidor estrangeiro estava vendendo e o local não comprava. Em termos de fundamento, as empresas estavam, em linha geral, bem, enquanto o cenário macro local era incerto. Entendemos, no fim de maio, que essa era uma combinação de fatores muito forte, que indicava comprar bolsa. O mercado balançou bastante em junho, mas o investidor estrangeiro voltou a comprar e a bolsa começou a subir, mesmo quando o dólar tocou no patamar de R$ 5,70. Ou seja, estava muito leve mesmo. Agora o posicionamento técnico é um pouco mais equilibrado, mas o saldo do estrangeiro ainda é amplamente negativo em 2024, então podem continuar recomprando. Ainda estamos com posição direcional comprada, priorizando shoppings, consumo e varejo, transportes e utilidade pública, mas distantes do nível máximo de exposição à classe. Até reduzimos um pouco nas últimas semanas, aguardando mais definições sobre o macro local.

Valor: *Quais definições?*

Pereira: No curto prazo, existe incerteza no Brasil sobre as políticas fiscal e monetária. Temos o Poder Executivo de um lado, querendo gastar mais, e o Banco Central do outro, tendo que domar a inflação e as expectativas de inflação do mercado. O canal de comunicação que todo mundo entende é o câmbio. Se o câmbio dispara, a gente tem uma alta da inflação, tem que subir os juros e é ruim para todo mundo. Quanto mais organizado o país estiver, menos o câmbio será afetado, mais estabilidade haverá nas expectativas de inflação e os juros acalmam. Foi exatamente isso que aconteceu no início de julho e é isso que vai definir se vamos ter uma sustentabilidade do rali que vimos nos últimos dias. No médio prazo, o foco tende a ser em teses domésticas, que estão muito descontadas. Se o investidor tem possibilidade de aguentar um, dois anos, vai encontrar empresas excelentes negociando a 10 vezes lucro, que já estariam baratas com preço/lucro de 15 vezes. Temos hoje ações na bolsa brasileira que, para ficarem baratas, precisam subir 50%.

Valor: *A bolsa brasileira está tão barata assim?*

Pereira: Não é difícil encontrar na bolsa empresas excelentes com os múltiplos mais baixos dos últimos 15 anos. Cada ativo tem sua história, claro, mas até cases mais simples, como o setor de shoppings, em que não há incerteza tão grande sobre o lucro das empresas, os preços estão bem deprimidos. Estamos bem alocados nessa parte da bolsa, de empresas domésticas de alta qualidade e com múltiplo baixo. Acredito, por outro lado, que alguns papéis sensíveis ao câmbio exageraram nos ganhos recentes, como o setor de frigoríficos. Nesse caso, eu não gosto de estar posicionado. Mesmo que o câmbio volte a andar, a assimetria não parece boa. Mas há outras, nos setores de papel e celulose, siderurgia e energia que gostamos. São casos em que o micro é atrativo e o preço está ok, e consequentemente equilibram o portfólio na questão cambial. Também gostamos de alguns setores defensivos, como shoppings e utilidade pública, a depender da empresa. E estamos neutros em bancos.

Valor: *Esperam mudanças relevantes nos lucros das empresas em relação às expectativas do início deste ano?*

Pereira: Algumas empresas são expostas ao câmbio, nessas a perspectiva de lucro melhorou bastante. Outras são mais alavancadas, sofrem com uma queda menor dos juros. Olhando para o Ibovespa como um todo, não sentimos revisão negativa até aqui. Trabalhando com um cenário de Selic parada em 10,5%, que não é necessariamente o que acreditamos que vai acontecer, as empresas aguentam. Também é importante mencionar, por outro lado, que estamos com taxa de desemprego baixa e consumo ainda resiliente, especialmente o consumo de alta renda, o que pode se refletir nos balanços.

Valor: *O mercado americano está tirando liquidez de países emergentes e do Brasil?*

Pereira: A gente conversa com investidores estrangeiros e um dos riscos atuais para mercados emergentes, inclusive o brasileiro, é ficar irrelevante no contexto global. Mesmo com ativos descontados, tem uma chance de o estrangeiro nem olhar mais, ainda mais em um cenário em que empresas de tecnologia estão indo muito bem, sugando liquidez. Acreditamos que o movimento já foi exagerado, mas ainda é cedo para dizer que acabou, apesar da correção recente. O fundamento das empresas americanas ainda está muito bom. O lucro é crescente, a demanda é crescente, não é um trem que a gente vê descarrilando. O preço é alto mesmo e o técnico é pesado, mas o fundamento é muito forte. É o contrário do Brasil nesse sentido. Temos uma exposição à bolsa americana, com equipe e carteira próprias, e gostamos muito também dos setores de tecnologia e biotecnologia.

Valor: *A baixa liquidez do mercado tem afetado suas decisões de investimento?*

Pereira: Houve uma mudança focada na questão de preço. Gostamos de algumas empresas para o longuíssimo prazo e carregamos essas empresas há bastante tempo. Quando o preço de uma empresa muito líquida, muito boa, testada na bolsa há 20 anos, vai para 10 vezes lucro, e eu tenho essa outra empresa testada há menos tempo, também a 10 vezes lucro, eu naturalmente vou fazer a minha alocação maior na empresa mais consolidada e com maior liquidez. Não vendemos as posições em empresas menores, mas, no momento, não é preciso ir para as empresas de menor capitalização para conseguir excelentes retornos.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Um dos riscos atuais para emergentes, inclusive o Brasil, é ficar irrelevante no contexto global"
Patrick Pereira

Porto Asset separa equipes de gestão e acaba com área de ações

Liane Thedim
Do Rio

A Porto Asset vai separar as áreas de gestão de fundos com recursos de terceiros, que a empresa chama de "gestão ativa", e do Grupo Porto. Em setembro, a equipe que administra investimentos vindos de fora do grupo vai ocupar um escritório na Faria Lima. Atualmente, a gestora tem R$ 32 bilhões sob administração, sendo R$ 9 bilhões de terceiros, vindos de pessoas físicas via plataformas digitais e de fundos de pensão.

Além disso, após mais um período de condições difíceis no mercado de ações, a gestora reestruturou sua área de renda variável e em junho deixou de ter uma célula de ações, cuja cobertura passou ao guarda-chuva do time de multimercados. O time que trabalhava na análise de empresas na bolsa foi realocada na área de crédito privado.

"A alocação em renda variável está em patamar muito baixo pelas condições macroeconômicas, mas acreditamos que o pêndulo de aversão a risco vai mudar de direção e também devemos aumentar nossa carteira", disse Izak Benaderet, diretor-executivo de investimentos da Porto Asset.

Como parte do processo, fez uma parceria estratégica com a SFA Investimentos, gestora independente especializada em ações, e teve um aporte de R$ 200 milhões em seus fundos. O montante corresponde a mais da metade do que havia em renda variável na casa e deu origem ao Porto SFA FIC FIA, um fundo já existente que foi renomeado, e à criação de um fundo institucional, o Porto SFA Institucional FIC FIA, que deu início também ao processo de reformulação do atendimento a fundos de pensão da Porto Asset.

Benaderet explica que o Grupo Porto tem regras rígidas de alocação das reservas técnicas de previdência aberta, fechada, consórcios e todas as empresas vinculadas. Por isso, comenta, os fundos são administrados de forma passiva. "Temos fiscalização e regras de ANS, Susep e Previc, não tem como fazer gestão ativa", diz. "Onde há espaço para gestão ativa terceirizamos para o grupo de recursos terceiros." Ele calcula que, dos R$ 23 bilhões sob gestão do grupo, metade permite alguma liberdade na gestão.

O processo de separação começou há dez anos, com a chegada de Benaderet ao cargo. Foi quando a Porto Asset começou a desenvolver produtos para o público em geral e a segregar equipes e sistemas, o que também exigiu massivos investimentos em tecnologia. A empresa planeja agora um incremento na área comercial para aumentar a captação via plataformas, além de investidores institucionais.

O executivo afirma que os investidores estão com grande apetite para fundos de crédito privado com liquidez diária e que tenham ganho acima do CDI. A ideia é lançar novos produtos em crédito privado, entre eles, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs). Segundo ele, no ano passado a gestora tinha quatro fundos e esse ano já abriu mais de dez, mas sempre com a política de investimentos apenas em crédito, com a mais alta avaliação de risco.

Dessa forma, Benaderet pretende lançar um "fundo de FIDCs" para o varejo quando tiver volume dentro de casa suficiente para montar uma carteira diversificada. "Queremos firmar novas parcerias, nos moldes da que temos com a SFA", conclui.

"Pêndulo de aversão a risco vai mudar de direção e devemos aumentar nossa carteira"
Izak Benaderet

GABRIEL REIS/ VALOR

Izak Benaderet, da Porto Asset: aposta em parcerias e crédito privado

Volta ao presencial ajuda FIIs de escritórios?

Consultório financeiro

A volta ao trabalho presencial no pós-pandemia pode ajudar a aquecer o mercado de fundos imobiliários (FIIs) de escritórios?

Stefano Wigner Tremea, CFP, responde:

A pandemia trouxe transformações significativas no mundo do trabalho, com o "home office" emergindo como uma solução prática e eficiente durante os momentos mais críticos de isolamento social. À medida que avançamos para um cenário pós-pandêmico, a demanda pelo trabalho presencial está ressurgindo e, com ela, a expectativa de um aquecimento no mercado de fundos imobiliários (FIIs) de escritórios. Segundo uma pesquisa da Harvard Business Review, 81% dos gestores acreditam que o trabalho em equipe presencial aumenta a colaboração e a inovação, fatores críticos para o crescimento organizacional. Um estudo da Universidade de Stanford também revelou que os funcionários que trabalham presencialmente são 13% mais produtivos em comparação com aqueles que trabalham remotamente. Esse aumento de produtividade é atribuído à redução de distrações domésticas e à maior facilidade de comunicação face a face.

Globalmente, muitas empresas estão adotando modelos híbridos, combinando trabalho presencial e remoto. A tendência de retorno ao escritório é mais clara em certos setores, como serviços financeiros, tecnologia e indústrias criativas. Em cidades como Nova York e Londres, a ocupação dos escritórios está em ascensão, refletindo um movimento de reocupação dos espaços corporativos. No Brasil, a realidade não é diferente. Um estudo realizado pela Cushman & Wakefield em 2023 mostrou que a taxa de vacância de escritórios em São Paulo caiu de 23% para 18% no último ano, indicando um movimento claro de retorno ao trabalho presencial. Outra pesquisa, da Fundação Instituto de Administração, apontou que 68% das empresas brasileiras planejam manter ou aumentar a quantidade de dias de trabalho presencial.

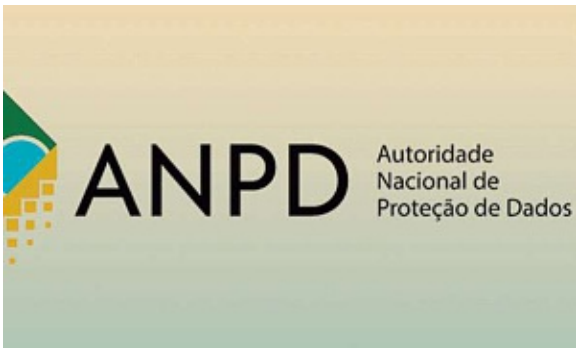
Nesse cenário, os FIIs de lajes corporativas, especializados em propriedades destinadas a escritórios, são diretamente beneficiados. Eles investem em edifícios comerciais de alto padrão, localizados em regiões estratégicas das grandes cidades, que são altamente procurados por empresas em busca de espaços para suas operações. A principal vantagem é a capacidade de gerar renda passiva consistente para os investidores. Esses fundos distribuem, de forma isenta de tributos, 95% dos seus resultados aos cotistas. Ademais, à medida que o mercado imobiliário se recupera e a demanda por escritórios de qualidade aumenta, há um potencial significativo de valorização das cotas desses fundos. A correlação inversa entre taxas de juros e o valor de mercado dos imóveis reforça ainda mais a atratividade. Em um ambiente de juros mais baixos, o custo de financiamento para aquisições e desenvolvimentos imobiliários diminui, incentivando novas construções e reformas, resultando, assim, em uma maior ocupação e aumento dos aluguéis, o que beneficia diretamente o setor.

Embora a volta ao trabalho presencial possa oferecer uma oportunidade de aquecimento desses FIIs, os investidores devem proceder com cautela, pois se trata de um investimento em renda variável. Logo, o retorno não é certo e há riscos envolvidos. A volatilidade, a vacância dos imóveis e, principalmente, a falta de liquidez podem impactar os resultados em ciclos econômicos recessivos. Diversificar os investimentos entre diferentes classes de ativos protege contra perdas significativas e maximiza as oportunidades de ganho, proporcionando um portfólio mais equilibrado e resiliente.

Stefano Wigner Tremea é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: stefano@musacapital.com.br

LGPD
ANPD regula papel do encarregado pelo tratamento de dados pessoais
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Conta de financiamento de infraestrutura e indenização
E2

TRF-1
Alzheimer gera direito à isenção de Imposto de Renda
valor.globo.com/legislacao

Tributário Volume de doações chegou a R$ 599 milhões este ano, superando 2023, segundo a Associação Brasileira de Captadores de Recursos

Entidades filantrópicas garantem imunidade de ITCMD na reforma

Adriana Aguiar
De São Paulo

As instituições sem fins lucrativos conseguiram manter, na regulamentação da reforma tributária, as regras previstas para imunidade de ITCMD — o imposto sobre doações. Havia receio de redução da abrangência desse benefício com a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora segue para o Senado.

A reforma tributária (Emenda Constitucional nº 132), aprovada em dezembro, estabeleceu que o ITCMD não incidirá sobre as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais — observadas as condições estabelecidas em lei complementar.

A ampliação do alcance da isenção de ITCMD é importante para o chamado terceiro setor e pode elevar o volume de doações — hoje as regras para o benefício são estaduais. O Brasil é hoje um dos três únicos países no mundo que ainda taxam esses recursos, ao lado da Croácia e da Coreia do Sul.

Neste ano, segundo a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), o volume de doações já superou o alcançado em todo o ano de 2023. Foram cerca de R$ 599 milhões, segundo o Monitor das Doações, atualizado diariamente pela entidade. Esses recursos vieram de 145 doadores — empresas ou pessoas físicas. Em 2023, foram R$ 479 milhões, por 159 doadores.

> "Houve um exagero na redação inicial do Projeto de Lei Complementar nº 68"
> *Bruno Sigaud*

De acordo com o advogado Eduardo Szazi, do escritório Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, que acompanhou a tramitação do assunto na Câmara dos Deputados, "o texto final foi muito satisfatório para o setor", ao não permitir que direitos já concedidos na reforma fossem restringidos. "Ao não tributar as doações, permite-se que mais dinheiro seja levado para essas causas, que são extremamente relevantes", diz.

O texto original da reforma tributária, lembra o advogado, estava sendo ameaçado pela regulamentação, por meio do PLP 68/2024. Representantes da Fazenda pediram alterações no artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), que rege as doações, para restringir a abrangência do benefício para as entidades sem fim lucrativos.

Hoje, o artigo 14 traz três requisitos para a obtenção de imunidade. O primeiro deles é não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas. O segundo, aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. E o terceiro, manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

O artigo 460 do PLP 68/2024, porém, pretendia criar requisitos adicionais, que acabaram retirados. Constava, por exemplo, que as entidades assistenciais, além de manter a escrituração de suas receitas, deveriam divulgar em seus sites suas demonstrações financeiras anuais. Também estabelecia que essas demonstrações deveriam ser devidamente auditadas por um auditor independente, nos casos em que a receita bruta anual superasse R$ 360 mil.

Para o advogado Bruno Sigaud, a redação original do PLP 68/2024, envolvendo a mudança no artigo 14 do CTN, "era desproporcional à garantia constitucional de vedação à cobrança de impostos sobre o patrimônio e rendas de entidades reconhecidamente assistenciais, uma vez que tentava transferir para a legislação um ônus de fiscalização que é da Fazenda, seja federal, estadual ou municipal".

DIVULGAÇÃO

Advogado Eduardo Szazi: "Ao não tributar as doações, permite-se que mais dinheiro seja levado para essas causas"

Sigaud ainda destaca que a jurisprudência dos tribunais já entende, ao tratar de imunidade, que presume-se que as atividades e bens pertencentes a tais entidades estejam afetados à destinação compatível com seus objetivos e finalidades institucionais, "motivo pelo qual o ônus de produzir qualquer prova em contrário é do ente tributante, e não do contribuinte".

O tributarista acrescenta que não se tem notícia de que a lei tributária estaria sendo corriqueiramente violada pelas organizações da sociedade civil. "O que corrobora com a nossa afirmação de que houve um exagero na redação inicial do PLP 68, já que a ampliação das obrigações de prestar contas, contratar auditores e restringir gastos e movimentações financeiras certamente ofuscaria a imunidade constitucional pretendida."

Mesmo no campo do contencioso, os precedentes não justificariam a mudança, segundo Eduardo Szazi. Ele afirma que fez um levantamento no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre os grandes devedores (acima de R$ 100 milhões). E constatou que dos 6.506 devedores, apenas 79 eram entidades sem fins lucrativos, sendo que 69 eram imunes.

"O contencioso não legitima a alteração do artigo 14 do CTN. Justifica-se restringir liberdades de 250 mil entidades por falhas de apenas nove ao longo de cinco anos? Justifica-se impor novas obrigações a partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil, se apenas 1% dos grandes devedores são entidades sem fins lucrativos? Entendo que não", afirma.

Também houve a tentativa, na primeira versão apresentada do PLP 68, na Câmara dos Deputados, de que fosse determinada a incidência de IBS e CBS sobre as chamadas doações onerosas (casos em que há um direcionamento de onde esses valores devem ser empregados) e empréstimos, o que também abarcaria as filantrópicas.

Caso essa previsão passasse, poderia prejudicar muito o setor, segundo Szazi. Isso porque muitas das doações ocorrem com um propósito específico — como os valores destinados ao Rio Grande do Sul. "Nas doações mais substanciais, a tendência é que as pessoas queiram que sejam revertidas para determinados objetivos. Essa reversão no texto é muito positiva."

O texto agora segue para o Senado nos mesmos termos da Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma tributária. Caso haja alteração pelos senadores, ele volta para a Câmara dos Deputados.

Justiça dispensa publicação de relatório de transparência salarial

Marcela Villar
De São Paulo

Duas entidades empresariais conseguiram liminares que desobrigam empregadores com cem funcionários ou mais de publicar o relatório de transparência e igualdade salarial entre homens e mulheres. A decisão mais recente é do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte, em uma ação movida pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

Essa liminar, dada na quinta-feira, é aplicável a todas as empresas do país, independentemente do setor ou Estado, por ter sido dada em uma ação civil pública. Mas ainda é possível haver questionamentos sobre seu alcance, segundo especialistas, pelo fato de a entidade ter limitações territoriais.

A segunda decisão foi obtida pelo Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Sindimaq), em 26 de junho, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo, e beneficia apenas seus associados.

A obrigação de publicação do relatório de transparência salarial veio com a Lei nº 14.611, de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 11.795, do mesmo ano, e uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a nº 3714/2023. O documento deve ser publicado duas vezes no ano, em março e em setembro.

O relatório é disponibilizado no site do MTE e deve ser replicado no site e redes sociais das empresas. Mas muitas delas entraram com ações individuais na Justiça para não precisar publicar o documento, assim como sindicatos e associações.

De acordo com advogados, os dispositivos infralegais inovam e extrapolam o que foi previsto na Lei nº 14.611, além de desrespeitarem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — nº 13.709, de 2018.

O TRF-6 não chegou, desta vez, a analisar o mérito do pedido da Fiemg — a decisão foi baseada em questões processuais. Os desembargadores, por unanimidade, declararam o tribunal incompetente para julgar o pedido da União de suspensão da antecipação de tutela.

O governo havia conseguido, em decisão anterior, cassar liminar dada pelo desembargador Lincoln Rodrigues de Faria que desobrigava as companhias de publicar o relatório (processo nº 6002520-79.2024.4.06.0000).

A incompetência decorre da cassação da cautelar ter sido determinada pela presidente do TRF-6, Mônica Sifuentes. Segundo o advogado Pedro Henrique Lacerda Miranda Coelho, da Fiemg, que atuou no caso, ela só poderia ter sido anulada por um magistrado de hierarquia superior, como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com isso, voltou a valer a decisão do desembargador Faria. Na visão dele, a publicação dos relatórios traria prejuízo social e econômico "irreversível", colocando em risco direitos fundamentais como a "proteção aos dados pessoais, diretamente relacionado aos direitos da personalidade e à dignidade da pessoa humana".

Isso porque o decreto e a portaria do governo não indicaram como seria a anonimização dos dados dos empregados, portanto, não cumpre "requisitos mínimos de segurança previstos na LGPD". Faria ainda cita a necessidade de garantir os valores constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

No TRF-3, o desembargador Valdeci dos Santos, na decisão em favor da Sindimaq, entendeu pela "extrapolação do conteúdo normativo pelo poder executivo" ao determinar a republicação dos relatórios pelas empresas. Além disso, seria possível ter "a divulgação de informações possivelmente equivocadas ou incompletas, diante da impossibilidade de prévia manifestação das empresas", o que poderia "ensejar danos à imagem" (processo nº 5010500-78.2024.4.03.0000).

DIVULGAÇÃO

> "Obrigação de publicar relatório viola sigilo empresarial"
> *Pedro H. Coelho*

Para Pedro Henrique Lacerda Miranda Coelho, é "louvável" a intenção do Executivo em adotar uma medida de equiparação de salários entre homens e mulheres. No entanto, acrescenta, "nas normas reguladoras, existem vícios pontuais que maculam sua higidez".

Coelho afirma haver uma violação do "sigilo industrial e empresarial". "A partir do momento que se está expondo as faixas salariais da sua folha e de sua equipe, está se expondo um ativo intangível das empresas", diz.

Ele destaca ainda que pode haver situações em que funcionários do gênero masculino e feminino ganhem salários diferentes, "mas por conta da experiência de casa, da função ou do nível de cobrança que se dá de forma diferenciada. E a empresa não tem a oportunidade de justificar isso".

Segundo Isabella Magano, sócia do Pipek Advogados, o governo usa como referência uma lista de cargos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que não reflete a realidade. "Isso por si só já traz distorções, e a CLT permite que se diferencie salário com base na produtividade. São diferenças que não podem ser justificadas pelas empresas e pode se levar a uma presunção indevida de discrepância e discriminação salarial", afirma Isabella, que tem cerca de seis clientes que entraram com ações individuais sobre o tema.

Ela também cita que a publicação do documento é positiva, mas não da forma que está sendo feito. Há uma tendência mundial de exigir esse tipo de relatório, como na União Europeia, acrescenta. "O Brasil perdeu a oportunidade de fazer algo mais rico. Da forma como foi apresentado, com essas distorções e com um modelo único de informação, acabou gerando desconfiança de todo mundo."

Um aprimoramento, diz, seria adotar um modelo semelhante ao da Inglaterra, em que existe a obrigação de publicar o relatório desde 2017 tanto para o setor privado quanto para o público. "Existe um site que diz como o documento deve ser feito, traz informações do que deve conter no relatório e há um espaço para a empresa prestar esclarecimentos", afirma.

A discussão já está no STF, por meio de uma ação proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). O relator é o ministro Alexandre de Moraes (ADI 7612).

Procurada pelo **Valor**, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou não ter sido intimada da decisão do TRF-6. "Tão logo o seja, irá analisar seu teor para definir quais medidas serão adotadas", diz. O MTE não deu retorno até o fechamento da edição.

Conta de financiamento de infraestrutura e indenização

Opinião Jurídica

Christianne D. Ferreira, Rosane M. Lohbauer e Fernando B. Gallacci

A emissão de debêntures incentivadas para infraestrutura cresce em ritmo galopante. Em 2020, foram R$ 27 bilhões arrecadados em ofertas, enquanto 2023 alcançou R$ 67 bilhões. A expectativa é que esses papéis sigam desempenhando importante papel no financiamento da infraestrutura nacional, sobretudo após a nova legislação de debêntures incentivadas e debêntures de infraestrutura, reguladas pela Lei nº 14.801/24 e pelo Decreto nº 11.964/24.

Acontece que a nova regulamentação modificou parte das regras do jogo e estabeleceu o lastro de "despesas de capital" para novas emissões. Isso significa dizer que as debêntures incentivadas e as de infraestrutura apenas podem ser emitidas para financiar as tais "despesas de capital". E quem definirá o que se inclui nessa rubrica são os ministérios setoriais em conjunto com o Ministério da Fazenda, com edições de novas portarias para cada setor.

Mas o que seriam as despesas de capital que irão lastrear emissões das debêntures? O questionamento já gerou discussões notórias sobre a emissão de papéis para financiar o pagamento das outorgas. E após longos debates, o tema parece caminhar com (boas) pernas, haja vista o reconhecimento pelo Ministério dos Transportes, em portaria sob consulta pública, no sentido de que as outorgas constituiriam sim despesas de capital e poderiam ser financiadas pelos papéis de infra.

O financiamento de capex dos projetos, com todas as despesas necessárias à constituição dos ativos de infraestrutura (inclusive despesas com projetos), assim como a aquisição de equipamentos reversíveis, igualmente parece local comum para caracterizar despesas de capitais que permitam emissão de debêntures de infraestrutura e debêntures incentivadas.

A discussão agora está nas indenizações. Quer dizer, seria possível enquadrar indenizações por ativos não amortizados, que o novo contratante precisa pagar ao antigo operador, na qualidade de despesas de capital?

Entendemos que sim, as indenizações que um novo operador deve recolher em favor do operador antigo, como condição de assinatura ou eficácia de novo acordo de parceria, devem ser enquadradas como despesas de capital. E isso porque estar-se-ia alcançando justamente o objetivo dos benefícios buscados para essas espécies de debêntures, fomentando investimentos em ativos de infraestrutura.

A indenização não só é pagamento por capex nos ativos que servem a infraestrutura nacional (reversíveis), como também serve como condição para que um novo operador possa realizar investimentos nos serviços e ativos da infraestrutura brasileira. Isto é, trata-se de elemento que conjuga natureza de outorga e de capex, tornando-se essencial o esclarecimento regulatório de que essas indenizações fazem parte do gênero despesas de capital.

É certo que aqueles "do contra" podem alegar que as indenizações refletem capex de outro projeto, ligado à operação antiga, incapaz de gerar debêntures com benefícios fiscais. Ocorre que esse raciocínio apenas privilegia a forma, deixando de reconhecer que investimento em ativo significa exatamente investimento em infraestrutura.

Mais que isso, o contra-argumento cai por terra quando enfrentada a pergunta do porquê considerar indenizações como despesa de capital seria importante. Por que será?

Inicialmente, destaca-se que tal previsão permite que o mercado privado efetivamente pague por investimentos em infraestrutura, pulverizando o risco de capital para financiar tais ativos.

De outro giro, a medida detém o condão de robustecer os casos de transferência de ativos estressados, como aqueles em processo de relicitação. Nesses projetos é preciso trocar operadores mediante pagamento de indenizações, o que pode ser viabilizado pela adoção de uma estrutura mais eficiente de funding para o próprio empreendimento.

Não fosse tudo isso suficiente, o tema é de extrema relevância para o setor de saneamento básico, principalmente dos serviços de água e esgoto. E isso porque o Novo Marco Regulatório do Saneamento previu uma maior possibilidade de entrada de operadores privados, mediante o pagamento de indenizações aos antigos operadores, caso se identifique investimentos não amortizados. Dificultar uma fonte eficiente de recursos para esse pagamento acaba por minar a previsão de sucessão operacional, prejudicando tanto o operador estatal, como também o investidor privado.

Do lado público há redução do incentivo de investimentos, com vislumbre de litígio para cálculo e recebimento de indenizações, enquanto do lado privado, aumenta-se o custo financeiro de transação para iniciar operações em ativos sob antiga operação estatal.

O saneamento traz particularidade que exige verdadeira atenção das autoridades governamentais, sobretudo porque existem projetos cujo valor de indenização é sobremaneira relevante, às vezes de igual importância ao montante das outorgas e quiçá do capex. E não seria justo ou razoável deixar de permitir o pagamento eficiente desses investimentos via debêntures incentivadas ou de infraestrutura, colocando em risco as metas de universalização.

O momento é oportuno e exige rápida ação pelo governo. É preciso deixar claro o conteúdo das tais despesas de capital, conferindo lastro para emissões que financiem capex, outorga e indenizações. Afinal, há múltiplas razões do porquê a conta de financiamento não pode deixar as indenizações de lado. Espera-se que o tema surja agora nas revisões das portarias das pastas ministeriais.

Christianne Dias Ferreira, Rosane Menezes Lohbauer e Fernando Bernardi Gallacci são, respectivamente, diretora executiva da Abcon Sindicon; sócia-fundadora do SouzaOkawa Advogados; e sócio-fundador do SouzaOkawa Advogados

---

MPF | Ministério Público Federal | Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90022/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 000253/2024-11. Objeto: Aquisição de carpete modular em placas, para manutenções preventivas e preditivas, localizadas nos diversos ambientes internos do edifício-sede da Procuradoria-Geral da República - PGR. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 22/07/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90022-2024. Entrega das Propostas: a partir de 22/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/08/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP
Autarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69
Avenida 8-A nº 360 – Cidade Nova – Rio Claro – SP – CEP: 13506-760
Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211
CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110

Acham-se abertos no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro=SP., os seguintes Processos Licitatórios:

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 016/2024 - **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de desinfecção de reservatórios de água e vistoria técnica, incluindo o fornecimento de produtos químicos e defensivos, utensílios, máquinas e equipamentos, bem como mão de obra qualificada, EPI's e materiais de consumo adequados para o serviço – **Tipo de Licitação** – Menor Preço unitário do item – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 1º/08/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 02/08/2024 as 09h00.

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 017/2024 - **Objeto:** contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e instalação de guarda-corpos nas dependências do DAAE – **Tipo de Licitação** – Menor Preço global – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 05/08/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 06/08/2024 as 09h00.

Editais completos e demais informações encontram-se à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, aba Licitação.

Rio Claro, 17 de julho de 2024

Sergio Luiz Costa Ferreira
Superintendente

ABCB - AMAR BRASIL CLUBE DE BENEFICIOS
C.N.P.J.: 39.911.488/0001-44
RUA FUNCHAL, 538, SALA 163, VILA OLIMPIA, SÃO PAULO/SP, CEP 04551-060

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição		Saldo Atual
ATIVO	R$	2.066.145,88
ATIVO CIRCULANTE	R$	1.365.769,54
DISPONÍVEL	R$	274.467,88
CAIXA	R$	1.886,63
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R$	8.963,74
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	R$	263.617,51
OUTROS CRÉDITOS	R$	1.091.301,66
VALORES A COMPENSAR	R$	409.697,46
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	R$	628.971,79
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	R$	52.632,41
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R$	700.376,34
INVESTIMENTOS	R$	359.976,34
FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS - FII	R$	359.976,34
IMOBILIZADO	R$	340.400,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R$	113.140,00
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	R$	227.260,00
PASSIVO	R$	2.066.145,88
PASSIVO CIRCULANTE	R$	726.944,45
FORNECEDORES	R$	226.686,58
FORNECEDORES	R$	226.686,58
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R$	481.855,90
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	R$	481.855,90
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	R$	18.401,97
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	R$	18.401,97
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	R$	6.133,47
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R$	6.133,47
RECEITAS DIFERIDAS	R$	6.133,47
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R$	1.333.067,96
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R$	1.333.067,96
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R$	1.333.067,96

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R$ 2.066.145,88 (dois milhões e sessenta e seis mil cento e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição		Total
RECEITA BRUTA	R$	82.252.864,92
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	-R$	4.598.369,46
RECEITA LÍQUIDA	R$	77.654.495,46
LUCRO BRUTO	R$	77.654.495,46
DESPESAS OPERACIONAIS	-R$	76.416.265,27
DESPESAS COM VENDAS	-R$	915.708,82
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R$	75.500.556,45
RECEITAS FINANCEIRAS	R$	850,00
RESULTADO OPERACIONAL	R$	1.239.080,19
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	R$	1.239.080,19
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R$	1.239.080,19

SÃO PAULO, 15 de Fevereiro de 2024
Janie Lupianhez Piva - Presidente - CPF - 006.245.178-29
Mauro Palombo Concilio - Contador - CRC - 1SP159491/O-2

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 330 LOTES - DIA: 23.07.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 23.07.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BHGB811BMP218958 - 9BWAG45U6PT036857 - 9BFZF55P8E8051141 - 3C4PFABB4CT251032 - 9BHBG51CAHP690099 - 9BFZH54J7G8332454 - KMHSH81DP8U263475 - 9BWDB09N6AP009990 - JMYXTGA2WCZA01958 - 9BD19515ZG0747034 - 9BFZH54L3K8273669 - 9BD118121A1077904 - 9BGJC69X0FB109111 - 9BD195102E0535505 - 9BWAB05ZX94111107 - 9BWDA05UXAT009336 - 9BD135613A2155959 - 9BD110546A1519804 - 93YLSR7GHAJ318229 - 9BWKA05Z874074062 - 9362LKFW09B003144 - 9C6RG3850R0048061 - 9C6RG5020P0067215 - 99KPCKGMKRM103491 - 9C2KC2200RR635182 - 9C2KD0550DR204892 - 99Z0G2104LR888786 - 9C2NF0610MR000020 - 8AFAR23L7EJ229264 - 9536Y8277FR525455 - WBAPF7108CF104240 - 9BGXF19X04C159762 - 3VWTX21C07M514979 - 93YBSR7RHBJ517617 - 9BFZH55L2H8404145 - 9BGSU19F0BB104936 - 9BGSU19F0BB298605 - 93Y4SRD04GJ930596 - 935CHN6A87B522043 - 9BWAB45Z9E4163717 - 93YRBB002MJ445448 - 95PZBN7KPNB094278 - WDDSJ4DW5HN402211 - 8AJFY29G2F8589236 - 9BGRZ08907G140102 - 8AFPZZFFC8J077316 - 93YLB2R1F6J644888 - 9BD17301A84221184 - 9BGRM69X0BG197488 - 8A1BB8205FL741951 - 9BGSA19E05B114017 - 93HGD18407Z200672 - 9BD17301M94267765 - 9BFZF55A9E8070969 - 9BD11818MG1338103 - 9BFZF55P5E8021613 - 9BD135613A2154015 - 9BR72ZEC488710303 - 9BHBG51CAJP797520 - 9BGTR08W06B111762 - 9BWDB05U8DT108139 - 935FCKFVYCB588108 - 9C2KC2200RR500343 - 9C2KC2210RR029792 - 9C2KC2500PR025349 - 9C2KC2500RR042857 - 9C6RG5010M0079825 - WBAUE7104CE740469 - 94DBFAN17LB108848 - 8BCLDRFJWAG518267 - WBANB51047CN21305 - 9BFZK53A3AB147797 - 9BD19713HL3382066 - 93HFA66308Z230185 - 8AP17206LC2257573 - 9BWKA05Z084113647 - 9BWCA05W77T072514 - 9BGRZ08F0BG249843 - 93YHSR2LAEJ773301 - 9BGXM75G08C726041 - 9BGKT69L0FG195847 - 8AP17201M92027234 - 9BD19515ZG0740348 - 9BGXM75N0AC211540 - 93HGM2560AZ101071 - KMHDC51EBAU175543 - 9BD196271D2057480 - 9BGXL19005C116761 - 9BFZF54P3C8231738 - 8AP372111C6030225 - 93YLM2M3H8J959155 - 3N1DK3CD6CL220863 - 9BD195152E0512273 - 9BFZF55P2E8095006 - 93YBSR7RHBJ697586 - 9BWAA45U9FP079842 - 8AD4CRFJWDG001010 - 9BWAB45Z5H4027928 - 9C2NF0610MR000025 - 8A1LZBW2TEL882238 - 8AGCB48P0AR160095 - 8BCLDRFJWAG524392 - 9BD196272D2094999 - 935CHN6A87B532355 - 9BD372171F4055727 - 936CLYFYYEB039985 - 8BCLDRFJ28G543397 - 93Y5SRF84JJ047373 - 935FCKFV88B545077 - 93Y5SRZ85MJ348801 - 9BD135613A2120125 - 9BFZF55A5C8321130 - 9BGRZ48907G221347 - 9BD11812191062650 - 9BWCA05WX8T185472 - 8BCLCRFJYCG508520 - KNAFE227385571379 - 93HGE6850AZ215942 - 9BWAA05Z3D4004489 - 9BFZE12P068715837 - 9BGSA19908B289903 - 9BGRJ69809G105203 - 9BD195152E0498881 - 9BGXH68X0CC183413 - 9BWAB05U5DP080280 - 9BWKA05ZX64072974 - 93YLSR2VH8J074526 - 8AP196271D4015559 - 9BGRJ69808G224484 - 9BD17164LB5717584 - 9BWDC05W98T205242 - 9BD11818MG1337519 - 9BGTR48W07B146455REM - 9BD17164G85113917 - 93YBSR1RH9J101599 - JSAJTD54V94500289 - 93Y4SRD04FJ486296 - 9BFZF26P788145853 - 9BFZH55L0L8480309 - 9BWKB45U6EP126972 - 9BWDB05W98T029005 - 9BGSU19F0BB203136 - 9BGKR48G0GG302222 - 9BR53ZEC278676720 - KMHJN81DP8U924168 - 9BGSN19N06B174216 - 9BFZE12P658699335 - 9BD13581672023614 - 93HFA65308Z256521 - 8AGSN19909R121609 - 9362MKFWXDB012183 - 9BFZE55PXB8606427 - 935FCN6A85B726961 - 9BD196271C2003851 - 8AFPZZFHA9J220756 - 9BFZH55L8K8239631 - 9BGJC69Z0FB123552 - 9BGKL48U0JB271389 - LJ12EKS34N4705134 - 9BWAA05U6AT125636 - 9BD19713NJ3353009 - 9BGEP69H0NG190676 - LVVDB12B6BD173099 - KMHFC41DBAA480637 - 3FADP4BK6BM149585 - 93HFB2630DZ203450 - 93YJA1D325J630833 - 9BRBB48E495006595 - 936CLYFYYEB012742 - 8AFVZZFHCFJ270151 - 93Y4SRD64GJ308619 - WV1DA22H5NA022032 - 94DBFAN17LB108765 - 9C2MC4400LR201864 - 9C2ND1110FR019597 - 9C6SG3310H0011563 - 9C6RH1150R0026626 - 9C2KC1670FR525957 - LP6XCBL03N0R48856 - 9C2NC6110PR015423 - 9C2JC6900JR301791 - 9C6RG8310R0000233 - 9C2PC4920MR001418 - 9BFZF55P6A8499761 - 9BFZE55P0C8734838 - 9BD196263E2172569 - 9BFZF55P6B8125846 - 93HGE88809Z103205 - 9BFZD55J7FB779751 - 93YBSR86HDJ565594 - KPTS0A1KSAP127009 - 9BFZH55L4F8171415 - 3C3AFFAR9CT194042 - 9BFZH55L8G8334388 - 9BD19716TG3264853 - 3N1CN7AD2DL801999 - 95PJN81BPCB029350 - 2FMDK48C79BA48152 - 9BFZH54L0H8390618 - 3N1CN7AD4EK390693 - KMHSH81DDAU509358 - 9BRBB42E795058196 - 3FADP4YJ1FM109015 - KNAFW411BB5859628 - JMYXLCW6WAZA00885 - 9BHBG51DAEP233839 - 3CZRE1830AG510408 - 9BFZD55P9JB610859 - 93YRBB004NJ985272 - 9BWAL45Z1F4033669 - 9BWDB45U9LT088697 - 9BRK19BT0K2115408 - 9BFZH55S0M8070067 - 9BRBD48E0C2556024 - 9BD195B6HM0891545 - KNAKU813DB5119824 - 93HGK5860FZ211530 - 9BRB29BT8L2244253 - 9BFZB55H4E8847843 - 9BGKS48V0KG137084 - 9350WNFNYKB528458 - 9BGKT48V0KG390641 - 93Y9SR3H5HJ620318 - 3VWDJ2161DM034669REM - 9BHCP41BBLP030069 - 9BRBLWHE0H0070900 - 94DFCAP15JB106462 - 9BGEA48H0NG124690 - 9BWBH6BF6M4043672 - 98RDB21B4KA005474 - 8AGBB68S0JR116012 - 9886751C6MKK90052 - 93HRV2870GZ100573 - 9BHPC81CBRP104404 - 93XATGK1WRCP10215 - 9BGCA80X0FB181760 - 9BD57834FLY339032 - 8AJFY22G2F8019943 - 9BWKB05W89P116007 - 8AJFY29G1E8553097 - 9BG148MK0NC401537 - WV1DB42H7B8080610 - 9BG148DK0MC414522 - 8AJFY22G7F8016505 - WV1DB22H5GA024072 - 9BD27844PC7497260 - 9BG148MK0HC419461 - 9BD2651JHL9133963 - 9BM979028ES027714 - 9BM979028JB102471 - 99KV4001ZLM102542 - 9C2JC6920HR001903 - 9C2KC2210KR052561 - 9882261RMPKE93751 - 9BD197134E3177288 - 93Y5SRD6DGJ910326 - 9BGEB48H0PG200630 - 93HGM2640BZ119501 - 1C4BJWAG9DL555537 - WDDWH4AW2FF201455 - 9BWAA45U4GP095965 - 9BRK29BT2G0073873 - 9UK2A3A21G0391030 - 9BFZD55R7JB605628 - 9BD17106LC5784859 - 9BWDB45UXNT085665 - 9BRKC3F3XR8299796 - 9BGXL80809C114431 - 9535N8242CR203215 - WV1DB22HXKA035268 - 8AFER13P2AJ269129 - 9BWAA05W7BP081402 - 3VWLV616XGM003805 - 9BHBH51DBHP697797 - 9BFZD55P1JB604022 - 9BWAH4125JT544066 - 96PZREF15NFS00206 - 9C2NC4310CR031080 - 9C2PC4910FR000145 - 95V3V8J5GHM001121 - 935SLNFNWDB525763 - 9BGKC48V0KG198023 - 93HFB2630EZ126172.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra com Força de Escritura Pública, nos termos da Legislação Pertinente ao SFH e Lei 9.514/97, atinente ao SFI nº 10119769801, datado de 31/03/2011, no qual figura como fiduciante **Alcenir de Souza Fernandes,** inscrito no CPF/MF nº 280.585.928-62, portador do RG nº 300345331-SSP/SP, brasileiro, solteiro, maior, auxiliar administrativo, residente e domiciliado na cidade de Campinas – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 29 de julho de 2024, às 15h00,** endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 366.402,31 (trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e dois reais e trinta e um centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pela Casa Residencial, situada na Rua João Cavoto, nº 120, edificada sobre o Lote 15 da Quadra A-4 do Loteamento Parque Residencial Vila União, Campinas/SP, com 140,00m² estimado de área construída e seu respectivo terreno com a área total de 160,00m². **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 124.461 do 3º Registro de Imóveis de Campinas – SP.** Obs.: **(i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97; **(ii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída e sua averbação que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **08 de agosto de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 311.715,59 (trezentos e onze mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

megaleilões

Bradesco Capitalização S.A.
Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.010.851/0001-74 – NIRE 35.300.331.354

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.3.2024

Data, Hora e Local: Em 25.3.2024, às 10h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** Rerratificar o Memorial Descritivo de Imóveis, anexo da Ata da 66ª Assembleia Geral Extraordinária da Bradesco Capitalização S.A., realizada em 26.12.2003, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, sob nº 00001650911 em 7.11.2006, onde a Sociedade era localizada à época, que tratou, dentre outros assuntos, de redução do capital social, mediante a entrega de bens imóveis de sua propriedade para a sua acionista Bradesco Seguros S.A., aprimorando a descrição de alguns imóveis, bem como corrigindo números de suas respectivas matrículas, não havendo qualquer alteração nos valores da mencionada redução do capital, com a finalidade de regularizar a transferência dos referidos Imóveis perante os respectivos cartórios de Registros de Imóveis. Na sequência dos trabalhos, informou o senhor Presidente que, este Ato deverá ser sempre apresentado em conjunto com a mencionada Ata da 66ª Assembleia Geral Extraordinária da Bradesco Capitalização S.A., realizada em 26.12.2003. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, sendo aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa; Acionista: Bradesco Seguros S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nela apostas. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 263.734/24-9, em 11.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Promon S.A.
CNPJ/MF nº 05.315.149/0001-83 - NIRE 35.300.192.184

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Promon S.A. ("Companhia") a se reunir em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("Assembleia Geral"), que será realizada no dia 30/07/2024, às 17h00min, de forma exclusivamente digital, através de videoconferência pela plataforma "I-Sat" (http://promon.isatvideo.com.br/), nos termos dos arts. 121, parágrafo único, e 124, §2º-A da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e deliberação sobre as contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/03/2024, com parecer dos auditores independentes; **b)** Deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/03/2024; **c)** Deliberação sobre a proposta de distribuição de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório; **d)** Fixação da remuneração global anual dos administradores; **e)** Ratificação do pagamento de dividendos aos acionistas, já realizado em 31/10/2023, provenientes da reversão da totalidade da Reserva Especial e da Reserva de Lucros a Realizar da Companhia, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em 23/10/2023; **f)** Deliberação sobre a compensação, pela reserva estatutária de liquidez da Companhia, de saldo negativo da reserva de capital e de prejuízo decorrente de benefício pós-emprego relativo a obrigações legais do plano de saúde de ex-empregados, ambos provenientes de exercícios passados; e **g)** Outros assuntos de interesse geral. **Informações Gerais:** Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia Geral deverão acessar a plataforma "I-Sat" (http://promon.isatvideo.com.br/), mediante utilização de *login* e senha pessoais enviados, em 20/07/2024, por Serviços a Acionistas ao e-mail do Acionista cadastrado na Companhia. Caso o Acionista que desejar participar da Assembleia Geral não tenha recebido seu *login* e senha pessoais até às 18h00min do dia 29/07/2024, deverá entrar em contato com Serviços a Acionistas através do seguinte e-mail: servicos-acionistas@promon.com.br. Caso o Acionista pretenda ser representado por procurador (que, nos termos da lei, deve ser outro acionista, administrador da Companhia ou advogado), haverá a necessidade de envio prévio da documentação para Serviços a Acionistas (servicos-acionistas@promon.com.br) até às 16h00min do dia 30/07/2024, contendo: (i) e-mail do procurador que acessará a plataforma I-Sat; (ii) cópia de procuração devidamente assinada há menos de 1 ano da data da Assembleia Geral; (iii) cópia de documento oficial de identificação pessoal do Acionista que contenha assinatura semelhante a da procuração (ex: RG, CNH, CREA, OAB etc.); e (iv) cópia de documento de identificação do procurador. Os Acionistas poderão votar exclusivamente por meio de boletim de voto a distância. As instruções detalhadas de como os Acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral, bem como os documentos de suporte estão disponíveis para consulta no seguinte endereço: https://acionistasweb.promon.com.br, acessível mediante utilização do *login* e senha pessoal do Acionista. Em caso de dúvidas sobre o acesso ao link informado, por favor, entrar em contato por e-mail: servicos-acionistas@promon.com.br. São Paulo, 20, 23 e 24 de julho de 2024.

Conselho de Administração

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 29/07/2024 às 11h45 | 2º Público Leilão: 31/07/2024 às 11h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLDFARB 38 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.** - CNPJ nº 11.444.235/0001-99, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos. 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 175, 17º PAVIMENTO, TORRE 2, INTEGRANTE DO "RESIDENCIAL DUO"**, situado à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, nº 2.820, 31º Subdistrito Pirituba, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 49,1800m²; Comum: 35,1050m² (coberta de 17,1300m² + descoberta de 17,9750m²) já incluído o direito ao uso de 01 vaga de veículo na garagem coletiva do edifício; Total: 84,2850m²; FIT: 0,004349716; Total Edificada: 66,3100m². Matrícula nº 159.752 do 16º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal: 078.443.0351-4. Consolidação da Propriedade em 24/06/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 468.975,40. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 914.749,88**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU e condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** consta **penhora** averbada sob nº 08 na matrícula, a qual não impede a realização dos leilões, cuja baixa ficará a cargo do arrematante, bem como todas as despesas com o ato; **v) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação e todas as despesas com o ato. Ficam os Fiduciantes **HELLEN DA SILVA VERÍSSIMO –** CPF: 263.277.578-71 e **LUCIANO VERÍSSIMO –** CPF: 115.594.968-43, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em local ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação disponíveis no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**